

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

José Medeiros da Silva

China: a questão camponesa na República Popular

São Paulo

2008

José Medeiros da Silva

China: a questão camponesa na República Popular

**Tese apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em Ciência
Política.**

Orientador: Prof. Dr. Oliveiros Ferreira

**São Paulo
2008**

Folha de aprovação

José Medeiros da Silva

China: a questão camponesa na República Popular

Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: Ciência Política

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares, dos mais velhos aos mais novos; dos mais distantes aos mais próximos, especialmente minha mãe Maria do Socorro Silva (*in memoriam*).

A todos os meus professores e professoras, alunos e alunas, em tempos, línguas e lugares diferentes.

Aos meus amigos e colegas de vilarejos e cidades; escolas, universidades e trabalho.

AGRADECIMENTOS (感谢信)

Ao Prof. Dr. Braz de Araújo (*in memoriam*), nosso primeiro orientador acadêmico, pela visão e esforço para se ampliar dentro da academia brasileira os espaços para o desenvolvimento de pesquisas e reflexões sobre a sociedade chinesa.

Ao Prof. Dr. Oliveiros Ferreira, por ter nos recebido como orientando em um momento academicamente adverso; por seus estímulos intelectuais e, principalmente por sua sábia paciência para com nossas imaturidades e inquietudes.

Aos Professores David Jye Yuan Shyu e Chen Tsung Jye, pelos conselhos ensinamentos, amizade e o empenho para que pudéssemos trabalhar, estudar e desenvolver parte da minha pesquisa na China.

Ao Prof. Dr. Lúcio Kowarick, coordenador do Seminário de Pesquisa; ao Dr. Chen Tsung Jye, que aceitou o convite para discutir no Seminário o nosso projeto, e de uma forma chinesa especial indicou alguns caminhos imprescindíveis para a compreensão da China; e aos colegas da referida disciplina, por suas pertinentes críticas e preciosas sugestões.

Aos professores Dr. Mario Bruno Sproviero e Dr. Leonel Itaussu de Almeida Mello que, com o nosso orientador, participaram da nossa qualificação, apresentando preciosas e decisivas ponderações.

Aos professores e colegas do Curso de Língua Chinesa da Universidade de São Paulo.

Aos funcionários do Departamento de Ciência Política, especialmente Rai, Vivian, Leo e Ana que, em inumeráveis momentos, nunca mediram esforços para nos auxiliar.

Ao amigo Cesar Lambert, pelo prazer de compartilhar reflexões sobre a China e a sua inestimável ajuda para as nossas pesquisas.

Aos amigos, professores João Ricardo de Araújo de Araújo e Jeane Aparecida, pelo inestimável, principalmente quando retornamos da China para finalizar esse trabalho.

À Universidade de Estudos Internacionais de Xi'an (西安外国语大学), que nos recebeu durante 10 meses. Esse apoio e o vínculo institucional foi fundamental para vivenciar parte das transformações atualmente em curso.

À Universidade de São Paulo.

以正治国，以奇用兵.

com a normalidade, governa-se o reino
com anormalidade, usam-se armas

{老子 – 道德经，五十七章}

{Lao Zi (604 a.C - ?) – Dao De Jing, verso 57}

(Traduzido do chinês pelo Prof. Dr. Mario Bruno Sprovieiro)

RESUMO

Desde que foi proclamada em 1949, a República Popular da China passa por um intenso processo de transformação política e econômica. Essa pesquisa analisa alguns aspectos desse processo, tomando como referencial a questão camponesa. Para isso, discorre sobre o papel do campesinato na revolução chinesa, na edificação da República Popular e sobre sua contribuição para a industrialização. Enfatiza que os benefícios econômicos advindos com a intensificação das reformas iniciadas em 1978 são distribuídos de forma assimétrica. De um lado, o Estado é cada vez mais forte, principalmente no plano externo. Por outro, grande parte da população, especialmente na zona rural onde ainda vive a maioria da população, enfrenta uma situação social bastante adversa. A crescente desigualdade econômica é apenas uma das muitas fraturas sociais gestadas pelo processo de modernização. Por ameaçar permanentemente a estabilidade política essas fraturas são vistas pelo governo como grandes obstáculos morais, políticos e econômicos. E colocam mais uma vez os camponeses no centro dos debates sobre o futuro da modernização chinesa.

Palavras-chave

China, República Popular; modernização; industrialização; “sannong” :
(camponês; agricultura; zona rural)

ABSTRACT

Since the promulgation in 1949, the Popular Republic of China (PRC) experiments an intense political and economic transformation process. This resource analyses some aspects of this process, to take as a reference a peasant question. In order to, discourses about the role of peasant on Chinese revolution, on PRC building and its contribution for individual individualization. It stand out that economic profits get holds in improvements reforms started in 1978 have asymmetrical distribution. On one hand, the State is stronger before than, principally abroad. On other hand, a larger part of people, especially on rural area where live most that, is face to a social adverse situation. The increasing economic inequality is only one among many social ruptures developed by modernization process. These ruptures that permanently threaten political stability are perceptible by government just moral, political, and economic barriers. Put once more peasants at the center of debates about the future of Chinese modernization.

Keywords: China's modernization; industrialization; People's Republic ; "sannong" (peasant, agriculture, and countryside)

Nota sobre a transcrição dos nomes chineses

Com exceção de alguns nomes chineses já consagrados na nossa língua, como Macau; Pequim, Xangai; Confúcio; Mêncio; usamos nessa tese, para transcrever os nomes chineses, o sistema hanyu pinyin (汉语拼音), ou o sistema de transcrição fonética dos caracteres chineses para o alfabeto latino, oficializado pela República Popular China desde 1958. Sua principal vantagem é o fato de unificar as diferentes maneiras de se transcrever os caracteres, facilitando as consultas e localizações das referências. Assim, por exemplo, escreveremos sempre Mao Zedong, em vez de *Mao Tse-Tung*; ou Zhou Enlai, em vez de *Chou Enlai*.

Por algumas dificuldades técnicas, não usaremos nessa transcrição os tons, que servem para indicar a maneira de se pronunciar os caracteres. Porém, na medida do possível, colocaremos junto com o *pinyin* os próprios caracteres, servindo para aclarar alguma dúvida e facilitar possíveis pesquisas.

Sumário

Dedicatória	
Agradecimentos.....	
Resumo	
Abstract	
Nota sobre a transcrição dos nomes chineses.....	
Introdução.....	13
I - Sobre o tema e seu objetivo	14
II – Contextualizando a questão camponesa na China	16
III – Motivações e justificativa	20
IV – Hipóteses	22
V – Estrutura da pesquisa	24
Primeira Parte. Aspectos culturais, demográficos e políticos	26
Capítulo 1. A longevidade cultural.....	27
1.1– A permanência da tradição	28
1.2- Laozi 老子 e Confúcio 孔子: duas maneiras de se pensar na cultura chinesa	31
Capítulo 2. O fator populacional.....	41
Capítulo 3. O surgimento do Estado chinês moderno.....	47
3.1- As tensões com o Ocidente e o surgimento do nacionalismo chinês.....	48
3.2 - Sun Yat-sen e o “Princípio do nacionalismo”.....	53
3.3 - A afirmação do Estado chinês na República Popular.....	57

Segunda Parte. A questão camponesa e as particularidades chinesas	62
Capítulo 4. Aspectos gerais da questão camponesa	63
Capítulo 5. Uma civilização de base agrícola.....	77
5.1- A agricultura e o surgimento do poder político.....	78
5.2 - O “imperador” no imaginário camponês.....	81
Capítulo 6. O protagonismo do campesinato na República Popular	86
Capítulo 7. As transformações sociais depois de 1949	96
7.1 – Mudanças na estrutura social e agrícola	97
7.2 – As comunas populares.....	104
Terceira Parte. A China rural depois de 1978: rupturas e continuidades.....	109
Capítulo 8. As contradições no seio do partido.....	110
Capítulo 9. O processo de modernização chinês.....	122
9.1- As Quatro Modernizações - (四个现代化).....	123
9.2 - A modernização do campo.....	128
Capítulo 10. O mundo rural e o mundo urbano: as contradições do desenvolvimento chinês -	135
Conclusão	141
Bibliografia	148

Introdução - 介绍

“A política externa dos Estados que aspiram à projeção mundial ou regional obedece sempre ao padrão do equilíbrio de poder. Esta é a lição da História e é sobre ela que devemos construir nossas análises das relações interestatais”.

Dr. Oliveiros Ferreira

I - Sobre o tema e seu objetivo

O cerne desta pesquisa é o Estado chinês e a questão camponesa. E o seu objetivo é analisar o papel do campesinato na instituição da República Popular assim como a sua participação no processo de industrialização e fortalecimento do Estado.

Desde a proclamação da República Popular em outubro de 1949, a China vivenciou dois momentos ideologicamente distintos, determinantes, cada um ao seu modo, na estruturação política e social. Na primeira fase, sob a liderança de Mao Zedong 毛泽东, (1949-1976), o foco da política era a planificação econômica, inspirado no modelo soviético que para as lideranças chinesas se mostrara exitoso, haja vista a industrialização alcançada, como bem demonstrara a participação soviética na Segunda Guerra. No aspecto ideológico, o foco deveria ser a luta de classes e pela força da ideologia alcançar inclusive melhores resultados econômicos. Dentro dessa visão de mundo e devido às ameaças sempre presentes vindas de outros Estados, esse período maoísta procurou organizar a sociedade em forma de bases produtivas e militares. Em síntese: “O modelo adotado foi o da União Soviética, onde, acreditava-se, a produção industrial controlada pelo Estado numa seqüência de planos quinquenais fora responsável pela transformação do país em potência mundial na década de 1930, com capacidade para suportar e repelir o ataque maciço das forças alemãs na Segunda Guerra Mundial. (...) A utilização do modelo soviético foi certamente uma maneira de enfatizar a natureza anticapitalista e antiimperialista do novo Estado chinês. (...) A fim de

preparar-se para a tarefa de reconstrução da economia, os dirigentes chineses estabeleceram padrões de recrutamento para a burocracia e escalas de pagamento, introduziram procedimentos administrativos regulares e organizaram o povo da China de acordo com as unidades locais em que trabalhavam (*danwei* 单位) a fim de aumentar a eficiência do controle e da doutrinação social” (SPENCE, 1996, p. 513)

A segunda fase, iniciada no final da década de 70, tem como principal mentor Deng Xiaoping 邓小平. Seu foco é reestruturar a sociedade e prepará-la para interagir (competir) de forma mais ampla no mercado mundial. Nesse sentido, a ideologia passa a focalizar o desenvolvimento das forças produtivas, a eficiência da empresas e certa flexibilidade, com aparência de liberdade, na cadeia produtiva geral. O aparato anterior foi praticamente desmontado, exceto os fundamentos necessários ao controle do Estado sobre a população e aspectos centrais da produção. Suas linhas gerais gradualmente aplicadas e continuam a conduzir ideologicamente a atual geração de dirigentes.

No geral, ambas as fases coincidiram em um aspecto: o fortalecimento do Estado para a sua atuação interna e externa. Transcorridos quase seis décadas, a República Popular chinesa exerce um papel cada vez mais relevante no sistema mundial de poder. No entanto, como todo Aquiles, possui também suas fragilidades. De tanto se esforçar para a competição política externa, provavelmente conduzida pelas circunstâncias advindas do próprio jogo da disputa de poder entre os Estados, a China não conseguiu impedir internamente algumas preocupantes vulnerabilidades. A opção de desenvolvimento adotada depois de 1978 acentuou algumas contradições sociais potencialmente

explosivas. A principal dessas contradições, em sua face econômica, pode ser visualizada pela disparidade de renda. Enquanto o Estado chinês se fortalece economicamente, grande parte da população que vive no campo, ou foi incorporada pela dinâmica urbana, quer no que antes era uma zona rural, quer se deslocando para outros centros urbanos, usufrui as riquezas materiais produzidas pelo processo de industrialização de uma forma visivelmente díspar. A existência de uma distribuição de renda tão assimétrica traduz-se em situações humanas assaz adversas, principalmente para a maioria dos indivíduos oficialmente classificados como camponeses. Para esse segmento social, o acesso à educação e a outros benefícios científicos e tecnológicos, nos mais diversos ramos, continuam escassos e muitas vezes inalcançáveis. O seu posicionamento no tabuleiro onde se movimentam os principais Estados, dependerá mais uma vez das decisões adotadas para a solução de algumas equações sociais internas.

II – Contextualizando a questão camponesa na China

Na China, a questão camponesa é um tema recorrente e atual. Constitui-se como um elemento central na determinação do equilíbrio político e social interno. Ressalte-se que de uma população em torno de um 1,3 bilhão, mais de 800 milhões

compõem o mundo rural¹. “Desses, cerca de cem milhões deles são considerados trabalhadores migrantes. Outra parte, um pouco maior, é assalariada das empresas rurais ou pequenos comerciantes também no meio rural. A maior parte, mais de 300 milhões, trabalha na agricultura, na indústria da seda ou na educação infantil”. (PAN, 2006, p. 5). Entendê-la é, quiçá, uma das premissas básicas para a compreensão de alguns comportamentos políticos dos governantes chineses e, por extensão, a natureza do próprio Estado.

No atual contexto, encontra-se condensada dentro de um conceito denominado na China de *sannong* 三农 (os três “*nong*”). Ou seja, oficialmente e nos muitos estudos chineses que investigam a referida problemática, três aspectos centrais que integram questão camponesa na atualidade: o camponês *nongmin* 农民; o campo com seus vilarejos *cunnong* 村农 e a agricultura *nongye* 农业. Devemos acrescentar ainda a questão do trabalhador migrante que deixa o campo para trabalhar nas cidades, o *nonggong* 农工. Apesar de está relacionado com os “três *nong*” eles forma um caso aparte, pois evidenciam que a questão camponesa hoje não é mais uma questão exclusivamente rural.

Na literatura, um dos primeiros a fazer uso da terminologia foi Wen Tiejun², um notável especialista na questão agrária chinesa. O conceito consolidou-se depois de 2002, depois de uma *carta* publicada por Li Chanpin³ (PAN, 2006, p. 4). Apesar de expressar

1- Segundo o jornal oficial do governo *Diário do Povo* (Renmin Ribao 人民日报) de primeiro de março de 2007, a população urbana era de 577.060.000 e a rural de 737.420.000

²温铁军: 制约“ 三农问题” 的两个基本矛盾. “Zhiyue sannong wenti de liangge jiben maodun”. (Duas contradições básicas na questão camponesa *san nong*).

³Wo xiang Zhongli shuo shihua. (Eu disse a verdade ao Primeiro Ministro). Artigo publicado no jornal *Guangming Ribao* em 10/03/2000 e depois transformado em livro em 2002.

principalmente as adversidades sociais e econômicas vivenciadas pelos chineses que vivem no campo, *sannong* 三农 é um conceito que não se restringe à questão de classe social. Sua amplitude tem como vantagem a possibilidade de se visualizar de forma interligada as complexidades inerentes ao tema. Como objeto de estudo, o seu uso exige contínuas particularizações, pois sua abrangência pode dificultar a focalização de alguns pontos essenciais, úteis para visualização de algumas estruturas basilares. Antes, enfatize-se que, apesar da referência conceitual recente, as questões que emergem do conceito aqui apresentado já existem há séculos na história chinesa. Segundo Huaqiong Pan, tais questões definem uma problemática geral do relacionamento entre o Estado e o campesinato (Op. cit., p 4). O que é uma observação bem pertinente, pois é facilmente verificável que em diferentes momentos da história chinesa, os camponeses chineses constituíram-se como um segmento social decisivo. Quer na construção de obras imponentes como a Grande Muralha ou Grande Canal; quer na alteração de comandos políticos, como na derrubada de dinastias, os camponeses foram a força motriz principal. E de modo mais recente, durante o processo que culminou com a instituição da República Popular em outubro de 1949, os camponeses também exerceram um papel determinante. Mao Zedong assim destacou: “La mayoría de la población china la constituyen los campesinos, sin cuyo apoyo no podía haber triunfado la revolución ni logrará éxito la industrialización del país”⁴.

⁴“Ser un revolucionario completo”. In. Mao Zedong , Obras escogidas. Discurso pronunciado durante a II Sessão do I Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo. Pequim, 23 de junho de 1950. Durante a referida sessão aprovou-se a Lei de reforma Agrária, promulgada logo em seguida (30 de junho). www.ucm.es/info/bas/utopia/html/oet5_08.htm (último acesso, 13-11-2006)

Ressalte-se ainda que “no momento da proclamação da República Popular, o Partido Comunista Chinês (...) tinha 4,5 milhões de membros, nove décimos dos quais de extração camponesa.” (OLIVEIRA, 2005, p. 1).

Por possuir uma população rural numerosa, algumas fraturas sociais nesse setor exigem uma atenção política permanente, pois são fontes de desestabilidades sociais, com implicações diretas no cerne do poder político. Sobre isso, são inúmeros os exemplos históricos⁵.

E a consciência dessa realidade não é estranha ao núcleo político do Partido Comunista Chinês – PCCh. Por enquanto, ilustremos essa percepção com uma pequena passagem retirada de um discurso apresentado em 2002 pelo então presidente Jiang Zemin 江泽民: “... A estabilidade é um pré-requisito à reforma e ao desenvolvimento. É preciso conjugar a intensidade da reforma e a velocidade do desenvolvimento com o grau de tolerância da sociedade, tomando a melhoria contínua da vida do povo como um importante ponto de convergência da relação entre a reforma, o desenvolvimento e a estabilidade. É preciso impulsionar a reforma e o desenvolvimento diante da estabilidade social e promover esta estabilidade através da reforma e do desenvolvimento”⁶.

⁵ Fitzgerald, Charles Patrick (1902-1992). *Revolution in China*

⁶Informe apresentado durante o XVI Congresso Nacional do PCCh em 08 de novembro de 2002. Documentos del XVI Congreso Nacional del Partido Comunista Chino. Beijing: ediciones em lenguas extranjeras, 2002.

III – Motivações e justificativa

Podemos caracterizar o mundo atual pelo seu alto grau de relação e interdependência, em diversos níveis, impulsionado por instrumentos de interação altamente dinâmicos, frutos de uma integração de conhecimentos diversos. O caso das comunicações, dos transportes e do próprio capital, podem bem exemplificar parte dessa intensidade das movimentações contemporâneas.

A esfera comercial movimenta cotidianamente milhões de pessoas, em diversos ramos do conhecimento e diversas partes da terra. Em tal contexto, é normal que todos se interessem por todos, principalmente os Estados, já que o conhecimento das diversas e complexas realidades constitui fator-chave, diferenciador e, muitas vezes, decisivo para a tomada de decisões e planejamentos sensíveis, principalmente para países com a dimensão e as especificidades do Brasil.

A China participa da comunidade mundial de nações com um poder considerável, tanto no plano econômico quanto no político. São provas sua atuação em organismos como a Organização Mundial do Comércio – OMC e a Organização das Nações Unidas – ONU, onde atua com o *status* de membro permanente do Conselho de Segurança. Poderíamos ainda acrescentar, entre muitos outros fatores, a sua dinâmica econômica; o seu peso militar, com um considerável poderio nuclear; sua densidade populacional. Elementos que somados, dimensionam melhor o peso atual do Estado chinês na balança de poder internacional. E o mais instigante é que todo esse ativo de poder foi acumulado dentro de um período relativamente curto em um ambiente interno adverso e

em um cenário externo sempre muito hostil. Além de sua força como Estado, seu aspecto cultural milenar é outra de suas faces atraentes faces. De forma geral, estudá-la, portanto, é uma necessidade.

Mesmo sem o Estado brasileiro despertar institucionalmente para a necessidade de se estudar o fenômeno China, como facilmente se observa pelo reduzido número de instituições, pesquisas e pesquisadores envolvidos com o tema; felizmente muitos trabalhos, em diferentes áreas e já por um prolongado tempo estão a florescer, ainda que isoladamente. A nossa pesquisa caminha nessa tendência. Ela adentra em uma das artérias chinesas: a questão camponesa. Um tema que, apesar de recorrente e atual, ainda tem sua face quase oculta nos debates e nas pesquisas brasileiras sobre a China, pelo que atualmente conhecemos.

De forma mais específica, uma das novidades dessa pesquisa é que ela pretende analisar a questão camponesa em sua face política, para verificarmos como ela foi compreendida e direcionada pelo Partido Comunista Chinês em dois diferentes momentos da política chinesa depois da República Popular, o de Mao Zedong e o Deng Xiaoping. Como já foi dito, tendo sempre, na análise das ordenações e disputas internas, um referencial mais amplo que era determinação de se construir um Estado internacionalmente respeitado. O que concretiza o ideal nacionalista desenhado por Sun Yat-sen, primeiro presidente chinês (1912).

IV – Hipóteses

Não se nega o papel que o período de Mao desempenhou para tornar a China concretamente soberana. Mas também parece haver que a força do Estado chinês no jogo das relações interestatais é, em grande parte, obra de uma opção política de desenvolvimento aprovada no seio do Partido Comunista Chinês - PCCh durante a realização da III Sessão Plenária do XI Congresso em 1978. A referida sessão consolidou a liderança de Deng Xiaoping e tornou vitoriosa uma orientação política que propunha determinadas rupturas ideológicas que predominavam no organismo partidário durante algumas décadas, como por exemplo, a questão da luta de classe. Para esse grupo representado por Xiaoping, a implementação de procedimentos que viessem a fortalecer o Estado era bem mais importante e necessário do que alguns dogmas até então adotados. Em sua visão, apesar de adotar um pensamento ideológico elevado, o do socialismo, o Estado ainda estava submetido a uma realidade extremamente atrasada. Por isso a necessidade de “modernizá-lo”. E esse processo de “modernização” tem em suas proposições mais amplas duas diretrizes denominadas por Xiaoping de “políticas de *reforma* (gaige 改革) e *abertura* (kaifang 开放)”. “Para o interior do país, é necessário a *reforma*; e para o exterior, a *abertura* (Xiaoping, 1985:117).

É pertinente supor que, desde o início, sob o lema das “Quatro Modernizações”, apesar de fazer alguns ajustes na linha ideológica aplicada na “educação” das massas, elas visavam

sobretudo continuar a construção de um tipo de Estado cujas linhas gerais já estavam rascunhadas por Sun Yat-sen, o pai da República. Nessa visão, o Estado deveria ser preparado e pensado como um instrumento decisivo para a construção um projeto nacionalista, capaz de preparar a China para participar de forma ativa, com poder para intervir de forma direta, no jogo das relações políticas e econômicas globais. Propósito esse tão bem sintetizado em uma frase bem conhecida pelos dirigentes chineses: (construir) *um país rico e um exército forte* (*fu guo, qiang bing* 富国强兵).

Decorridos cerca de três décadas, parece evidente que as reformas criaram as condições políticas necessárias para a atração de novos investimentos e permitiram a obtenção de conquistas tecnológicas essenciais ao fortalecimento do Estado. Nesse sentido, seu maior objetivo pareceu exitoso. Todavia, tal êxito é ainda muito relativo, principalmente quando se olhar por dentro da China, onde se acentuaram algumas fraturas sociais potencialmente desestabilizadoras, sobretudo na China rural. Detalhar essas fraturas tendo como horizonte o propósito que norteia a construção do projeto nacional nos parece um caminho de pesquisa promissor, capaz de explicitar algumas movimentações do Estado chinês, quer no plano interno, quer em suas relações políticas com os outros Estados.

V – Estrutura da pesquisa

A pesquisa está estruturada em três partes. A primeira, de caráter mais geral, apresenta algumas peculiaridades chinesas como a longevidade cultural e a questão populacional. Contextualiza também algumas percepções políticas que foram determinantes para a estruturação do Estado, especialmente depois das dinastias. Nessa direção, discorreremos sobre algumas idéias apresentadas por Sun Yat-sen em 1924 em uma das sua “Três Conferências do Povo”. Considerado como o pai da China moderna, tanto pelo Partido Comunista Chinês - PCCh quanto pelos nacionalistas do Guomindang (agora em Taiwan), as idéias de nação apresentadas pelo Dr. Sun Yat-sen conservam noções básicas à compreensão do percurso político do Estado chinês, principalmente depois de 1949. É uma abordagem que cumpre o papel de cotejar algumas determinantes políticas sobre as quais o se apóia o Estado chinês na atualidade. Propositamente panorâmica, essa parte funciona como um suporte sem o qual as etapas seguintes, mais específicas, correriam o risco de ficar deslocadas e comprometidas.

Na segunda parte trataremos da questão camponesa dentro de uma tradição marxista. Contextualizaremos a realidade chinesa, “uma civilização de base agrícola” e o protagonismo do campesinato nas lutas que envolveram as disputas pelo poder político, principalmente na revolução liderada por Mao. O objetivo central desse capítulo é demonstrar como o trabalho e os esforços dos camponeses constituíram-se como uma força central no fortalecimento do Estado chinês contemporâneo.

A terceira parte trata da China rural depois de 1978, quando iniciaram as reformas promovidas por Xiaoping. Falaremos sobre as contradições no seio do PCCh e a luta dos grupos políticos para controlar esse instrumento de poder, essencial para se dirigir o Estado chinês desde que a República Popular foi implantada. Por fim, focaremos as transformações ocorridas com a adoção das “modernizações”, especialmente na área agrícola.

Primeira Parte

Aspectos culturais, demográficos e políticos



A dinastia Qin, 221-207 a.C. (秦朝), e o início da era imperial

“Muitas vezes acontece que os que vivem numa época posterior não conseguem apreender o ponto onde se originam os grandes empreendimentos ou ações desse mundo. E eu, ao buscar constantemente a razão desse fenômeno não pude achar outra resposta além desta, a saber, que todas as coisas (incluindo as que chegam por fim a triunfar poderosamente) são em seus primórdios tão pequenas e de contornos tão indistintos que não é fácil se convencer que delas surgirão assuntos de grande importância”

Matteo Ricci (1552 – 1610)

(Apud. Jonathan D. Spence. O Palácio da Memória de Matteo Ricci. p. 281)

Capítulo 1

A longevidade cultural



Um Templo de Confucio⁷

子曰：「賢哉、回也、一簞食、一瓢飲、在陋巷、人不堪其憂、回也不改其樂。賢哉、回也。」⁸ (論語 Lun Yu, 6,11)

O Mestre (Confúcio) disse: “Que pessoa admirável era Yan Hui ! Um punhado de arroz para comer, uma cuia de água para beber, uma choupana para se abrigar; ninguém suportaria tanta miséria, mas a alegria de Yan Hui não se alterava. Que pessoa admirável! (Confúcio, Analectos, 6.11 -Trad. Pe. Guerra)

⁷ Sobre a foto, ela mostra a entrada de um templo onde se reverencia Confúcio. Localizado em Hancheng(韩城), na província Shaanxi (陕西省), o templo é parte de um complexo arquitetônico, bem preservado, criado em 1371. Essa visita fizemos no dia 31/05/2008. Durante o tempo que ficamos no templo constatamos que vários chineses, de diferentes idades, se ajoelham para reverenciar Confúcio.

⁸ [Http://www.afpc.asso.fr/wengu/wg/wengu.php?l=Lunyu](http://www.afpc.asso.fr/wengu/wg/wengu.php?l=Lunyu) (acessado em 20 junho 2006)

1.1 – A permanência da tradição

Ao se estudar qualquer aspecto dentro da sociedade chinesa é relevante que se pontuem, pelo menos, duas questões essenciais: a longevidade cultural e o contingente populacional. Pela força do seu passado poderemos compreender sem muita surpresa que determinados momentos de turbulências e confrontos sociais, como os vivenciados durante a Grande Revolução Cultural (1966-1976) – (*wenhua dageming* 文化大革命) - são em essência, reminiscências que, não raras vezes se manifestam no seio da sociedade⁹. Da mesma forma, proposições políticas como a anunciada em 2004, que enfatizam a construção de uma “sociedade harmoniosa” (*hexie shehui* 和谐社会) como meta principal do atual governo, na verdade são ideais presentes desde a antiguidade chinesa.

A China de hoje é, em grande medida, resultado de um processo civilizatório ininterrupto, talhado há mais de 5000 anos. Ao longo dessa trajetória foram inúmeras as rebeliões, guerras, invasões estrangeiras, catástrofes naturais e humanas. Conquistas e derrotas. Na prolongada convivência com um mundo além de si

⁹ Eis uma pequena ilustração: visitamos aqui na China, em abril de 2008, a cidade de Luòyáng (洛阳), localizada na província de Henan (河南). Essa cidade que já foi a capital de algumas dinastias chinesas é agora muito famosa pelas peônias, uma flor nacional; pelo Templo Shaolin e ainda por seus pagodes budistas e as grutas de Longmen, ou dos “cem mil budas”. O motivo dessa nota é sobre este último monumento. Considerado pela UNESCO como um patrimônio cultural da humanidade, as incontáveis estátuas de budas talhadas na rocha, na própria montanha, documenta a adoção do budismo por um imperador da dinastia Wei do Norte (386-534), que acreditava que quanto mais construísse estátuas mais seria abençoado. Outros imperadores, incluindo-se os da Dinastia Tang 唐朝 (618-907 d.C) também seguiram com a mesma crença. Ocorre que, com a mudança de dinastias e de crenças, os imperadores mandaram mutilar as estátuas, principalmente o rosto. A mutilação foi retomada também durante a Revolução Cultural, ficando poucas estátuas, considerando-se o número, intactas. Nesse episódio se constata que nos momentos de disputas políticas intensas a tentativa de destruição das impressões do passado é um fenômeno social recorrente. No entanto, passado os confrontos, a valorização do passado, mesmo que se estimule um olhar crítico, é fortemente incentivado.

ou com o seu próprio mundo, territorialmente amplo, aprendeu e desenvolveu ricos conhecimentos para se relacionar e interagir com outros povos e culturas. Ao mesmo tempo, foi consolidando sua unidade política e cultural, acompanhada por uma visão particular de mundo. E prossegue, não sem contratemplos, o seu curso civilizatório.

Alguns traços do seu passado cultural continuam na gestação do seu presente. Por isso, na compreensão de muitos fenômenos sociais modernos, é aconselhável que adentremos minimamente em alguns aspectos dessa tradição. “A China moderna entende-se com mais clareza à luz do seu passado [...] Para um estudioso da história chinesa, os acontecimentos, a partir de 1949, não aparecem como uma inovação substancial nem como uma mudança radical de posição; tampouco parecem surpreendentes ou necessariamente atípicos. Houve, isto é fora de dúvidas, uma mudança, mas nenhum estudioso do pensamento chinês poderia deixar de reconhecer no maoísmo alguns dos temas repetidos e familiares da filosofia chinesa” (DOBSON, 1967).

Essa continuidade não é fruto de um isolamento ou de um alheamento ao que se processava fora de suas muralhas culturais, apesar de aparentar-se fechada em alguns momentos de sua história. Ao contrário, só foi possível devido a uma capacidade especial de interagir e incorporar outras diversidades, não raro belicosas e destrutivas. Também não é fruto de pensamentos convergentes sobre os mais diversos aspectos das reflexões humanas – crenças, poder, moral... Ao contrário, as guerras, as revoltas, as correntes de pensamentos são bem distintas e muitas vezes antagônicas.

Felizmente, sobre o passado cultural chinês e alguns pensamentos que estruturam a cultura já temos nas línguas ocidentais uma preciosa gama de estudos¹⁰. Mas, devido ao recorte proposto pela pesquisa, abreviemos em apresentar dois aspectos dentro dessa tradição. O primeiro, em relação ao legado transmitido por um poder dinástico prolongado.¹¹ O segundo, integrado ao primeiro, sobre alguns aspectos da tradição educacional, que produzia uma elite erudita voltada quase que exclusivamente para o gerenciamento do império.

Dos elementos transmitidos pela tradição dinástica, a capacidade de administração em grande escala (DOBSON, 1967) é sem dúvida diferencial relevante. Isso ajuda a entender sobre a unidade territorial e a capacidade dos governantes em fazer com que as suas decisões nos interiores dos palácios possam chegar aos mais distantes e isolados dos povoados. Outro elemento, não menos importante para o plano das instituições políticas, é o de uma cultura administrativa centralizada, quiçá decisiva para a consolidação da unidade territorial e coesão cultural. No passado esta centralização era simbolizada pela figura do imperador; na República Popular, primeiro foi pela figura de Mao Zedong e, mais recentemente pelo próprio partido comunista. I

¹⁰ Apenas de modo parcialmente representativo, citemos os seguintes estudos: GERNET, Jacques, *Le monde chinois*, Paris, Armand Colin, 1972. GRANET, M. *O pensamento Chinês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. SPENCE, Jonathan D. (1996). *Em Busca da China Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. No Brasil, o Curso de Língua e Cultura Chinesa da Universidade de São Paulo vem desde a década de 70 contribuindo significativamente para o conhecimento da língua e da cultura chinesas. Além de nos legar trabalhos como os realizados pelo Prof. Dr. Mário Bruno Sproviero que, entre outras contribuições, preparou em língua portuguesa uma tradução comentada, direto do chinês clássico, de uma das principais obras da cultura chinesa, o *Dao De Jing* (道德经), de Lao Zi (老子).

¹¹ Foram quase 4000 anos de uma tradição dinástica. Desde a primeira, Xia (夏朝), ainda considerada legendária, apesar de já existirem muitas as evidências de sua existência, até a última, Qing (清朝) que perdurou até o início do século XX, quando em 1911 foi proclamada a República chinesa. Segundo alguns registros históricos antigos, na dinastia Xia (夏朝) se inicia o sistema hereditário (SHOUYI, 1984, p. 54,55). Politicamente, a grande transformação ocorre com o surgimento da Dinastia Qin 221-207 a.C. (秦朝). Após vencer diversos reinos, o imperador Qin (秦) forma o primeiro império e transforma-se no primeiro imperador.

1.2 – Laozi e Confúcio: duas maneiras de se pensar na cultura chinesa

Sobre o aspecto educacional, uma das grandes inovações na China imperial foi a adoção de concursos públicos com a finalidade de escolher grande parte do seu corpo administrativo¹². Esses concursos eram altamente disputados, pois se tratava de um instrumento de ascensão social, trazendo prestígios sociais não só para o aprovado, mas para todo o seu grupo familiar. Além das vantagens materiais, advindas das benesses governamentais, como o direito sobre terras. A prática prolongada dos concursos também serviu para construir no imaginário cultural uma valorização dos estudos e, sobretudo, institucionalizar um cânone literário que influenciou durante mais de dois milênios parte significativa da intelectualidade chinesa.

É relevante destacar que a reprodução do referido cânone partia fundamentava-se no pressuposto que já na dinastia Han, no século II d. C., “a base cultural chinesa estava consolidada. A China nada mais inovou depois desse período. Considerou haver alcançado a sua Verdade e o que realizou, até o século XX, foi um *aperfeiçoamento civilizatório*. Teve consciência de haver prematuramente atingido a suma dos valores humanos e não desejou mais perturbar uma homogeneidade, uma harmonia, um equilíbrio oriundos do *reconhecimento* de que seria irracional prosseguir em novas tentativas quando o atingido já bastava. Esse raciocínio explica a falta de originalidade, durante dezessete

¹² Sobre os exames imperiais, um estudo detalhado sobre o seu funcionamento é o apresentado por ETIENNE Zi. *Pratique des Examens Litteraires en Chine*[M]. Shanghai, 1894. "Les classiques des sciences sociales" dirigée et fondée par Jean-Marie Tremblay, professeur de sociologie au Cégep de Chicoutimi - <http://classiques.uqac.ca> (acessado em setembro de 2006).

séculos, numa Civilização que, por sua lucidez, não pode ser acusada de estagnação”. (JOPPERT, 1978, p. 254, 255)

Profundamente enraizado na maneira chinesa atual de pensar e agir, tal cânone tinha como base a sistematização de alguns conhecimentos, principalmente os que foram organizados ou escritos por Confúcio. (孔子 - 551- 479 a.C.)¹³, talvez o pensador mais influente ao longo de toda história chinesa. Tal influência segue fortalecida na China atual, com a proposição para a edificação de uma “sociedade harmoniosa”.

Apesar dos diversos combates sofridos em diferentes épocas como, por exemplo, durante o império Qin 221-207 a.C. (秦朝), quando o imperador, atendendo a sugestão de um dos seus ministros, manda queimar os livros confucianos e enterrar vivo centenas de intelectuais, que se recusaram permanecerem com os livros que haviam sido determinados para a queima¹⁴.

Em contextos diferentes, foi o espectro do passado a chama ideológica que motivava a negação de uma ordem e sugestão de algo aparentemente novo. Assim se deu no Quatro de Maio (1919) e mais recentemente no período da Revolução Cultural (1966 -

¹³Esse cânone é formado por seis livros: Shi Jing 诗经, livro das Odes (ou Cantares, na tradução de Pe. Guerra); 礼记, Livro dos Ritos, com registro das instituições morais e religiosas da dinastia Zhou; Shu Jing 书经, O Livro dos Documentos; Chun Qiu 春秋, Anais de Primavera – Outono, escrito pelo próprio Confúcio, que vem acompanhado por um livro de comentários chamado de Zuo Zhuan 左传; Yi Jing 易经, o Livro das Mutações e o Yue Jing 乐经, ou Livro da Música (ainda perdido). Com o tempo, foram retirados dois capítulos do Livro dos Ritos, que se tornaram dois livros independentes: Da Xue 大学, “o Grande Estudo” e Zhong Yong 中庸, “O Justo Meio”. O referido cânone completa-se com o livro Lun Yu 论语, uma compilação dos ditos de Confúcio com anotações dos seus discípulos e um livro de escrito por Mêncio 孟子(372 -289 a. C). **Sproviero**, Mario Bruno. “Confúcio e a revelação primitiva”. <http://www.hottopos.com/mirand5/mario2.htm> (acessado em 10 de dezembro 2006).

¹⁴ GUERRA, Pe. Joaquim A. de Jesus – O Livro dos Cantares Macau: Jesuítas Portugueses, 1979, p. 75-77

1976). Aliás, nesse período, o enfrentamento político no interior do PCCh estava associado ao combate das influências confucianas em no interior do partido, como podemos ler em um libelo de propaganda revolucionária publicado na China durante esse período: “Adulados por todos los dominantes reaccionarios como “el más santo y primer maestro”, Confucio (551- 479 a.n.e) difundia: “Hacer funcionarios a los buenos letrados”; em La enseñanza y educación, decía que “con el estudio se halla la fortuna”. Tomando el manto de Confucio, Mencio 孟子 (390-305 a.C.) propagaba la absurda teoría reaccionaria: “Quienes trabajan con su mente gobiernan, quienes trabajan con sus manos son gobernados”. Su objetivo fue preparar aristócratas intelectuales para dominar y esclavizar a las amplias masas trabajadoras [...] Actualmente en todo el país se está desplegando la campaña de la crítica a Lin Piao y Confucio eliminará inevitablemente la influencia de la línea revisionista contrarrevolucionaria de Liu Shaoqi y Lin Piao, extirpará ulteriormente la influencia de la doctrina de Confucio y Mencio – ideología de la clase explotadora reaccionaria -, consolidará y desarrollará los éxitos de la Gran Revolución Cultural Proletaria y promoverá el avance victorioso de la revolución cultural socialista de China por vía de la línea revolucionaria proletaria Del Presidente Mao”. (PIEN, 1975, p. 1 e 4)

Sobre o Confúcio é relevante destacar que o mesmo deve se inserir dentro de uma tradição que “remonta a Antigüidade portadora de uma sabedoria divina, preservada e ao mesmo tempo corrompida nos tempos posteriores” (SPROVIERO, 1998). A força dessa Antigüidade provém do fato de que o conhecimento ali recebido foi divinamente concedido ao humano.

子曰：‘述而不作、信而好古、竊比於我老彭’¹⁵

"O Mestre disse: "Sou um transmissor e não um inventor, tenho fé e amo a Antigüidade, comparo-me ao velho mestre Peng". (Tradução, SPROVIERO, 1998).

Confúcio viveu em um período onde o caos político-social era comum. Seus ensinamentos são humanamente valiosos porque dentro de um contexto de adversidades políticas e diante de mentalidades guerreiras ele procurou contribuir com os seus conhecimentos para o restabelecimento da harmonia social. Alguns aspectos dos seus ensinamentos, considerados hoje como conservadores precisam ser vistos dentro de um modelo de sociedade sobre a qual ele viveu. Ou ainda como foi apropriado pelos governos que dirigiam o país. Na crítica a Confúcio geralmente se ressalta o caráter conservador de suas reflexões, principalmente no aspecto da obediência ao governo. No entanto, não se pode olvidar que no entendimento da Antiguidade, os governantes recebiam do Céu os seus mandatos. No cultivo do caráter teriam assegurado a proteção divina e uma vida social harmoniosa. E o desvio da conduta poderia acarretar na perda desse mandato. Essa é uma das bases para a compreensão da obra de Confúcio e os valores éticos por ele defendidos.

¹⁵ <http://www.afpc.asso.fr/wengu/wg/wengu.php?l=Lunyu&no=151> (acessado em 15 junho 2006).

"Lê-se no livro dos Cânticos¹⁶:

*Excelso esse príncipe!
Austero nas virtudes,
Destarte rege povo e ministros.
Do Céu lhe vem a bonança,
Do Céu recebeu proteção,
providência,
O Céu concedeu-lhe o mandato.
É pois do Céu que tudo vem...
Homens de grande virtude,
A vós compete o mandato!"*

(Zhong Yong 中庸, cap. XVII, 4).

(SPROVIERO, 1998)

保	宜	嘉	詩
佑	民	樂	曰
命	宜	君	
之	人	子	
自	受	憲	
天	祿	憲	
申	于	令	
之	天	德	

¹⁶ Em português temos uma tradução feita pelo Pe. Joaquim A. de Jesus Guerra: LIVRO DOS CANTARES, Macau: Jesuítas Portugueses, 1979

¹⁷

<http://www.afpc.asso.fr/wengu/wg/wengu.php?s=17&l=Zhongyong>

Outro aspecto relevante para uma compreensão menos passional da tradição confuciana¹⁸ é que o conhecimento tem como finalidade a ação na vida concreta. “A doutrina do Mestre parece ter sido uma doutrina atuante, e os princípios, considerados ao pé da letra, interessavam-lhe menos do que a ação moral que ele tencionava exercer”. (GRANET, 1997, p. 291).

Olhando a China de hoje, quando o nome de Confúcio é livremente reverenciado nos templos a ele dedicados e o estudo de sua obra é estimulado pelo governo, percebe-se quão dinâmico são as lutas ideológicas na China. Mas, o mais relevante é percebermos que, na China, Confúcio não é apenas um nome de um sábio da antiguidade. O diálogo com as suas reflexões só perpassam as diversas gerações porque elas condensam parte significativa da maneira de viver e de pensar de muitos chineses. Nessa perspectiva, toda vez que se “busca” a sabedoria de Confúcio, na prática, está se visitando essa antiga raiz sobre a qual cresce parte da cultura chinesa. E nessa interação se reafirma e se desenvolve a identidade cultural chinesa.

Nas nossas observações, convivendo na China com chineses de diversas gerações, nível escolar e situação econômica distinta, foi possível compreender que eles não buscam Confúcio, Laozi ou outros influentes pensadores para fugir do presente e reproduzir modos de viver do passado, mas principalmente porque acreditam que parte da sabedoria herdada do passado tende a tornar o seu presente realmente melhor. Ou seja, procuram se apoiar em alguns elementos de sua longevidade cultural por uma razão prática, e não necessariamente mística.

¹⁸ Na tradição confuciana mais antiga, além de Confúcio, fazem parte do *corpus* denominado de confucionismo os filósofos Mengzi 孟子 (390- 305 a. C.) e Xunzi. 荀子 (300?-235 a. C.?)

Outra matriz estruturadora das características culturais chinesas emana da obra de Laozi (老子), o Dao De Jing.(道德经).¹⁹ Sobre esse livro, assim expressa Li Yutang: “Se algum livro há em toda literatura oriental, que deve ser lido antes de qualquer outro, este é, em minha opinião, o livro do Dao, de Laozi. Se há livro que possa reclamar para si a interpretação do espírito oriental, ou seja, a necessária compreensão do comportamento chinês, os ‘caminhos da sombra inclusos’, este é o livro do Dao.” (LIN Yutang, 1959, p.19).

O professor Dr. Mario Sproviero (1996), em sua tese de livre docência, centra-se na crítica desenvolvida por Laozi sobre a opção humana de criar, através do progresso, um reino humano artificial. É essa artificialidade, presente, por exemplo, na idéia de urbanização, desenvolvimento técnico que Laozi se opõe de forma radical. Mas o mais relevante é a constatação de que, com o surgimento de sociedade mais complexas, com grandes impérios, também surge uma crítica a essa opção de organização da vida social. E Laozi assume essa crítica de forma radical. Nega a necessidade da sabedoria, da moral, do desenvolvimento técnico, pois esse caminho já é um indicativo do afastamento humano de sua própria natureza. E é essa radicalização que o opõe a Confúcio. Esse queria “transpor os valores éticos e sociais da vida comunitária para a sociedade complexa”. Enquanto Laozi colocava “na própria complexificação da sociedade a sua ingovernabilidade e deficiência (...)”. (SPROVIERO, 1996, p. 186).

¹⁹ Para as citações em português, tomamos a seguinte referência: LAOZI – Dao De Jing. Tradução do chinês por Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Hedra, 2002. Sobre o *corpus* taoísta, além do Laozi (老子), temos Zhuangzi 莊子(369? – 286 a.C.) e Liezi 列子(século IV a.C).

Aqui se pode encontrar uma das chaves para se compreender as ponderações que consideram o confucionismo como uma filosofia urbana e o taoísmo como uma doutrina rural. É que no campo, na vida em pequenas comunidades, onde a forma de vida fosse menos complexa mais próxima se manteria o humano dessa natureza não artificializada. Mas em essência, todo chinês carrega essa dupla identidade. É “confucionista quando prospera e taoísta no caso de malogro. O naturalismo do taoísmo é o bálsamo que cura as feridas da alma”. (LIN Yutang, 1940, p.117, 118)

Ainda para Lin Yutang, a força do taoísmo provém do fato de ele “oferecer aos seus adeptos, e principalmente ao povo, um mundo desconhecido que o bom senso confuciano banuiu do seu horizonte.” O confucionismo “trazia uma solução aos problemas da natureza humana, mas não tomava em consideração o enigma do universo. Nem sequer era capaz de penetrar o mecanismo do corpo humano”. (Ob. cit., p. 121).

Essa abordagem de Yutang, assim como durante o romantismo, prioriza na obra de Laozi o seu aspecto místico. Ao contrário da abordagem apresentada por Sproviero que dá prioridade ao aspecto crítico a uma noção de desenvolvimento já visível na antiguidade. Nessa perspectiva, a obra de Laozi ganha uma nova atualidade, principalmente dentro da China, quando a exaltação a “modernização” criou impasses gigantescos quer em relação às questões ambientais, quer em relação a vida nos grandes centros urbanos, onde os desequilíbrios sociais são crescentes.

Antes de concluir esse capítulo, ressaltamos que além das duas bases de pensamentos aqui apresentadas, muitos outros

pensadores, por exemplo, Mozi 墨子 (480-390 a. C.)²⁰, também tiveram uma base de pensamento original com grande influência nas reflexões contemporâneas do povo chinês. Porém, como representação de uma expressão mais generalizada da maneira de pensar e viver chinesa, Laozi e Confúcio sintetizam no conjunto das suas reflexões os elementos culturais que estruturam a essência dessa civilização. Em seu aparente antagonismo formam uma unidade cultural única, que de tão enraizada constantemente se reafirma e se fortalece, mesmo quando negada e combatida. Isso é visível nas praças, na alimentação, nos templos, na linguagem, na política e nas relações entre as pessoas.

Já perto de anunciar a proclamação da República Popular, Mao Zedong recorre a Laozi para responder a um possível bloqueio econômico ordenado pelos Estados Unidos para combater o governo a ser instaurado: “Que importa se temos de enfrentar algumas dificuldades? Que nos bloqueiem! Que nos bloqueiem durante oito ou dez anos! (...) Acobardar-se-ão, porventura, os chineses ante as dificuldades, quando nem mesmo da morte têm medo? Laozi disse: “O povo não receia a morte, para que ameaçá-lo com isso?” (...) Por que razão não haveremos de viver sem os Estados Unidos?” (MAO Zedong, 1979, p. 679-680).

Em síntese, pode-se dizer que a grandeza chinesa, se existe, deve ser buscada em sua capacidade de renovação e permanência. E isso é possível também porque algumas unidades de

²⁰ Mozi (墨子) viveu entre 479 a. C. a 372 a. C. Foi um crítico em relação ao humanismo de Confúcio. Para Mozi a benevolência ensinada por Confúcio ficava circunscrita a um nível social limitado. Ao contrário, ele defendia um amor mais universal, sem distinção. “O modelo de conduta deveria ser: ‘o que é benéfico para todos seria um valor máximo a prezar’. Assim inexisteriam as guerras, pois o sofrimento do mundo origina-se no desejo dos fortes de dominarem os fracos, na tendência da maioria se subjugar à minoria. (JOPPERT, 1978, p. 102). “爱别人，帮助别人的人，上天必定赐福给他...” “Se amarmos os outros e ajudarmos os outros, o Céu recompensa-nos com bênçãos e felicidade” Mozi. Apud., <http://www.hojemacau.com/news.phtml?today=16-07-2008&type=esuma> (Hoje Macau - 16-07-2008)

pensamentos estão na base dessa força cultural que vem sendo construída ao longo do tempo. E agora, concluindo essas ponderações sobre alguns elementos que estruturam a longevidade cultural chinesa, mais uma vez, recorramos a Lin Yutang, um dos principais divulgadores da cultura chinesa para o mundo ocidental: A China “está acima das propagandas hipócritas e da petulância dos seus estudantes de volta do exterior, acima da impostura, da torpeza, da cupidez, da mesquinharia de todas as suas personagens oficiais, de seus generais traidores, dos seus revolucionários utopistas, maior que as suas guerras e suas e as suas epidemias, maior que a sua imundície, a sua pobreza e a suas fomes. Porque ela sobreviveu a tudo isso.” (LIN Yutang: 1940, p. 23 e 24).

Capítulo 2

O fator populacional

“Massa e peso é a impressão que a China transmite a quem a considere no contexto global. Nove milhões e meio de quilômetros quadrados, mais de um quinto da população terrestre, abundância de recursos naturais. A entrada em cena desse colosso no mundo moderno foi anunciada por Mao Zedong, ao proclamar a criação da República Popular da China (1º setembro de 1949): ‘A china ergueu-se! Nunca mais será um país humilhado’.”

Amaury Porto de Oliveira

(“A China usa o seu peso”).

(www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/oliveira_01.pdf)

No território chinês, hoje com cerca de 9.600.000 km², um pouco maior que o Brasil, vive cerca de 1,3 bilhões de habitantes, o que representa quase 23% da população mundial. Segundo dados governamentais, 56 nacionalidades habitam esse território, sendo que a grande maioria, quase 92%, pertence à nacionalidade Han. A população rural ainda ultrapassa os 700 milhões, representando 56% da população.

O Estado chinês está habituado a lidar com uma numerosa população. Nos meados da dinastia Han do Oeste 西汉语 (206 a.C. - 8 d.C.) havia em todo o país 12.233.062 famílias, com uma população de 59.594.978 habitantes. (SHOUYI, 1984, vol. I, p.163). Outros registros informam que em 1771 os censos da época registraram a existência de 143 milhões. Em meados do século XIX,

300 milhões; e na segunda metade do século XX, já possuía mais de 600 milhões de habitantes (MATIAS, 1997, p. 18)²¹.

Apesar das “obscuridades da demografia” (AUDREY, 1976, p. 101-109), quando o serviço censitário não era de todo confiável, o mais importante na presente contextualização é a confirmação de a presença de grandes massas humanas na China é um fato histórico consensual. Disso poderemos derivar algumas constantes inerentes a essa grandeza. Se relacionarmos essa densidade a aspectos como força de trabalho, poderemos nos situar melhor diante de grandes empreendimentos realizados no passado como a Grande Muralha e o Grande Canal. Ou mais recentemente, obras como a hidrelétrica das Três Gargantas e a intensidade do desenvolvimento urbano atual.

Da força de trabalho derivado dessa grande massa também poderemos dimensionar o potencial do mercado interno e o impacto no setor produtivo. Podemos inclusive deduzir que o fortalecimento econômico dessa grande massa de chineses, caso se concretize, produzirá uma grande virada no jogo das correlações de força entre os Estados contemporâneos. Aliás, na relação da China com os outros Estados e para sua afirmação no cenário mundial, essa particularidade é contabilizada como um importante elemento de dissuasão. “A impressionante população (...) constitui algo ponderável e respeitável para os cálculos geopolíticos feitos sobre a China. Pequim, por certo reconhece que tem nas mãos um argumento sério quando menciona o assunto (a “bomba

²¹中华人民共和国国家统计局 National Bureau of Statistics of China. <http://www.stats.gov.cn/english/> (último acesso, 10 de julho de 2008)
No site: <http://www.tianyabook.com/lishi2005/renkoutongji.htm> encontramos um estudo com a provável população da China, nas mais diversas épocas. (acessado em 10/05/2006)

demográfica chinesa”...). As contínuas referências dos dirigentes chineses de manter a estabilidade do país – e, por inferência, seu sistema social e de governo – não são naturalmente dissociadas do temor que se sabe existir na região quanto à hipótese de que um número incalculável de chineses pudesse vir a se deslocar de forma não sistemática para países vizinhos ou até para áreas mais distantes”. (ABI-SAD,1996, p. 134).

O lado frágil dessa peculiaridade é a sua vulnerabilidade social constante, principalmente no seu lado interno. Manter um ambiente social pacífico e uma população minimamente coesa é sem dúvida um dos maiores desafios para o qualquer governo. Moradia, alimentação e outras demandas humanas, tudo precisa ser superdimensionado. O descontrole social, se não contido pode se transformar em transtornos (guerras; rebeliões) muito prolongados.

Em um relatório sobre a população e o desenvolvimento, publicado no início de 2007 pela Comissão da População e do Planejamento Familiar do Estado²² constatou-se que, mesmo com o êxito obtido no controle de natalidade iniciado na década de 70, período em que o país começou aplicar a política de planejamento familiar com ênfase na política de um filho único, a estrutura demográfica ainda continuará atuando como uma questão central na concretização ou não de um projeto de sociedade economicamente desenvolvida.

Sobre o cenário demográfico para as próximas décadas destacam-se as seguintes informações:

²² Publicado em 11 de janeiro de 2007, o relatório é resultado de um amplo estudo realizado por mais de 300 especialistas entre Fevereiro de 2004 e Abril de 2006. Entre os 42 temas pesquisados constam o crescimento populacional, relações entre a população e economia, entre a população e meio ambiente. 2007-01-25 CRI <http://portuguese.cri.cn/199/2007/01/25/1@60284.htm> (acessado em fevereiro de 2007)

- a) A população chinesa atingirá 1,36 e 1,45 bilhões respectivamente em 2010 e 2020, enquanto em 2033 poderá chegar a 1,5 bilhão.
- b) a qualidade da população não foi elevada, o que constitui um importante fator negativo na competitividade da nação perante o mundo.
- c) Até os anos da década 40 deste século, deverá ter um idoso entre 3 ou 4 pessoas no país, o que poderá trazer pressões no setor da previdência social.
- d) Até 2020, a China terá 30 milhões de homens a mais do que mulheres em idade para o matrimônio, o que provocará dificuldades para os homens procurarem esposas.
- e) Cerca de 300 milhões de chineses migrarão do campo para a cidade nos próximos 20 anos.
- f) A migração para as cidades continuará intensa, pois áreas rurais da China, com um excesso de mão-de-obra calculado entre 150 milhões a 170 milhões de pessoas continuará e que estas pessoas continuarão migrando para as cidades. Isso constituirá um desafio para a infra-estrutura urbana, os serviços públicos e a administração governamental e dificultará a definição das políticas de planejamento familiar.

A esse cenário, acrescentemos o fato de que apenas uma reduzida porção do território chinês é propícia à produção agrícola. Isso já é suficiente para melhor se dimensionar os desafios sociais que se movem por dentro da China, apesar dos êxitos econômicos cotidianamente amplificadas. Os governantes possuem consciência dessa particularidade social e também sabem que muitos dos elementos que podem motivar uma explosão social estão fora de

seus próprios controles. No caso chinês, tanto a ordem quanto a desordem não depende apenas de uma forma específica de se governar, apesar de esta ser uma das variáveis determinantes na instituição da ordem social. As Primaveras e os Outonos²³ são traços da dinâmica social chinesa que não devem ser ignorados. Uma boa metáfora para se entender as transformações sociais na China é a de um vulcão adormecido, porém em atividade. Pode-se não saber quando, mas certamente as erupções ocorrerão. E podem ser em proporções quase incontornáveis, ou melhor, capazes, inclusive de alterar as fronteiras físicas do próprio território, sem falar na mudança dos quadros e da mentalidade política até então predominante.

Essa certeza, em certa medida, delinea a estrutura de governo que precisa antecipar-se sempre para que, caso o vulcão ecloda, ele, o governo, não venha a ser afastado do comando do Estado e substituído por outros grupos. As lições do passado são ricas em exemplos que demonstram uma relação direta entre grandes convulsões sociais, agravados pela escassez de alimentos e as difíceis condições de vida do povo a queda das linhagens dinásticas. Consciente dessa particularidade histórica, os dirigentes chineses sabem que precisam traçar permanentemente diretrizes que assegurem a confiança e satisfação de grande parte da população, pois a estabilidade social é essencial à governabilidade.

Como síntese do que foi expresso no presente tópico, pode-se concluir que da questão populacional emana uma equação

²³ 春秋时代- Era Primavera- Outono. São uma seleção de documentos retirados dos arquivos oficiais do Estado de Lu 鲁, referentes aos anos 722 a 481 a. C. e que narram os sucessos(primavera) e os fracassos (outono) do referido estado. Este livro preparado por Confúcio deu o nome à referida época. (Guerra, 1981:19-31)

politicamente delicada: por um lado constitui um forte argumento diplomático e militar contra qualquer pressão externa²⁴ sobre a natureza do próprio sistema de governo, por outro, internamente, esse expressivo contingente populacional atua como um fator de pressão social permanente. Administrar essa tensão é vital e exige constantemente a aplicação de políticas sociais minimamente eficientes. Pois, como observou Mêncio - 孟子- (372 – 289 a.C), “Gied e Dyw perderam o Império porque perderam o seu povo. Perder o povo é perde-lhe o coração (...) E para lhe ganhar o coração, há um meio, é facilitar-lhe o que ele deseja e evitar-lhe aquilo de que não gosta”. (Mêncio, 1984, p. 359). Nessa direção, internamente, o êxito de ações de políticas sociais específicas, como as ações de combate à pobreza e a produção e distribuição de alimentos atuam como premissas que, se minimamente eficientes, poderá manter o *status quo* político.

²⁴ Observemos que durante a Guerra Fria, por possuírem uma grande população, dirigentes chineses como Mao Zedong 毛泽东 e Zhou Enlai 周恩来 relativizavam o poder atômico dos EUA e da URSS.

Capítulo 3

O surgimento do Estado chinês moderno

“Jamais Estado algum foi formado sem o uso da força”.

Sun Yat-sen

(Princípios do Nacionalismo, “Primeira Conferência”, 1924)

“Fabricamos depressa as armas modernas, os mísseis teleguiados e as armas atômicas, e para a bomba H necessitamos apenas de dois anos e oito meses. O nosso desenvolvimento foi mais rápido que o da América, da França e da Inglaterra (...). Os mísseis e a bomba H são grandes realizações. São o fruto da “ajuda de Khruchtchev (Nikita Kruschev)”: ao retirar os seus técnicos especializados obrigou-nos a seguir a nossa própria via. Só por isso, merecia que o condecorássemos”

Mao Zedong, 1967

(trata-se de um apanhado de opiniões de Mao relacionadas com a revolução cultural – In. DAUBIER, 1974, p. 208)

“Se a partir dos anos 60, a China não houvesse chegado a possuir bombas atômicas e de hidrogênio, nem lançado satélites, não poderia chamar-se grande potência, de significativa influência, nem deter a posição internacional que tem agora.”

Deng Xiaoping

Apud. SEVERINO CABRAL, “Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI”
Rev. Bras. Polít. Int. 43 (1): 24-42 [2000]

3. 1 – As tensões com o Ocidente e o surgimento do nacionalismo chinês

A última dinastia, os Qing 清朝(1644-1911), apesar de sua origem manchu, e da longa resistência²⁵ dos pretendentes dos Ming 明朝(1368 - 1644), foram absorvidas pela força da cultura chinesa e pela eficiência dos métodos políticos para o controle do império. Mas quando o seu esfacelamento era visível e ela já não conseguia conter as investidas das nações ocidentais nem os conflitos internos, poucos chineses se esforçaram para salvá-la. Não só não a defenderam como lutaram para destruí-la em conjunto com o sistema dinástico. Pois para muitos ela já era um instrumento controlada pelas nações estrangeiras.

A transformação do Estado chinês era um imperativo histórico, impulsionada pela pressão externa que alimentava internamente uma força de resistência chamada de nacionalismo. “A força de resistência da China funda-se hoje nesse nacionalismo, criado pela modernização do seu povo. A história não vai se repetir e a China não será conquistada para depois absorver o conquistador: e a razão não é só que o Japão difere dos Manchus ou dos Mongóis de outros séculos, mas também que a China não é mais a massa informe,²⁶ conquistada por aqueles povos. A base de resistência atual contra o Japão não é o governo da China nem o

²⁵ “Não foram apenas os soldados e os intelectuais que resistiram aos manchus. Muitos pintores do início da era Qin usaram a arte para mostrar sua inquietação e falta de fé no regime. Por meios de pinceladas ousadamente inovadoras (...) eles retratavam um mundo árido e desequilibrado. Pinheiros retorcidos e solitários, cadeias montanhosas desoladas e angulosas (...) pássaros ou peixes isolados” (SPENCE, 1995, p. 78). Hoje os manchus são uma das 56 nacionalidades chinesas.

²⁶ Aqui o autor faz uma clara alusão ao texto da I Conferência de Sun Yat-sen, que será apresentada mais adiante.

seu exército, mas o povo chinês que, pelo temperamento, pelos pontos de vista, pela atitude social e pela instrução geral, difere positivamente do que era há trinta anos.” (YUTANG, 1940, p. 326; 327).

O nacionalismo chinês, independente das particularidades conceituais usadas para defini-lo²⁷, traz de sua gênese o combate a uma espoliação prolongada, promovida por diversas nações ocidentais durante as últimas décadas da dinastia Qing 清朝 e acentuada pela ocupação japonesa depois de 1937.

Primeiro chegaram os portugueses. E logo foram seguidos por espanhóis, holandeses, franceses, ingleses, russos, alemães e norte-americanos²⁸. Nas décadas iniciais foram exitosamente controlados. Depois, com o impulso da Revolução Industrial, a China já não pode mais contê-los. O método de controle usado para deter os “bárbaros”, “por meio da limitação de seus contatos e de suas vias de acesso, mesmo que tolerando algum comércio a fim de apaziguar suas veleidades do uso da força” (LEVY, 1988, p. 26) tiveram eficiência limitada em relação aos crescentes desejos ocidentais.

²⁷ CABESTAN, Jean Pierre. “Les multiples facettes du nationalisme chinois”. *Perspective chinoise*, 88, mars-avril, 2005, PP. 38-40. No referido ensaio o autor desenvolve suas reflexões para demonstrar a existência de quatro tipos de nacionalismo na China. Um, de caráter revanchista, com forte conotação racista, surgiu do enfretamento contra o ocidente, com na Guerra do Ópio e contra a ocupação japonesa. O Movimento dos Boxers (1990), é apontado como um exemplo dessa manifestação nacionalista. Um segundo tipo, conservador e instrumentalista, procura introduzir na China as práticas ocidentais para fortalecimento do Estado sem aceitar, contudo, “o espírito liberal de garantia dos direitos dos cidadãos”. Segundo ele, essa forma está bem presente no seio do PCCh. Um terceiro tipo, “o nacionalismo modernizador das elites reformistas”, tem uma visão menos ocidental e procura um caminho de desenvolvimento próprio. Por fim, o nacionalismo pró-ocidental, cujo exemplo principal é o Kuomintang.

²⁸ Só alguns exemplos sobre o esfacelamento do império: em 1887, a Alemanha se apodera de Qindao e Jiaozhou, sudeste de Shandong. Em 1898, a Grã-Bretanha ocupa Weihai e parte da península de Shandong. Por sua vez, no mesmo período, a Rússia ocupa a parte meridional da península de Liaodong. França, em 1999, toma para si parte da região de Zhanjiang e Guangdong ocidental. (GERNET, 1991, p.525) Apud. Vidal, 1997.

Em um artigo sobre os conflitos militares envolvendo os ingleses na Ásia, escrito em 1857, Engels critica a o posicionamento da imprensa inglesa que na tentativa de apresentar uma moral que justificasse a dominação inglesa, enfatizava os atos “bárbaros” cometidos pelos chineses. Para ele, “em lugar de moralizar sobre as horríveis atrocidades dos chineses, como o faz a cavalheiresca imprensa inglesa, faríamos melhor em reconhecer que se trata de uma guerra pro *aris et focis*, uma guerra nacional pela manutenção da nacionalidade chinesa e, de qualquer modo, uma guerra do povo - malgrado seus todo-poderosos preconceitos, sua douda ignorância e sua pedante barbárie, como queiram”. E mais adiante: “O próprio fanatismo dos chineses do sul na sua luta contra os estrangeiros parece marcar a consciência do perigo supremo que ameaça a velha China”²⁹. (ENGELS, 1857). Esse “fanatismo” permaneceu presente e adquiriu novas fisionomias, como a do movimento de resistência conhecido como da revolta dos Boxers (1899-1901) - *Yihequan* 义和拳.

Em um precioso artigo sobre a origem desse movimento, Vidal (1997) toma por base os testemunhos de espanhóis que viajaram para China no século XIX, o que nos permite compreender aspectos relevantes do ambiente chinês diante da sua ocupação por potências ocidentais. Assim relatava um dos principais componentes da delegação espanhola em Pequim, entre 1898 e 1899: “Portugal, nuestro hermano, el primero en descubrir la China para Europa, perdida su grandeza de otros días, se alejó de la presa, contemplando con dolor el espectáculo de las fieras de Europa apoderándose del cadáver del coloso, y aprendiendo en tal brutal

²⁹ ENGELS, F. (1857). “A Pérsia e a China”. Publicado originalmente em 22 de maio de 1857, no New York Daily Tribune. <http://www.marxists.org/portugues/index.htm> (acessado em junho de 2008)

enseñanza que es necesario reconquistar la fuerza para no ser victima de las potentes garras de la bestia de la historia. En cuanto á España. desangrada por las últimas guerras... sólo podía ser testigo del histórico espectáculo”. (VIDAL, 1997, p. 205). Para muitos europeus, como poderemos ver em uma carta escrita em 1895 por um padre que vivia na China, esse “cadáver”, não tinha mais como se levar: “Tengo por cierto que la China como imperio no se levanta. Es un cuerpo podrido sin elementos para una resurrección: son masas de gentes moralmente incapaces de unificarse, en el sentido político de una reacción capaz de levantarse del estado de postración á que sus vicios le han reducido, sin virtud cívica alguna”.

Esses fragmentos sobre a de realidades já são suficientes para entender como foi traumática para os chineses a relação de intercâmbios econômicos com os ocidentais. Mas continuemos esse quadro acrescentando a Guerra do Ópio³⁰, que dá início a uma mutilação forçada do território chinês. E para isso nada mais ilustrativo do que os argumentos utilizados por Sir Thomas Staunton para convencer os britânicos a desencadear a referida guerra. Pronunciado na Câmara dos Comuns em 7 de abril de 1840, o discurso revela bem o pensamento dos ingleses naquele período em relação ao jogo de poder mundial então disputado. Vejamos: “Teremos transgredido as leis internacionais ao comerciar o ópio?

³⁰ “Ocorreram duas Guerras do Ópio: a primeira no período 1839-1842 e a segunda no período 1856-1860. A primeira foi iniciada pela Grã-Bretanha usando como motivo o combate feito pelo imperador chinês ao contrabando de ópio. Com a vitória da Inglaterra a China foi forçada a assinar o Tratado de Nanquim em 1842, pelo qual foi submetida a franquear ao comércio com a Inglaterra cinco portos e a extinguir a sua firma comercial encarregada de efetuar o comércio com os empresários ocidentais e pagar uma indenização de guerra e entregar ao domínio inglês a ilha de Hong-Kong. A segunda guerra do ópio teve como motivo o fato de oficiais chineses terem revistado um navio de bandeira inglesa. Nesta segunda campanha a Grã-Bretanha teve como aliada a França. Com a derrota da China foi imposto o Tratado de Tianjin que obrigou a China a abrir mais 11 portos ao comércio com as potências ocidentais, a garantir liberdade de movimentação aos mercadores europeus e aos missionários cristãos”. Dicionário Político. {www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/ guerra_opio.htm} acesso: maio de 2008

Segundo Levy (1988, p. 47): “ A, primeira fase das operações, do lado britânico, compreendia dois mil homens na infantaria e o mesmo de marinheiros: não se tratava de conquista, mas de uma demonstração de forças que se mostrou insuficiente, já que na segunda fase reunia cerca de 15 mil homens (...)”

Não: quando o vice-rei de Cantão usa o seu próprio barco para o tráfico da droga, ninguém pode se surpreender se os estrangeiros fizerem o mesmo. Pequim tem o direito de endurecer as medidas judiciais que reprimem o tráfico de ópio. Mas será que pode condenar brutalmente estrangeiros à morte, quando a pena mais rigorosa até agora era a proibição de comerciar, ou, na pior hipótese, a expulsão? Esse retrocesso é um intolerável insulto ao direito das pessoas. Os chineses gostariam de tratar os súditos britânicos como tratam seus próprios súditos em revolta – pelo fio da espada. Tomemos cuidado! O respeito que perderíamos na China, não demoraríamos a perder também na Índia e, pouco a pouco, em toda a Terra! A guerra que essa perda prenuncia é uma guerra mundial. Dependendo do seu desfecho, terá repercussões incalculáveis, diametralmente opostas, segundo o seu resultado. Não temos o direito de desencadeá-la se podemos perder. Mas não temos o direito de renunciar a ela se podemos ganhar”. E para concluir, seguido de prolongados aplausos: “Considero, embora lamentando, que esta guerra é justa e que se tornou necessária”. (PEYREFITTE, 1997, 23).

Eis o quadro. É nesse contexto de dominação pela força e desprezo das nações ocidentais pelos chineses e sua cultura que se encontram os elementos básicos de onde surge uma consciência nacional particular, forjada pela necessidade de se defender de forças invasoras. E é esse o desafio que Sun Yat-sen procurar enfrentar em suas reflexões e proposições. Mao Zedong e os atuais dirigentes também.

3.2 - Sun Yat-sen e o “Princípio do nacionalismo”

Primeiro presidente da China republicana, Sun Yat-sen é considerado como o pai da nação chinesa tanto pela China continental quanto por Taiwan. E depois de 1978, com a ascensão política de Deng Xiaoping, o PCCh reforçou a ênfase sobre a relevância histórica que Yat-sen desempenhou na construção do Estado chinês moderno.

A “Primeira Conferência” de Sun Yat-sen (1866-1925)³¹ é um texto essencial para a compreensão do Estado chinês contemporâneo. “O tema dominante desse texto fundador da China moderna é a periclitante situação da China na desesperada passagem do duro período de colonialismo para conseguir sua autonomia e participação igualitária no concerto das nações”. (SPROVIERO; CHEN, 2004, p. 49).

Antes de passarmos à análise do “Princípio do Nacionalismo” (民族主义), lembremos que os “Três Princípios do Povo” (三民主义), já constavam no seu programa revolucionário apresentado em 1905. “Estes três princípios são: governo do povo (mín zú 民族 nacionalismo), autoridade do povo (mín quán 民權, democracia), e subsistência do povo (民生), em bases capitalistas ou socialistas, aqui a dúvida”. (SPROVIERO; CHEN, 2004, p. 52). Em sua essência esses princípios tinham como meta modificar o *status*

³¹ O documento aqui mencionado foi pronunciado em Cantão (广东) em 27 de janeiro de 1924. Para as citações em português, utilizamos a tradução feita pelos professores Mario Bruno Sproviero e Chen Tsung Jye que, além da tradução, apresentam preciosas observações sobre o texto e seu autor. (China em Estudo/Departamento de Línguas Orientais. FFLCH. Universidade de São Paulo, n. 6, p. 49-59, 2004). Conforme os tradutores: “Sun Yat-sen, como é conhecido no Ocidente, era cantonês, por isso seu nome nos vem da pronúncia cantonesa. Na língua oficial é Sun Yì Xian 孫逸仙 Também é conhecido por Sun Wén 孫文, e por Zhong Shan Xian Sheng 中山先生. Assim também foi conhecido em sua permanência no Japão: Sr. Nakayama.”

chinês para fazer frente a uma nova realidade nas relações entre os Estados.

A “Primeira Conferência” defende a idéia de se construir uma nação que assegurasse ao povo chinês um papel protagonista no contexto internacional. Em essência, conforme uma das hipóteses já expressa, essa concepção nacionalista esboçada por Sun Yat-sen é aceita por Mao Zedong e aprofundada por Deng Xiaoping na proposição e execução das suas políticas de modernizações. Existe entre eles uma consciência clara de que as relações entre os Estados são movidas por interesses e pela força e que o enfrentamento ou contenção de determinados interesses no jogo das relações entre estados será em caso extremo determinado pela força. Mao Zedong afirmava: “Algumas pessoas duvidam que nós, os comunistas, sejamos sinceros quando declaramos que ‘sendo os Três Princípios do Povo aquilo de que a China necessita hoje, o nosso partido está pronto para lutar por sua completa realização’. Isso é uma consequência do fracasso na compreensão de que as teses fundamentais (...) enunciadas pelo Dr. Sun Yat-sen (...) coincidem com certas teses básicas do programa do nosso Partido para etapa atual”. (Mao Zedong, 1979, p. 366).

Mesmo após a proclamação da República (1911), a China continuou dilacerada. Dominada por grupos militares diversos, eles disputavam para si um poder já esvaziado pela dominação externa. A disputa entre os grupos gesta uma reflexão bem original por parte de Sun Yat-sen, a de que “a unidade do povo chinês estendeu-se apenas até o clã, mas não até a nação”³². Para ele, o nacionalismo

³² Vejamos o comentário feito pelo professores Chen e Sproviero: “(...) o curioso é que Sun Yat-sen nota que o povo chinês só é constituído por grupos familiares ou por clãs, e que então não há espírito nacional. Ora, justamente aí se verifica que o estado não está na mesma ordem da família, instituição natural, e de outros grupos como o clã. É um salto. Pode ser ainda mais difícil a união de tais clãs. Desde a antiguidade chinesa este princípio é discutido. Assim o filósofo Mòzi (墨子) (479 a .C.-381 a .C.), primeiro crítico de

era completamente desconhecido do povo chinês. E essa era uma das causas da sua fragilidade, já que não conseguia marchar coesa para enfrentar as adversidades econômicas e bélicas coordenadas por outras nações. Além do mais, após anos de “contato” com países ocidentais não foi difícil a compreensão de que força econômica e a capacidade bélica podiam ditar determinados comportamentos nas relações entre os Estados.

O contexto histórico vivenciado por Sun Yat-sen deixava claro para ele que ou a China se fortalecia enquanto nação ou perecia: “se nós queremos salvar a China e preservar a raça chinesa, devemos certamente promover o Nacionalismo: Para tornar este princípio luminoso para a salvação da China, nós devemos, antes de tudo, entendê-lo claramente. A raça chinesa totaliza 400 milhões de pessoas (em 1924); em que a maioria pertence à raça Han ou Chinesa, com sangue comum, língua comum, religião comum e costumes comuns – uma raça simples e pura. Qual é a posição de nossa nação no mundo? Em comparação com as outras nações, nós temos a maior população e a cultura mais antiga com quatro mil anos de duração. Nós devemos avançar alinhados com as outras nações da Europa e da América. Mas o povo chinês só é constituído por grupos familiares ou de clã; não há espírito nacional. Conseqüentemente, apesar de um povo de quatrocentos milhões de pessoas habitando junta uma única China, somos, de fato, apenas uma grande camada de areia solta. Nós somos o estado mais pobre e fraco do mundo, ocupando o lugar mais baixo nos negócios internacionais; o resto da humanidade é a faca que corta e o prato a ser servido, enquanto nós somos o peixe e a carne. Nossa posição agora é extremamente perigosa; se nós não promovermos seriamente o nacionalismo e

Confúcio, dizia que o confucionismo era clanista, isto é separava a sociedade em clãs e famílias em luta e competição. Se a sociedade é natural ao homem, então há um direito natural. Mas este não leva necessariamente ao estado. Esta unidade deve ser conquistada, e em todos os casos, sem exceção, foi imposta pela força. E no caso da China, povo agrícola e pacífico, a história nos revela a dureza desta luta até nossos dias. (op., cit., p. 59)

mantivermos juntos nossos quatrocentos milhões de chineses numa nação poderosa, estamos diante de uma tragédia: a perda de nosso país e a destruição da nossa raça. Para afastarmos esse perigo, devemos desposar o nacionalismo e empregar o espírito nacional para salvar o país”. (Op. cit., p. 55).

Do documento de Sun Yat-sen continua atual. Seus propósitos centrais se transformaram nos fundamentos que conduziram a edificação do Estado chinês moderno. Houve inovações e incorporações de novos propósitos. Mas os princípios propostos por Yat-sen não foram abandonados. Ao contrário continuaram a ser defendido dentro do novo Estado: “Rendamos homenagem ao Dr. Sun Yat-sen, grande precursor da revolução. Honremos sua memória pela grandiosa façanha que realizou durante a revolução de 1911 ao dirigir o povo para derrotar a monarquia e estabelecer a República. Honremos sua memória pela grande contribuição que deu no período da primeira contribuição entre o Guomintang e o Partido Comunista, ao desenvolver e renovar os velhos Três Princípios do Povo. Ele nos legou muitas coisas de valor na esfera do pensamento político. Os chineses de nossa época, exceto um punhado de reacionários, somos todos continuadores da causa revolucionária do Dr. Sun”.³³

³³ “ Em memória do dr. Sun Yat-sen”. Artigo escrito por Mao Zedong em 12 de novembro de 1956, por ocasião do 90º aniversário de nascimento do Dr. Sun Yat-sen.

<http://www.marxists.org/espanol/mao/SYS56s.html> (acessado em abril de 2007)

3.3 – A afirmação do Estado chinês na República Popular

“O povo chinês agora está de pé” (“中国人民从此站立起来了! ”). Essas palavras usadas por Mao Zedong em outubro de 1949 para anunciar ao mundo o triunfo de uma nova China sintetizam um sentimento comum compartilhado por diversas gerações de chineses e que havia sido tão bem sintetizado pelas reflexões de Sun Yat-sen. Acrescente-se na força desse sentimento nacionalista a luta contra a ocupação japonesa, algo que o Dr. Sun Yat-sen não pode vivenciar. Mas o grito de Mao indicava naquele momento festivo apenas um pequeno ‘descanso’, depois de uma longa batalha. A partir daquele, a concretização material do projeto nacionalista passaria por novas batalhas, cada vez mais complexas, pois em diversas frentes. Isso não demorou e, em menos de um ano, em 1950, essa nova China já teve que se posicionar e participar da Guerra na Coreia. Em um mundo já dividido em dois, o posicionamento chinês fez transparecer o seu posicionamento no tabuleiro do jogo político internacional. Mas apesar das perdas humanas e materiais, a referida guerra demonstrou que a China agora já era um ator que, apesar de ainda frágil, passara também a ser um jogador que poderia ser mais ignorado.

O Estado chinês moderno não nasceu mais em um tempo de inocência. Recordemos que quando em outubro de 1949 Mao Zedong anunciou o surgimento de uma “Nova China” parte significativa dos principais Estados nacionais acabara de vivenciar uma prolongada tormenta, inclusive com a utilização de novos instrumentos bélicos para “persuasão” ou mesmo submissão, como é o caso dos armamentos atômicos. A própria luta contra a

ocupação japonesa e a guerra civil cristalizou entre os dirigentes chineses uma convicção já existente sobre a natureza beligerante dos Estados. “O Estado nasce na violência: somente ao conquistar um monopólio legítimo da violência ele pode promulgar leis; somente ao libertar-se da violência repressiva dos demais Estados pode perseguir uma estratégia. A história explica por que a guerra – como o direito – é uma das chaves para compreender o desenvolvimento do Estado, pois conecta a sempre presente intromissão de pressões internacionais (o exterior) à anatomia política do Estado (o interior)”. (BOBBIT, 2003, p. 320)

Os textos de Mao Zedong, tão lidos em toda a China, indicam uma interação com as reflexões desenvolvidas no seu tempo. Como nessa passagem que se apropria e desenvolve a famosa reflexão de Clausewitz (1780-1831): “La guerra es la continuación de la política. En este sentido, la guerra es política, y es en sí misma una acción política. No ha habido jamás, desde los tiempos antiguos, ninguna guerra que no tuviese un carácter político. (...) Pero la guerra tiene sus características peculiares, y en este sentido, no es igual a la política en general. La guerra es la continuación de la política por otros medios. Cuando la política llega a cierta etapa de su desarrollo, más allá de la cual no puede proseguir por los medios habituales, estalla la guerra para barrer el obstáculo del camino. (...) Cuando sea eliminado el obstáculo y conseguido nuestro objetivo político, terminará la guerra. Mientras no se elimine por completo el obstáculo, la guerra tendrá que continuar hasta que se logre totalmente el objetivo. (...) Se puede decir entonces que la política es guerra sin derramamiento de sangre, en tanto que la guerra es

política con derramamiento de sangre. Todos los comunistas tienen que comprender esta verdad: El Poder nace del fusil”³⁴.

Foi no domínio dessa consciência que a [...] A China anunciou ao mundo sua autonomia de potência westphaliana, com o grito altivo de Mao Zedong, ao proclamar a criação da RPC (01.09.96): "A China ergueu-se! Nunca mais será um país humilhado." Mas foi só agora, já nos anos 90, como expressão dos avanços das Quatro Modernizações, que a China começou a exibir os atributos de verdadeira potência segundo os cânones de Westphalia. O primeiro deles é a aptidão a definir as fronteiras da própria soberania e a defendê-las, se necessário, pelas armas. Manter, para tanto, forças armadas, bem equipadas e bem treinadas, é dever elementar de uma potência westphaliana. O recurso à guerra será sempre precedido, no entanto, de um cálculo de custo e benefício. de maneira a evitar aventuras desastrosas...”³⁵

No percurso da China moderna o mais relevante foi a construção do Estado. A atual geração de dirigentes, formada já sobre a influência de Deng Xiaoping, continua a defender os mesmos postulados de Sun Yat-sen, no sentido de se criar um Estado forte para poder se defender das ameaças dos outros Estados, por natureza, potencialmente agressores. E essa é uma tendência cada vez mais atual. Não por acaso, Deng Xiaoping estimulou na República Popular os estudos da obra de Sun Yat-sen. Olhando sempre bem adiante, preparava o terreno simbólico para a uma aproximação com Taiwan visando uma unificação definitiva da

³⁴ **Problemas de la guerra y de la estrategia** (6 de noviembre de 1938), Obras Escogidas, t. II.

³⁵ Oliveira, Amaury Porto de. (1996). “O leste asiático em tempos de monopolaridade.” - <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1996/85.pdf>

nação chinesa. E o que faria do Estado chinês ainda mais forte no cenário externo. Essa percepção tem sintonia com a fórmula por ele sugerida, “um país, dois sistemas”, para a retomada dos territórios controlados pelo Reino Unido (Hong Kong) e Portugal (Macau), além de lançar as bases para resolver o impasse existente em relação a Taiwan.

Não se necessita de numerosos argumentos para validar a idéia principal que aqui procuramos desenvolver, isto é, que a preocupação primordial dos dirigentes chineses desde a instituição da República em 1911 tem sido a de construir um Estado unificado com capacidade de exercer um papel soberano no jogo das relações interestatais. As dinâmicas sociais internas também seguem esse princípio.

Concluimos esse tópico com uma preciosa lição do professor Oliveiros: “Na análise do quadro geral em que se dão as relações interestatais, é perda de tempo retirar das estantes os muitos livros que procuram explicá-las pelo que se chamou de “realismo”, “idealismo” ou que “ismo” se queira encontrar. Perda de tempo porque nos esquecemos de que a lição da História, pelo menos desde o século XVI — para não ir mais atrás — é a de que a política externa dos Estados que aspiram à projeção mundial ou regional obedece sempre ao padrão do equilíbrio de poder. Esta é a lição da História e é sobre ela que devemos construir nossas análises das relações interestatais. A ideologia importa pouco nessas relações; aliás, cumpre o papel que se espera de uma ideologia, que é mascarar as reais intenções dos atores, especialmente quando eles são os que maior poder de decisão têm na cena internacional. [...]

“É o jogo de poder global que deve merecer nossa atenção. Ele, convém lembrar, só pode ser jogado com cartas muito especiais que se chamam, nas relações internacionais, territórios. Os generais que vestem uniformes e não trajes civis, pouca importância dão à ideologia de quem controle o território que consideram um “ativo” que pretendem acrescentar a seu “capital principal” no jogo global. Não se importam com a ideologia desde que o território continue sendo “ativo” seu. Da perspectiva das relações de poder internas, será tanto melhor se os que controlam este ou aquele território pautarem suas políticas econômicas, sociais e políticas pelos mesmos padrões do grande jogador”³⁶.

³⁶ Ferreira, Oliveiros. “A Ordem Internacional – Uma perspectiva divergente”. *Palestra ministrada no Seminário `OS 60 ANOS DA GUERRA FRIA` -- PUC-SP em 24 de maio de 2007.*

Segunda parte

A questão camponesa e as particularidades chinesas



O cultivo de cereais é sem dúvida uma das maiores conquistas da humanidade. Shennong (神农), deus da agricultura, teria sido o responsável por difundir os conhecimentos sobre o cultivo dos cereais e de muitas plantas medicinais, assim como iniciado a formação de um mercado primitivo. *Registros Históricos* (史记, vol. I, p. 192), de *Sima Qian* 司马迁 (145 d.C - ?).

Capítulo 4

Aspectos gerais da questão camponesa

“Em relação ao poder político, até hoje o camponês só manifestou, na maioria dos casos, uma apatia, que tem raízes no isolamento da vida rural”.

Frederich Engels

(O problema camponês na França e na Alemanha. Novembro de 1894)

“Os camponeses são a fonte do exército chinês. Os soldados são camponeses em uniforme militar, os inimigos jurados dos agressores japoneses. Na etapa atual, são os camponeses os que constituíram a principal força política da democracia na China.

Mao Zedong

(Relatório apresentado no VII Congresso do PCCh, em 24 de abril de 1947)

Há muitas maneiras de se olhar a questão camponesa. Na China atual ela é normalmente tratada como uma questão econômica e social. Na China maoísta ela era uma questão essencialmente política. E como tal, diretamente relacionada com a questão da constituição de um poder para disputar ou controlar o aparelho do Estado. Nessa perspectiva, já existe uma reflexão teórica prolongada, principalmente dentro do que convencionalmente se denomina de tradição marxista. Marx, Engels, Kautsky, Chayanov, Lenin, Stalin, Mao Zedong..., todos se debruçaram sobre essa questão.

Dado a sua relevância e seu papel dentro do processo de transformação social nos mais diversos países, naturalmente, existe uma ampla literatura sobre o tema, tanto no seio dos movimentos sociais, quanto dentro das ciências sociais, em suas múltiplas linhas

de investigação³⁷. No geral, em que pese o reconhecimento de sua importância como ator político, muitas das reflexões existentes tendem em concordar que o campesinato necessita de agentes e fatores externos para se organizar e atuar politicamente (AGUDELO, 1996, p. 59). Essa reflexão deve ser relativizada, pois se verdadeira, não é restrita ao campesinato. Pois a organização política e a mobilização para manutenção ou mudança em uma ordem política, independente da classe, não é necessariamente obra de toda a classe, mas, inicialmente, de indivíduos ou de um grupo de elementos humanos, muitas vezes, de distintas origens econômicas e sociais.

De forma bem ampla podemos afirmar que, se levarmos em consideração os aspectos estudados para o exame da questão camponesa, duas tendências analíticas se fortaleceram. E, apesar de distintas se complementam. Uma, aborda a questão agrária sob uma perspectiva histórica e econômica. Nessa tradição, iniciada por Marx e reforçada por Kautsky³⁸, o esforço analítico está em estudar os componentes que envolvem a produção e,

³⁷ Existe uma cuidadosa tentativa de síntese sobre os traços fundamentais das teorias relacionadas com o aspecto rebelde ou revolucionário do campesinato no seguinte trabalho: AGUDELO, Carlos. *Paysans, rebellion et politique. Des theories classiques au cas colombien*, DEA (Diplôme d'Etudes Approfondies) Sociologie, sous la direction de Christian Gros, Université Paris III – IHEAL, 1996. <http://www.iheal.univ-paris3.fr/spip.php?article772> (acessado em janeiro 2006).

³⁷Sobre as reflexões teóricas envolvendo a questão do campesinato,também encontramos uma excelente reflexão em: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. (2002). In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.

³⁸ KAUTSKY, K. A questão agrária. 3. Ed. São Paulo: Proposta, 1980.

Trabalho publicado em 1898, surge dentro de um debate travado no seio da social-democracia alemã, que precisa se posicionar diante dos camponeses. Essa obra foi defendida por “Lenin, em 1901, quando escreveu uma série de artigos, que reuniu sob o título *A questão agrária* (Moniz Bandeira, na apresentação do livro acima referenciado).

principalmente, verificar como a introdução no campo do modo de produção capitalista transforma a estrutura social e imprime um novo ritmo na maneira de viver camponesa. Com pequeno diferencial metódico, mas mantendo a questão econômica no centro da análise, encontramos no trabalho de “Alexander Vasilievich Chayanov, da escola populista russa, a teoria (publicada em 1925) mais elaborada a respeito do funcionamento interno da economia camponesa vista como um sistema econômico não capitalista” (CARDOSO, 2002, p. 20). Uma das críticas é que ao desconsiderar o capitalismo, Chayanov não pode entender a articulação entre o modo de produção predominante na economia camponesa e o modo de produção capitalista, ali já presente (idem, p. 20)

Para Kautsky, com a intensificação do processo e aplicação de novas tecnologias geradas pela indústria, o camponês deixaria de ser a força motriz do processo produtivo e se submeteria a uma dinâmica determinada pelo mercado. Ele próprio se transforma e “(...) deixa, portanto, de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta se torna um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (...) lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa” (Kautsky, Apud, ALVES; SILVEIRA 2006). Para Kautsky, a solução do problema agrário estaria na superação da pequena produção rural que, com sua inferioridade técnica exigia um excesso de trabalho, e se constituía como base “para a formação, quase à margem da sociedade, de uma classe de bárbaros, que une toda a rudeza das formas primitivas a todas as

misérias e infortúnios dos países civilizados.” (Kautsky, apud. ARAUJO, 2002, p. 66).

Essa tendência de caráter mais economicista está também enraizada em uma visão evolucionista. Ela parte do pressuposto que a partir da identificação de uma estrutura social considerada central se é capaz de determinar (prognosticar) as tendências de desenvolvimento dessa mesma estrutura. Seu aspecto positivo vem do seu viés histórico, principalmente quando documenta de maneira de se viver e modos e instrumentos de produção de determinados grupos humanos em épocas e lugares distintos. Seu limite é que as categorias do pensamento são sempre escorregadias, de difícil cristalização, como ocorre em outras estruturas do mundo natural.

A outra tendência analítica, também com origem na tradição marxista, coloca no centro da análise o próprio camponês. Parte do pressuposto que nas sociedades com forte base rural o campesinato é uma força imprescindível no jogo de disputa do poder político para o controle de um Estado. Por isso, para o desencadeamento de um processo revolucionário, os camponeses devem ser contabilizados dentro de cálculos militares. Foi o caso da China durante o processo revolucionário que culminou como a proclamação da República Popular em 1949.

Mesmo sem termos por objetivo entramos nas especificidades do debate teórico sobre a questão camponesa, é relevante, mesmo que com brevidade, apresentar alguns referenciais que ensejaram o debate teórico em torno do tema. Principalmente as fontes que se ajudaram a cristalizar no seio do movimento comunista internacional uma visão negativa sobre o campesinato enquanto classe social e sobre os camponeses enquanto classe e enquanto indivíduos. Pois, “A visão marxista clássica e ortodoxa sobre a questão agrária e

camponesa teve também impacto sobre os países do chamado “Terceiro Mundo”. Essa concepção, vulgarizada pela III Internacional, compreendia o desenvolvimento histórico por etapas: do feudalismo ao capitalismo e deste ao socialismo. O VI Congresso da III Internacional, realizado em 1928, determinou a partir desta concepção, uma estratégia revolucionária a ser adotada por todos os países do Terceiro Mundo: a realização de uma revolução burguesa, nacional e democrática, de caráter anti-imperialista e anti-feudal, que alçaria esses países à condição de capitalistas. Esta revolução libertaria o homem do campo de sua condição de servidão e abriria espaço para a sua proletarização, vista como um passo necessário para a segunda etapa, a revolução socialista”. (ARAUJO, 2002, p. 67,68). O PCCh também inicialmente adotou essa orientação, modificando-a de acordo com o curso da luta revolucionária.

Marx e Engels, e seus seguidores mais próximos como Kautsky, conforme já mencionamos, apresenta e analisa o problema camponês em seu aspecto social e econômico, dentro de um período histórico em que se consolida, principalmente na Europa, o modo de produção capitalista. Dessa perspectiva, o prioritário no estudo da questão agrária são as relações produtivas existentes no campo, contrapondo-as ou relacionando-as com as existentes na indústria. Outro aspecto da mesma problemática tem como centro de análise as estruturas sociais onde transitam e atuam esse segmento social. Os textos fundadores dessa perspectiva analítica, escritos por Marx e Engels, tratam o campesinato como uma classe oriunda do feudalismo, sem perspectiva de desempenhar por si mesma um papel propriamente revolucionário, transformador. Aliás, como enfatiza Marx no 18

Brumário³⁹, o campesinato poderia exercer um papel de contenção do processo revolucionário, como ocorrera na França em 1848: “Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ainda ante a visão das amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da monarquia de julho caíram por terra”. (MARX, 1997, pp. 28,29).

Nessa mesma obra Marx faz uma análise sobre a estrutura social do campesinato francês e busca compreender os elementos que foram determinantes para a derrota da revolução proletária na França de 1848 e em 1951, com o golpe de Estado. Marx aponta o apoio dos camponeses como a causa principal para a derrota do operariado e o sucesso de Luís Bonaparte. Aliás, para Marx, o campesinato era a base de sustentação social do próprio império instituído com o 18 Brumário: “Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (*Parzellen*) camponeses. Assim como os Bourbons representavam a grande propriedade territorial e os Orléans a dinastia do dinheiro, os Bonapartes são a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês. O eleito do campesinato não é o Bonaparte que se curvou ao Parlamento burguês, mas o Bonaparte que o dissolveu”. (MARX, 1997, pp. 126 e 127).

Ainda na referida obra, Marx diagnostica que o posicionamento do campesinato no referido episódio se dá pela defesa da pequena propriedade, fadada ao desaparecimento devido

³⁹ Obra escrita entre dezembro de 1951 a março de 1952

à nova dinâmica produtiva (visão enfatizada por Engels, como veremos logo adiante). Em sua visão, os camponeses são vistos como segmento social politicamente limitado, atrasado, incapaz de enxergar além dos seus interesses imediatos, sempre restritos à família ou a pequenas comunidades. Uma “classe em si”, mas não “para si”. “Uma classe que representa a “barbárie da civilização”, cujo comportamento é um “hieróglifo indecifrável ao entendimento das pessoas civilizadas”. Ou seja, um segmento incapaz de se articular para estabelecer uma organização política autônoma apropriada para a defesa dos seus interesses, o que justifica a necessidade política de procurar sempre um ‘protetor’: “O 10 de Dezembro de 1848 foi o dia da *insurreição dos camponeses*. Só a partir deste dia Fevereiro constituía uma data para os camponeses franceses. O símbolo que exprimia a sua entrada no movimento revolucionário, desajeitado e manhoso, velhaco e ingênuo, grosseiro e sublime, uma superstição calculada, um burlesco patético, um anacronismo genial e pueril, uma travessura histórico-universal, uns hieróglifos indecifráveis para a compreensão dos civilizados — esse símbolo apresentava a fisionomia inconfundível da classe que representa a barbárie no seio da civilização (...) Napoleão era o único homem que representara, exaustivamente, os interesses e a fantasia da classe camponesa recém-criada em 1789 (...) Para os camponeses, Napoleão não era uma pessoa, mas um programa. Com bandeiras, ao som de música, dirigiam-se às assembléias de voto gritando: *plus d'impôts, a bas les riches, à bas la republique, vive l'Empereur*. Fora com os impostos, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o Imperador. Por detrás do imperador escondia-se a guerra dos camponeses. A república que eles derrubavam com os votos era a *república dos ricos* (...) 10 de

Dezembro foi o *coup d'état* dos camponeses, que derrubou o Governo vigente. E a partir desse dia, em que eles tiraram um governo e deram um governo à França, os seus olhos fixaram-se em Paris. Por um momento, heróis ativos do drama revolucionário já não podiam ser empurrados para o papel passivo e abúlico do coro.” (MARX, K., A luta de classes na França).⁴⁰

Essa visão de Marx sobre o campesinato é fruto de um contexto histórico e uma análise intelectual específica. Porém, ao caricaturar o camponês e situá-lo teoricamente como um fóssil social remanescente de um passado feudal, com um forte caráter individualista, imprime uma conotação negativa, que perpassou sua época e exerceu fortes influências no seio do movimento comunista internacional, como podemos ver em diferentes autores e contextos. Para ilustrarmos, vejamos o que diz Stalin ao abordar o problema rural soviético: “seria erro pensar que tendo os kolkoses já temos tudo o que é necessário para construir o socialismo. E seria erro maior ainda pensar que os kolkosianos⁴¹, pelo simples fato de o serem, converteram-se em socialistas. Não; para transformar o camponês kolkosiano, ainda é preciso trabalhar muito sobre ele, matar nele a psicologia individualista e fazer dele um autêntico trabalhador da sociedade socialista. E isto será conseguido com tanto mais rapidez quanto mais rapidamente se mecanizarem e tratorizarem os kolkoses [...] A grande importância dos kolkoses consiste precisamente em serem a base fundamental da aplicação de máquinas e tratores à agricultura, em constituírem a base

⁴⁰ Marx, Karl. As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850. Cap. II. Edição eletrônica: http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/cap02.htm (acessada em junho de 2008)

⁴¹ Os *Kolkhozes* (fazendas coletivas) surgiram a partir das propriedades comunitárias, ao passo que os *Sovkhozes* (fazendas estatais) surgiram a partir das grandes propriedades.

fundamental da transformação do camponês, para fazer mudar sua psicologia no sentido do socialismo proletário (...) Lênin tem razão quando diz: ‘A obra de transformar o pequeno agricultor, de transformar toda a sua psicologia e os seus costumes, é obra de várias gerações. Resolver este problema no que se refere ao pequeno agricultor, sanear, por assim dizer, toda a sua psicologia, somente poderá ser conseguido mediante base material, mediante a técnica, mediante a aplicação à agricultura de tratores e máquinas em grande escala, mediante a eletrificação em grande escala’”⁴².

Nessa perspectiva ideológica, os camponeses, imprescindíveis aliados do operariado moderno, são portadores de hábitos e, principalmente uma “psicologia” atrasada e individualista, que devem ser transformados pela introdução da mecanização da agricultura. Isto é, tornando-se proletários.

Um pequeno parêntese. Mao Zedong critica Stalin por sua desconfiança em relação ao campesinato. Em suas “anotações” críticas sobre o livro de Stalin, “Problemas econômicos do socialismo na URSS”⁴³, faz a seguinte observação: “Del comienzo al fin de su libro, Stalin no habla en ninguna parte de la superestructura. No toma al hombre en consideración. El ve las cosas pero no al hombre. [...] Su error fundamental proviene del hecho de que él no tenía confianza en el campesinado”.

Agora voltemos com Engels. Sobre a questão camponesa, o centro de sua abordagem consiste em encontrar um direcionamento

⁴² Stálin, J. V. Sobre os Problemas da Política Agrária na URSS (28 de dezembro de 1929) Primeira Edição: Discurso pronunciado, em 28 de dezembro de 1929, na Conferência dos Técnicos Agrários Marxistas. Transcrição e HTML de: [Fernando A. S. Araújo](#), novembro 2005.

⁴³ Mao Zedong: Anotaciones a los *Problemas Económicos del Socialismo en la URSS* (1959). Digitalizado y preparado para el internet: Por [Ediciones Bandera Roja](#). Esta edición: Marxists Internet Archive, Oct. de 2002.

capaz de assegurar ao operariado urbano o imprescindível apoio do campesinato. Isto é, retirá-lo das mãos dos ‘falsos protetores’: “A conquista do poder político pelo partido socialista é já uma questão colocada para um futuro próximo. Mas, para conquistar o poder político, esse partido antes tem que ir da cidade ao campo e aí converter-se numa potência. Esse partido, que leva sobre todos os demais a vantagem de ter uma visão clara da concatenação existente entre as causas econômicas e os efeitos políticos [...] irá este partido deixar tranquilamente o camponês, condenado à ruína, em mãos de seus falsos protetores, até que se convertam de adversário passivo em adversário ativo dos operários industriais? Com esta observação entramos no cerne do problema camponês”. (ENGELS, 1981, p. 60-61).

Pelas experiências políticas já relatadas por Marx no 18 Brumário, na realidade francesa, para o partido operário, o ‘cerne da questão camponesa’ estava em conseguir uma aliança com o campesinato. Porém não havia um consenso sobre o que oferecer ao agricultor, principalmente aos pequenos⁴⁴, para tê-los como aliados. (...) “Em nosso partido não há lugar para o camponês que queira que tornemos eterna a sua propriedade” (...) “Qual é, portanto, nossa posição frente aos pequenos camponeses? E como deveremos nos comportar em relação a eles no dia em que chegemos ao poder?” (ENGELS, 1981, p. 73)

Desses fragmentos ressaltam-se um dilema essencial que prossegue no debate teórico e como desafio prático para muitos partidos comunistas, inclusive o chinês. O que oferecer para ter o

⁴⁴ Neste ensaio, escrito em novembro de 1894, Engels diferencia o pequeno camponês do grande e do médio. O pequeno camponês, centro das controvérsias no seio do partido operário francês, que decidira assumir a defesa das propriedades camponesas. Para Engels essa orientação política constituía um erro, já que esse tipo de propriedade estava condenado ao desaparecimento.

campesinato, especialmente, o de pouca ou nenhuma posse, como aliado? Para Engels, a saída não seria a distribuição de terras, pequenas propriedades individuais, pois estas, pelo inevitável avanço do capitalismo no campo estavam fadadas ao desaparecimento. O desafio estaria em converter e desenvolver coletivamente a exploração das propriedades.

Essa abordagem demonstra uma ausência da voz dos próprios camponeses. Mostra um distanciamento que existe um grande distanciamento tanto do partido operário francês, quanto do próprio Engels das demandas colocadas pelos próprios camponeses. Em resumo, o determinismo histórico e econômico presentes nessas reflexões exclui a possibilidade de se 'escutar' o outro. Assim sendo, como construir uma aliança? Isso pode se explicar por uma visão negativa sobre o campesinato, profundamente arraigada na mentalidade cidadina.

Os textos de Marx, analíticos, mesmo que reforcem a relevância do campesinato no jogo das disputas políticas visando o controle do Estado, deixam muito claro que, segundo ele, por razões históricas, o caráter conservador do campesinato. E essa foi a visão que preponderou por muito tempo nos partidos comunistas. Parece ter sido relegada a seguinte ressalva deixada por Marx também no 18 Brumário: "É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural, que ligada às das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas pelo contrário, aqueles que, presos pela velha ordem em um isolamento

embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelos fantasmas do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês, não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado...” (MARX, 1997, pp. 128; 129). Ressalte-se que mesmo para enfatizar o aspecto positivo de uma parte do campesinato, o valor dado a esse camponês reside no fato de ele lutar para deixar de ser camponês, já que não tem e por isso não reivindica o direito à propriedade.

Já o texto de Engels é fruto de um embate político com o partido operário Francês. De gênero propositivo, carrega o mesmo pressuposto de Marx e que se reproduz nas reflexões de Kautsky sobre a natureza atrasada do campesinato. Mas inova ao se esforçar no sentido de buscar caminhos que assegurem o apoio do campesinato à luta política travada pelo operariado. Ao admitir a importância do campesinato para a conquista do poder político, o desafio prático está em formular propostas que possam confluir os interesses de camponeses e operários, para uni-los em torno de um objetivo comum. Essa fusão concretizaria o potencial ‘militar’ do campesinato com as idéias sociais ‘avançadas’, do operariado. Nessa abordagem, a questão central não se alterou, pois permaneceu a mesma convicção negativa em relação aos camponeses. Um dos caminhos oferecidos pelo programa elaborado por Engels era o da proletarização, certamente muito distante das aspirações históricas, objetivas do campesinato.

No caso da China, para conquistar o imprescindível apoio do campesinato, o PCCh não colocou em debate a fatalidade histórica, como fez Engels, de que o capitalismo aboliria inevitavelmente a pequena propriedade. Também não colocou que os camponeses

chineses deveriam aceitar o caminho da proletarização e incorporar-se na luta dirigida pelo operariado urbano. Ao contrário. Na China um amplo setor do campesinato aderiu ao processo revolucionário por perceber que, através da revolução comandada pelo PCCh, seus principais anseios, principalmente o direito de explorar a terra poderia ser alcançado. E nisso residiu o êxito do PCCh. E o protagonismo desempenhado pelo campesinato na revolução chinesa não só contribuiu para a constituição da República Popular, mas, no campo teórico, se passou a questionar essa visão que aqui relatamos de que os camponeses eram um segmento social seria historicamente incapaz de protagonizar ações sociais revolucionárias, a não ser como um coadjuvante do operariado moderno.

Mas se esse protagonismo removeu algumas idéias pré-concebidas, não removeu do PCCh e do próprio Mao a idéia central propagada por Marx, Engels, Kautsky e Lenin, de que a tendência histórica encaminharia o campesinato para a proletarização. Aliás, isso era uma pré-condição para a eliminação da propriedade e do pensamento politicamente atrasado que dela emanaria. A proposição das comunas populares no plano teórico, procura equacionar esse problema. Mao Zedong via a massa que formava o campesinato chinês como uma força estratégica para a industrialização chinesa, que logo transformaria a base rural. “O campesinato é a origem dos operários industriais. No futuro, dezenas de milhões de camponeses irão para as cidades e ingressarão nas fábricas. Se a China quer edificar indústrias nacionais poderosas e várias cidades grandes e modernas, tem que passar por um longo processo de transformação das populações rurais em populações urbanas.” (Mao Zedong, 1975, p. 394).

É curioso observar que a predominância dessa visão de mundo transformou-se atualmente em um dos principais problemas sociais da China. Mas isso nós abordaremos na terceira parte desse trabalho. Em síntese, é válido notar que, ao contrário de Engels e do partido operário francês, que demonstravam em suas propostas um distanciamento do campesinato, Mao Zedong e o partido só começaram a obter os êxitos militares quando superaram, pela guerra, essa concepção marxista sobre o atraso político de algumas práticas sociais comuns ao campesinato. Mesmo compartilhando com os princípios de que a industrialização era o caminho para superação do atraso chinês e que os camponeses deveriam mesmo se proletarizar, ele esperou primeiro pela vitória militar. Mas antes, os camponeses lutavam estimulados por uma recompensa muito concreta, a terra para trabalhar e viver.

Capítulo 5

Uma civilização de base agrícola

“... Bastou-me ver um dia no campo chinês com que placidez familiar e com que falta de surpresa um camponês parou um instante para contemplar o primeiro avião surgido no céu de sua terra, como se fosse um papagaio (pipa) a mais, para compreender o quanto esse povo de tão antiga idade e de tamanha plasticidade estaria pronto a adaptar-se a todas as formas de sincretismo moderno, tanto técnico ou científico quanto social, cujos componentes ele próprio desconhece. Estou, aliás, convencido, contrariamente à opinião dominante, e sem o menor paradoxo, de que o campesinato é que fornecerá um dia, na China, o elemento fundamental das grandes revoluções.”

(Carta de Alexis Léger a Philippe Berthelot - Pequim, 3 de janeiro de 1917).

In. Audrey, Francis (1976, p. 10)

5.1- A agricultura e o surgimento do poder político

A China tem uma cultura enraizada no campo. Traz em sua história a peculiaridade política de ter se desenvolvido como um “império de base agrária” (GOUROU, 1952). Parte de sua terra hoje agricultável foi aos poucos sendo domada, para se transformar produtiva “ao preço de heróicos trabalhos” (GRANET, 1968, p.164 e165). Não por acaso, a terra está diretamente ligada à história do seu povo e “isso não sucede simplesmente porque a China foi totalmente e ainda é em grande parte um país agrícola; nem simplesmente porque a sua história foi na generalidade uma história de lutas pela terra, de relações de produção rurais, mas porque é, sobretudo, o fruto do trabalho do povo chinês, da paciente obra secular que transformou a natureza capilarmente, tornando-a apta a dar os seus frutos para a vida dos homens”. (PISCHEL, 1976, p. 13, 14).

Proteger as terras agricultáveis e os produtos dela colhidos, estendê-las e mantê-las sempre produtivas, é parte de uma rotina histórica quase contínua para grande parte do povo chinês. Dominar as águas⁴⁵ para a irrigação ou escoamento da produção; controlar ou atenuar os efeitos das inundações; assegurar a produtividade em terras exploradas por muito séculos são algumas das muitas tarefas que atravessam milênios e ainda permanecem atuais. Grandes obras de infra-estruturas como os canais para transportar as colheitas, as muralhas para se protegerem das

⁴⁵ É bem conhecida pelos chineses a história do Grande Yu (大禹), que dedicou parte da sua vida para controlar as águas do rio Amarelo (leia-se a questão das enchentes). “Dizem que Yu se despediu de sua noiva quatro dias depois do casamento para controlar as inundações. Durante 13 anos, passou pela porta da casa três vezes, mas não entrou. Por sua inteligência e diligência, as inundações foram controladas e os rios foram ordenados, com o que a população passou a viver em paz e felicidade”. <http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter17/chapter170103.htm> (acessado em agosto de 2007). Ver também GRANET, 1997, p. 114 e 115).

invasões externas, o domínio dos rios para desenvolvimento da irrigação têm uma relação direta com a dinâmica das necessidades agrícolas. Mesmo o desenvolvimento do conhecimento relacionado com a observação dos corpos celestes tinha por finalidade encontrar as melhores condições para que os alimentos, especialmente os grãos, fossem produzidos. Dessa busca para se assegurar a continuidade da vida humana surgem ainda grande parte dos rituais religiosos, desenvolvidos para agradecer e para clamar a proteção divina no que diz respeito a colheitas.

O domínio das terras, das águas e das técnicas agrícolas se por um lado tornou mais estável a vida de alguns grupos sociais, por outro lado fez surgir instituições políticas que, pelo conhecimento ou pela força, passaram a desempenhar um controle político sobre o grupo. Essa instigante hipótese já se encontra em relatos antigos como o deixado por Shang Yang 商鞅 (390 a 338 a.C.), um pensador legista e homem de estado no reino Qin. O livro a ele atribuído é o Shang un shu 商君書, ou livro do senhor Shang. Uma parte do texto, ao tratar sobre a questão da administração do reino diante das mudanças políticas em curso, apresenta argumentos que justificam, pela mudança da época, a necessidade de utilizar o poder coercivo. “Así, si el pueblo es simple se le puede dominar mediante el conocimiento; mas, si hay que hacer frente a una época de conocimiento se le debe dominar mediante la fuerza. Los súbditos simples están hechos a la fuerza pero no al conocimiento, del mismo modo que un pueblo astuto está hecho al conocimiento pero no a la fuerza. Es así como Shen Nong pudo reinar instruyendo las técnicas agrarias: dominó el mundo mediante el conocimiento. Sin embargo, los reyes Tang y Wu recurrieron a la violencia: lograron someter a los señores feudales mediante la

fuerza. En la actualidad, vivimos en una época de astucia y de abuso por lo que, si en lugar de adoptar las recetas del tiempo de Tang y Wu, practicamos las de Shen Nong y atenuamos las prohibiciones, emergerá el desorden por doquier”⁴⁶

故民愚，則知可以勝之；世知，則力可以勝之。民愚，則易力而難巧；世巧，則易知而難力。故神農耕而王天下，師其知也；湯武致疆而征諸侯，服其力也。今世巧而民淫，方倣湯武之時，而行神農之事，以隨世禁，故千乘惑亂。

Independientemente das controvérsias sobre essa instigante hipótese de que o conhecimento de técnicas agrícolas pode também criar uma relação de dependências e subordinação entre os membros do grupo social, o mais relevante nessa contextualização é a existência na China, desde tempos remotos, de uma relação entre o funcionamento do poder político e a produção de alimentos através da agricultura.

Essa relação estrutura no mundo imperial chinês uma divisão social baseada quatro segmentos sociais básicos: os *letrados* (shi 士), funcionários do Estado, topo na hierarquia social; os camponeses (nong 农), segmento numeroso, base preciosa fonte do poder econômico e militar; os artesãos (gong 工) e os comerciantes (shang 商). Em tal esquema, o segmento dos camponeses, especialmente dos que não detinham o poder sobre o principal meio de produção, a terra, tinha geralmente uma vida muito incerta, seja pelas adversidades naturais, seja devido aos freqüentes conflitos militares, onde precisavam agir como soldados para combater ou

⁴⁶ Jiang Lihong, *Shang jun shu zhuzhi*, cap. VI, p. 47. Apud. GALVANY, Albert. "La genealogía del poder coercitivo en la China antigua. Historia, instituciones políticas y legitimación", *Estudios de Asia y Africa*, No. 124, mayo-agosto 2004, México, pp. 349-386.

defender interesses fixados pelo segmento social dominante. Assim, distanciado do controle dos meios de produção para garantir a sua subsistência, as tensões e os conflitos estavam sempre eminentes. Pois para eles a vida era sempre precária e conviviam com a escassez de alimentos mesmo no tempo de fartura. “Vie précaire, au jour le jour, que celle de ces paysans dont la pitance était à peine suffisante même pendant les bonnes années”. (MASPERO, 1967, p. 11)⁴⁷

5.2 – O “imperador” no imaginário camponês

Essa relação de dominação prolongada e de lutas constantes, geração após geração, produziu um imaginário que ainda hoje perdura em boa parte do campo chinês. Essa relação forjou em parte do campesinato uma aceitação de sua condição de inferioridade na estrutura social imposta. Ao ponto que, apesar de todos os movimentos revolucionários na China contemporânea e do discurso oficial de que todos são iguais, essa concepção de inferioridade e da necessidade do “imperador” ainda se faz presente, como pode testemunhar o pesquisador português Gonçalves Duro em uma rica vivência com camponeses em uma pequena comunidade agrícola⁴⁸.

⁴⁷ « Histoire et institutions de la chine ancienne ». <http://classiques.uqac.ca/>

⁴⁸ A comunidade da Harmonia, com cerca de 700 moradores, fica na província de Guangdong, sul da China. SANTOS, Gonçalo Duro dos. (2006). Os "camponeses" e o "imperador": Reflexões etnográficas sobre orizicultura intensiva e estratificação social no Sudeste da China rural. Etnográfica, mayo 2006, vol.10, no.1, p.41-70

Como os habitantes da aldeia me lembravam frequentemente, o “imperador” e os “camponeses” distinguem-se hierarquicamente um do outro tal como o “céu” se distingue da “terra”, ou ainda como o princípio cosmológico masculino e solar de “yang” se distingue do feminino e lunar de “yin”, o “pai” do “filho”, o “marido” da “mulher”, o “professor” do “aluno” e assim sucessivamente; isto porque assim sempre foi a *ordem das coisas*. Agir de outro modo é agir sem senso, como as crianças que ainda não sabem como “distinguir o céu da terra” (唔分天地). Pelo contrário, saber como distinguir o “céu” da “terra” é saber que o “imperador” e os “camponeses” têm e fazem coisas que são hierarquicamente distintas. É saber, por exemplo, que enquanto os “camponeses” só são capazes de cultivar a terra do “imperador” para obterem comida para se alimentarem, o “imperador” é capaz de cobrar impostos pesados aos “camponeses”; que enquanto os “camponeses” só conseguem comer alimentos de base baratos (que eles próprios cultivam), como cassava, taro, batata-doce e, sobretudo, arroz, o “imperador” consegue comer qualquer tipo de guarnição cara e de excelente qualidade, incluindo várias espécies extremamente raras de animais e plantas selvagens conhecidos pelas suas propriedades mágicas; que enquanto os “camponeses” só conseguem fumar cigarros de tabaco amarelo barato que eles próprios enrolam, o “imperador” consegue fumar cigarros caros de marcas ocidentais ou até mesmo cigarros de marcas especiais que só o “imperador” pode fumar; ou que enquanto os “camponeses” só conseguem viver em velhas “casas de barro” pequenas, baratas e atrasadas, o “imperador” vive em “mansões” e “palácios” grandes, caros e modernos. Mas saber distinguir o “céu” da “terra” também é saber reconhecer que, embora o “imperador” e os “camponeses” sejam hierarquicamente distintos, eles não podem viver um sem o outro. (SANTOS, 2006, p. 51,52)

Porém essa relação apesar de aceita ela é uma fonte permanente de tensão. O fato do “imperador” romper com suas atribuições, não estando mais em consonância com o Céu, quebra o elo dessa relação de obediência. O camponês aceita a sua posição, mas também exige que o “imperador” exerça de forma justa as suas funções. Como isso em sempre acontece, essa relação vive sob um sentimento que flutua entre obediência e revolta. A obediência para ter o direito de usar a terra e poder viver e a revolta motivada pelo frágil controle sobre a sua própria produção nos momentos que o “imperador” exige mais do seu trabalho.

Ngô Van Xuyet⁴⁹ nos apresenta breves, porém densas e originais, reflexões sobre o campesinato chinês, mui relevantes para adentrarmos em sua complexidade social. Aliás, sua última produção intelectual foi sobre as

⁴⁹ (1913-2005), intelectual vietnamita que se radicou na França Sua vida foi marcada por perseguições políticas, seja por tropas coloniais francesas, seja pelos partidários de Ho Chi Minh.

revoltas camponesas na China (Utopie antique et guerre des paysans em Chine). Ele toma de Joseph Déjacque (L'Humanisphère, Utopie anarchique -1857), o conceito de utopia como um 'sonho não realizado, porém não irrealizável' (par utopie nous entendons le rêve non réalisé mais non pas irréalisable). Uma de suas originalidades, pelo menos até onde conhecemos, é a reflexão que tece sobre Mao Zedong, dentro de um cenário histórico mais amplo. Assim ele vê o triunfo militar de Mao, e o próprio Mao, como parte de uma tradição milenar de guerras camponesas motivadas pela existência dessa visão utópica (*algo não irrealizável*), presente na tradição chinesa. Antes de Mao, três outros líderes camponeses lideraram os camponeses e assumiram o comando do próprio império⁵⁰.

As considerações de Ngô Van nos estimulam a observar que dentro do imaginário que interliga as individualidades e coletividades participantes das revoltas existem alguns ideais que estão arraigados em um imaginário cultural profundo e que podem se manifestar, para "instaurar na terra (sob o céu) uma humanidade sem ricos nem pobres, sem nobres nem vilões"⁵¹.

Evidentemente que tal constatação requer alguns questionamentos. Em primeiro lugar é importante saber em quais

⁵⁰ Com suas próprias palavras: « Nous considérons la victoire militaire de Mao (毛) comme la victoire d'une guerre de paysans dans la tradition millénaire des guerres de paysans de Chine (...) » Avant Mao, trois chefs de paysans ont réussi : le premier, Liu Bang 刘邦 (Lieou Pang), fondateur de la première dynastie des Han 汉 en 206 avant J.-C. ; le second, Zhu Wen 朱溫 (Tchou Wen), fondateur de la dynastie des Liang 梁 (Leang) en 907, et le troisième, Zhu Yuanzhang 朱元璋 (Tchou Yuan-tchang), devenu empereur Ming 明 en 1368. »

Nessa citação substituímos a grafia utilizada pelo autor para citar os nomes chineses pelo sistema *hanyu pinyin*. Também acrescentamos os ideogramas. Porém, deixamos entre parênteses a grafia que consta no texto original. (www.chatquipeche.org/ - acessado em 12 de junho de 2007).

⁵¹ No original : « Ces pensées nouvelles nourrissent le rêve millénaire des paysans de l'instauration sous le ciel d'une humanité sans riches ni pauvres, sans nobles ni vilains »

condições sociais esse ideário tende a se manifestar em uma magnitude suficiente para alterar, se não a estrutura de poder, pelo menos os governantes identificados como forças antagônicas a concretização desse ideal. Sobre esse aspecto, o passado histórico nos legava uma resposta similar. As revoltas generalizadas sempre ocorreram em momentos de extrema adversidade humana, onde a escassez de alimentos era um dos componentes centrais. Acentuada por uma combinação de adversidades naturais e guerras, simbolicamente entendidas como a falta de harmonia entre o Céu e os governantes, o que poderia servir de argumentos legitimadores para que, através da luta militar, os imperadores, caso não controlassem essas revoltas fossem substituídos. Foi assim na derrubada de muitas dinastias. Foi assim no processo revolucionário que culminou com a instituição da República Popular. Mas para Barrington, além dessa ligação entre a fome e as revoltas, “o elo entre os governantes e governados era fraco e muito artificial, sujeito a quebrar sobre qualquer forte tensão” [...], de onde conclui que “a estrutura da sociedade camponesa, juntamente com a fraqueza dos elos que ligam os camponeses às classes superiores, ajuda a explicar o motivo por que a China estava especialmente sujeita a insurreições dos camponeses, tal como alguns dos obstáculos e limitações às mesmas”. (BARRINGTON, 1983: 206; 214).

Em segundo lugar, devem-se verificar os mecanismos utilizados para a canalização dessas ansiedades e anseios tendo em vista a conquista do poder sobre as principais estruturas políticas. Nesse sentido, o re-estabelecimento da ordem social, parece passar por canalização dos deserdados socialmente dentro de uma estrutura que envolve engajamento militar e capacidade de

produzir alimentos. Essa combinação se bem sucedida, muitas vezes é capaz de deslocar do poder a força vigente.

Por fim, é importante saber como, dentro do processo histórico em curso, as práticas políticas adotadas pelos que conquistam o poder político do Estado indicam uma aproximação ou um distanciamento de tal ideal utópico. Na análise da estrutura social da China durante a última dinastia, Barrington deixa claro que tal modelo ensejava as rebeliões, mas “punha severos limites àquilo que elas poderiam conseguir” [...] “Somente quando o impacto do mundo moderno já tinha devorado a superestrutura (...) se tornou possível uma verdadeira tentativa revolucionária (Op. cit, p. 218; 219). Dado o processo que fez surgir a República Popular e as transformações pelas quais tem passado, principalmente com a instituição das diretrizes econômicas depois de 1978, é relevante saber como estão esses elos entre o “imperador” e o campesinato na atualidade.

Capítulo 6.

O protagonismo do campesinato na República Popular



Interagindo com os camponeses –

Hancheng 韩城, provincia de Shaanxi 陕西 – junho de 2008

O protagonismo do campesinato na República Popular

Na história chinesa, os camponeses sempre atuaram como protagonistas das principais revoltas políticas. Isso já está bem documentado (BIANCO, 1967; CHENEUX, 1979). Nas últimas movimentações, foram decisivos para a expulsão dos japoneses e, em seguida, para a instituição da República Popular em 1949. De alguma forma, esse protagonismo motivou o questionamento sobre a supremacia do operariado como vanguarda do proletariado moderno. A China de então era essencialmente camponesa e base de sua economia era campo⁵². A força e o pensamento para as transformações pretendidas só poderiam obter êxito se trabalhasse com os dados dessa realidade.

As observações do PCCh, especialmente de Mao Zedong sobre a realidade social do seu país, essencialmente rural, introduz dentro da literatura de tradição marxista novos elementos para a reflexão teórica. Ao enfatizar o campesinato como a classe social mais importante dentro do processo revolucionário chinês, Mao abria um novo questionamento dentro do modelo que apenas admitia o campesinato como um coadjuvante revolucionário do operariado.

Uma das principais características intelectuais de Mao está em se apegar em generalizações conceituais que dificultassem a concretização dos seus objetivos. Por exemplo, para ganhar o imprescindível apoio do campesinato, jamais abordaria que, fruto do

⁵² Em 1949, a população chinesa era de 541,6 milhões. A agricultura era responsável por 90% do valor da produção do país, enquanto que a indústria detinha apenas 10%. (Lu Zheng, “O Caminho do Desenvolvimento Econômico Chinês”).

desenvolvimento do modo de produção capitalista, seria inevitável o desaparecimento dos camponeses.

Diferentemente da abordagem feita por Engels no ensaio sobre o problema camponês na França e na Alemanha (ENGELS, F., 1974), que discorria sobre o que fazer ou não com os camponeses quando se conquistasse o poder, para Mao antes dessa questão existia outra muito mais relevante, já que respondia a uma etapa apresentada pelos desafios em curso. Ou seja, o importante era o que fazer para conquistar o apoio do campesinato e, com essa força, o poder político. Mas primeiro, para responder a esse questionamento, Mao procurou aprofundar o seu conhecimento sobre as particularidades da população camponesa. E para isso, dentro do seu contexto, aplicou algumas ponderações já esboçadas por Engels.

Um aspecto era a necessidade de se caracterizar as diversas particularidades que compunham a classe social; outro, era identificar quais dessas categorias poderiam compor uma aliança para a conquista do poder político. Segundo Engels, “La población campesina a la que nosotros podemos dirigirnos está formada por elementos muy diversos, que a su vez varían mucho según las diversas regiones” [...] “¿Cuáles de estas categorías de la población campesina se pueden ganar para el partido socialdemócrata?”. (ENGELS, F., 1974).

Mao desenvolveu um detalhamento cuidadoso dessas particularidades, enfatizando sempre a necessidade de se identificar os potenciais aliados para a luta revolucionária. “Quem são nossos inimigos e quem são nossos amigos? Esta é uma questão de importância primordial para a revolução”. Na sua

“Análise das classes na sociedade chinesa”⁵³, Mao descreve as diferentes categorias que compõem o tecido social chinês. Sua descrição, quase fotográfica, nos permite visualizar o quadro econômico e social vivenciado pela China nos primeiros anos de sua vida republicana e as condições de vida da grande massa que se incorporou ao processo revolucionário. Este texto também é muito relevante porque no período da Revolução Cultural *wenhua geming* 文化革命 - (1966-1976) um dos focos foi a luta de classes. Apesar de um pouco longa, a classificação das classes sociais feita por Mao Zedong é muito relevante para visualizarmos parte da situação social da época.

“Lo que llamamos semiproletariado comprende cinco categorías: 1) la aplastante mayoría de los campesinos semipropietarios, 2) los campesinos pobres, 3) los pequeños artesanos, 4) los dependientes de comercio y 5) los vendedores ambulantes. La aplastante mayoría de los campesinos semipropietarios y los campesinos pobres constituyen una inmensa parte de las masas rurales. El problema campesino es esencialmente su problema. [...] Los campesinos semipropietarios viven peor que los campesinos propietarios, porque cada año les falta aproximadamente la mitad del sustento necesario, y tienen que compensar este déficit tomando en arriendo tierras ajenas, vendiendo parte de su fuerza de trabajo o haciendo pequeños negocios. Entre la primavera y el verano, cuando la cosecha pasada se ha agotado y los cultivos están aún en cierne, piden dinero

⁵³ Esse artigo, escrito em 1926 e tinha por finalidade o enfrentamento ideológico dentro do PCCh. Uma corrente defendia a cooperação incondicional com o Guomintang, relegando o papel dos camponeses. Outra, advogava em relação ao operariado, também desconsiderando o campesinato. A questão era: quem pode compor a força que se necessita para a revolução? Para Mao, o quadro social apontava que a revolução só poderia triunfar se o partido conseguisse incorporar em suas fileiras o campesinato, que além de numeroso já não mantinha um vínculo de obediência com o poder constituído, dão a situação de penúria. <http://www.marxists.org/espanol/mao/AC26s.html> (acessado em abril de 2007).

prestado a intereses usurarios y compran grano a altos precios. Naturalmente, llevan una existencia más difícil que los campesinos propietarios, quienes no necesitan recurrir a la ayuda de nadie. Pero viven mejor que los campesinos pobres, porque éstos no poseen tierra y sólo obtienen por su trabajo del año la mitad de la cosecha, o aún menos; en cambio, los campesinos semipropietarios pueden quedarse con toda la cosecha de su propia tierra, aunque también obtienen sólo la mitad, o aún menos, del producto de la tierra que toman en arriendo. Los campesinos semipropietarios son, por lo tanto, más revolucionarios que los campesinos propietarios, pero menos que los campesinos pobres. Estos últimos son arrendatarios explotados por los terratenientes. Pueden dividirse, a su vez, en dos capas según su condición económica. Una comprende a los que disponen de herramientas de labranza relativamente suficientes y de ciertos fondos. Estos campesinos pueden retener la mitad del producto de su trabajo del año. Para cubrir su déficit, hacen cultivos marginales, cogen peces y camarones, crían aves y cerdos o venden parte de su fuerza de trabajo, y logran así a duras penas ganarse la vida. En medio de dificultades y penurias, se consuelan con la esperanza de mantenerse mal que bien hasta el nuevo año. Viven más penosamente que los campesinos semipropietarios, pero mejor que la otra capa de campesinos pobres. Son más revolucionarios que los campesinos semipropietarios, pero menos que la otra capa de campesinos pobres. Estos últimos no tienen herramientas de labranza suficientes, ni fondos; disponen de escasa cantidad de abono y sólo obtienen pobres cosechas, y, por ser muy poco lo que les queda después de pagar el arriendo, tienen aún mayor necesidad de vender parte de su fuerza de trabajo. En los tiempos de hambre y calamidades, mendigan en

préstamo a sus parientes y amigos unos cuantos dou o sheng⁵⁴ de grano para mantenerse siquiera por cuatro o cinco días; sus deudas se amontonan como cargas sobre el lomo del buey. Constituyen un sector campesino que vive en extrema miseria y son muy sensibles a la propaganda revolucionaria.

[...]

El proletariado industrial moderno asciende aproximadamente a dos millones. Tan reducida cifra se explica por el atraso económico de China. Estos dos millones de obreros industriales están empleados principalmente en cinco sectores: ferrocarriles, minas, transporte marítimo, industria textil y astilleros; y un gran número de ellos se hallan bajo el yugo del capital extranjero. Aunque débil numéricamente, el proletariado industrial representa las nuevas fuerzas productivas de China, es la clase más progresista de la China moderna y se ha convertido en la fuerza dirigente del movimiento revolucionario.” (Mao Zedong, 1968, 12-14).

Da citação acima destacamos: a) para Mao, o problema camponês de sua época estava quase restrito aos pequenos proprietários e aos camponeses pobres, possivelmente sem terras próprias para produção. No sentido político, o desafio do partido seria incorporar esse segmento nas suas fileiras. Eles deveriam ser a prioridade política do PCCh. b) Essa base social, imensa maioria dos chineses, não dispunha dos meios produtivos que assegurassem a sua própria sobrevivência; certamente, seu elo com o poder político vigente era muito frágil. c) Sobre o proletariado industrial, apesar de pouco expressivo numericamente, Mao o destaca como “a classe mais progressista da China”. E aqui ainda

⁵⁴ Medida chinesa de capacidade. 1 dou (市斗) = 10 sheng (市升). 1 sheng = 1 Litro

reproduz o discurso presente no movimento comunista internacional até então. Ressalte-se que a proeminência do proletariado urbano sobre o rural estava claramente colocada. Aliás, dentro do próprio PCCh, existia naquele momento uma corrente advogando que para fazer a revolução chinesa era imprescindível o apoio do operariado urbano. O que é uma reprodução das *Teses Sobre a Questão Agrária do 2º Congresso da III Internacional Comunista* (Agosto de 1920). Logo no seu parágrafo inicial expressa que “O proletariado industrial das cidades, dirigido pelo Partido Comunista, pode sozinho libertar as massas trabalhadoras dos campos do jugo dos capitalistas e dos proprietários rurais, da desorganização econômica e das guerras imperialistas, que recomeçarão, inevitavelmente, se o regime capitalista subsistir. As massas trabalhadoras dos campos só poderão ser libertadas se seguirem o proletariado comunista e ajudarem-no sem reservas em sua luta revolucionária para a derrubada do regime de opressão dos grandes proprietários rurais e da burguesia”⁵⁵. Na realidade chinesa de então, não se poderia seguir recomendações como tais. Enquanto seguiu essa estratégia recomendada pela Internacional o então jovem PCCh se distanciou muito de um possível êxito militar (BARRINGTON, 1983, p. 223-24).

Uma confluência de elementos, incluindo-se “a fraqueza dos elos que ligavam os camponeses às classes superiores”; “a conquista japonesa” ou “as políticas de ocupação de um conquistador estrangeiro” (BARRINGTON, 1983), ou o fato de Mao dá uma fé aos camponeses, fazendo apelo a reflexos milenares (CHASSIN, s.d, p. 228). Sem dúvida, esses fatores possuem sua força explicativa para o triunfo da revolução chinesa. No entanto,

⁵⁵ <http://www.marxists.org/portugues/tematica/1920/08/2-cong-3-internacional/questao-agraria.htm> (acessado em junho de 2008)

compartilhamos com o entendimento de que o elemento inovador para o triunfo da revolução chinesa está no desenvolvimento de um organismo político-militar (o partido), que foi capaz de canalizar os descontentamentos dos camponeses e incorporá-los em sua estrutura.

Simbolicamente, a solução proposta pelo partido, a distribuição da terra para os camponeses, conseguiu canalizar a força do campesinato que mais uma vez se movimentava para que o “mandato celestial” fosse restabelecido. Seu maior triunfo foi superar com a força dos marginalizados as forças sociais que disputavam entre si (os senhores de guerra) a ocupação do vazio político criado pela transição do mundo dinástico para o republicano.

Dito de outro modo, o êxito deve-se ser atribuído a existência de um sólido plano capaz de acomodar grandes contingentes humanos, “que viviam em situação marginal, não só no sentido físico de estarem próximos de morrer de fome, mas também no sentido sociológico de que a redução da propriedade significava que os elos que os ligavam à ordem prevalecente eram cada vez mais fracos” (BARRINGTON, 1983, p. 221).

A estratégia central adotada pelo PCCh depois que Mao assumiu a liderança consistiu em distribuir a terra controlada pela aristocracia e latifundiários, no geral colaboradores dos japoneses. A recompensa com terra era uma das distinções significativas entre os camponeses que lutavam pelo Guomintang (国民堂) e os que integravam o Exército de Libertação Nacional.

Mas o triunfo da estratégia adotada pelo PCCh não ocorreu somente devido a uma acomodação física dos camponeses nos lotes de terras a eles delegados, mas principalmente porque eles

foram incorporados nos organismos políticos que decidiam os passos da revolução em diversas esferas da luta cotidiana. É certo que eles foram comandados pelo partido, mas é igualmente certo que eles comandaram também o partido. No texto que citaremos a seguir, fica claro o que entendemos por protagonismo do campesinato no processo revolucionário que culminou com a proclamação de República Popular. Como bem enfatizou Mao “sem os camponeses pobres não teria a revolução”. “La inmensa masa de los campesinos pobres, que representa el 70 por ciento de la población rural, es la columna vertebral de las asociaciones campesinas, la vanguardia en la lucha por el derrocamiento de las fuerzas feudales y los gloriosos pioneros en el cumplimiento de la grandiosa tarea revolucionaria, que durante tantos años ha estado sin realizar [...] Por ser los más revolucionarios, los campesinos pobres han conquistado la dirección de las asociaciones campesinas. Durante el primero y el segundo períodos, casi todos los presidentes y miembros de los comités de las asociaciones campesinas al nivel más bajo han sido campesinos pobres (de los encargados de las asociaciones campesinas cantonales en el distrito de Changsha, un 50 por ciento son campesinos indigentes; un 40 por ciento, campesinos relativamente indigentes, y un 10 por ciento, intelectuales pobres). Esta dirección de los campesinos pobres es absolutamente necesaria. Sin los campesinos pobres, no hay revolución. Negar su papel es negar la revolución. Atacarlos es atacar a la revolución. Ellos nunca se han equivocado en su orientación revolucionaria fundamental [...] Sus numerosos actos

en el período de acción revolucionaria, calificados de "excesos", han sido justamente lo que la revolución necesitaba"⁵⁶.

Passado essa fase e instituída a República Popular, depois do triunfo da revolução, mudam-se as perspectivas. As concessões das terras conquistadas pelos esforços revolucionários foram retiradas através de programas agrários que, na prática, colocavam o Estado mais uma vez como senhor absoluto de toda a terra. No plano político, o papel de continuar como protagonista, seja no comando das instituições partidárias, seja nas instituições que dirigem o Estado, foram se esvanecendo. Terminaram na sua velha função de fornecedores do que é mais precioso para toda sociedade, os alimentos. Novamente enfrentam as velhas tensões impostas pela relação "imperador" e "camponeses". Teriam eles força para novamente se rebelarem caso o "imperador" deixe de cumprir adequadamente o mandato celestial? Além do mais, eles hoje já não vivem somente no campo, mais em toda parte onde se necessita de força humana para se produzir. É o caso dos *nonggong* (农工), operários urbanos de origem camponesa, que aos milhões migram para as cidades em busca trabalho, a sua maior utopia.

⁵⁶ Informe sobre una investigación del movimiento campesino en junan (Hunan, 湖南), marzo de 1927. De las Obras Escogidas de Mao Zedong - EDICIONES EN LENGUAS EXTRANJERAS PEKIN 1968 Primera edición 1968 - Tomo I, pp. 19-59. Esta edición: Marxists Internet Archive, mayo de 2001.

Capítulo 7

As transformações sociais depois de 1949

“As relações econômicas são importantes no processo de disputa da hegemonia porque os simples as vêem, imediatamente, não como relações abusivas, mas como criadoras de situação em que o esforço do trabalho não é suficiente para satisfazer a fome, ou as necessidades secundárias. Por aparecer como responsável pela privação do reclamado necessário ao gozo da existência, a organização das relações econômicas é o terreno mais propício ao ataque aos dominantes, e a que primeiro chama a atenção do observador”.

Oliveiros Ferreira
Os 45 cavaleiros húngaros
(1986, p. 64)

7.1 – Mudanças na estrutura social e agrícola

O triunfo da revolução chinesa abriu caminhos para proposições inusitadas, alterando o senso-comum em diversos aspectos das estruturas sociais vigentes. Algumas decisões lançaram as bases para uma modificação profunda nas relações econômicas, políticas e culturais, criando um novo desenho dentro da estrutura social.

Uma das maiores mudanças ocorreu na família, uma das unidades básicas da sociedade. Antes de 1950, a educação escolar, além de restrita a um número limitado de pessoas, estava voltada prioritariamente para os homens das classes sociais dominantes. Algumas mulheres das classes mais abastadas podiam ser educadas, mas pelas regras sociais sabiam de antemão que deveriam casar e obedecer aos maridos. No geral, a educação das mulheres consistia em conhecimentos práticos para realização das suas atribuições domésticas e, no sentido moral, saber como se comportar como filha, nora, esposa. Segundo os preceitos vivenciados e transmitidos nos clássicos confucianos: casta, obediente e recatada (DELGADILLO, 2005, p. 28;30). Nesse aspecto, a proclamação da lei do matrimônio em 1950 abre uma nova perspectiva. Primeiro, porque equipara os direitos e as obrigações entre homens e mulheres; segundo, porque a ênfase passa a ser dada às relações interpessoais, visando superar o casamento como um instrumento para estabelecimento de aliança

entre família; terceiro, pelo fato do Estado passar a legislar e a normatizar assuntos que antes era tido como essencialmente civil⁵⁷.

Outra mudança significativa ocorreu no campo. Após a conquista do poder político, uma das primeiras medidas do novo governo foi fazer a reforma agrária. Com o controle sobre o Estado, o partido comunista pode aplicar uma política que já vinha sendo praticada nas áreas controladas pelo partido. Mas a lei sobre a reforma agrária publicada em 28 de junho de 1950 expande essa prática e transforma significativamente a estrutura social rural, além de estabelecer um novo nível de relação entre os camponeses e o Estado.

O objetivo da reforma agrária, conforme indicava o primeiro capítulo da lei, era transferir para os camponeses pobres o controle sobre a terra, então nas mãos dos chamados latifundiários. Também visava liberar as forças produtivas das regiões rurais; desenvolver a produção agrícola e criar as bases para a industrialização (ENGELBORGHS-BERTELS, 1974, p. 142). No concreto, a reforma agrária foi um eficiente mecanismo para acomodar uma parte significativa da população que devido o processo prolongado de guerras estava muito instável. Outro aspecto essencial é que ao retirar a terra das mãos dos latifundiários se golpeou duramente a base social de muitas forças sociais antagônicas que resistiam às mudanças políticas em curso.

A reforma agrária alterou completamente a fisionomia rural. Milhões de camponeses pobres, sem-terra ou com pouca terra passaram de repente a possuir suas propriedades. “A reforma

⁵⁷ Um estudo detalhado, com ampla referência bibliográfica sobre a situação feminina na China ante da lei do matrimônio e sobre a própria lei encontra-se DELGADILLO, J. P. (2005). *La ley del Matrimonio de 1950 en China: cambios políticos, económicos y sociales como resultado de la emancipación femenina*. Tesis Licenciatura. Relaciones Internacionales. Departamento de Relaciones Internacionales e Historia, Escuela de Ciencias Sociales, Universidad de las Américas Puebla, 2005.

agrária significou a transferência de cerca de 47 milhões de hectares (quase a metade das terras cultivadas) para 300 milhões de camponeses pobres, que receberam 15 ares per capita (ou seja, cerca de dois terços de hectare por família), e tornaram-se co-proprietários ou de um animal, ou de um arado. As terras tomadas foram, portanto, redistribuídas aos camponeses pobres, sendo que 70 milhões de camponeses médios mantiveram a sua propriedade e 40 milhões de camponeses ricos tiveram a sua propriedade reduzida. Foram também organizadas fazendas ou granjas estatais, cujos trabalhos eram realizados por trabalhadores assalariados”. (Chinese Academy of Social Sciences, 1992. Apud. Guoying).

No âmbito da mentalidade social essa mudança é profunda. Primeiro pelo prestígio político adquirido pelos camponeses pobres, com concessões materiais e o poder de participar da política, através, por exemplo, das associações camponesas. Além da novidade de ter acesso ao estudo, um bem tão precioso dentro da cultura tradicional chinesa, mas até então limitado a um número reduzido de pessoas. Esses fatos tiveram um grande significado, no sentido de uma transformação de mentalidade. A grande massa de camponeses pobres quase sempre viveu na China à margem das decisões políticas. Para exercer o seu “papel de camponês” era importante ao “imperador”. Na prática, a revolução enfraqueceu profundamente dois segmentos sociais tradicionais: os grandes proprietários e os intelectuais de formação confuciana. Com isso, um novo quadro social se estabelece, e o Estado muda completamente de feição. Tais mudanças colocam em um novo patamar as relações entre essa população e o Estado, através do PCCh. Uma nova estrutura social é realmente estabelecida.

Porém, antes que os camponeses pudessem exercer o direito de propriedade e trabalhar suas próprias terras conforme as suas condições e experiências, novas diretrizes políticas mudariam novamente a sua condição social. Se para os camponeses a obtenção da terra era a finalidade maior, para o PCCh essa era apenas uma etapa, breve, de objetivos bem maiores. Um dos objetivos para fortalecimento do Estado era a sua industrialização. Como a base econômica se encontrava no campo, era dele que se deveria partir para implementar essa industrialização. Pela concepção marxista, reforçada por trabalhos como a *Questão Agrária*, de Kautsky (conforme abordado no capítulo 4 desse nosso trabalho) e a experiência soviética a pequena propriedade, do ponto de vista econômico, era praticamente inviável.

Mao Zedong expressa compartilha com esse entendimento, como fica claro em uma conferência realizada em 1955, organizada pelo Comitê Central do PCCh com o objetivo de se intensificar a criação de cooperativas agrícolas⁵⁸. Para ele, a saída para aumentar a produção de cereais e assegurar o fornecimento de matéria prima para a indústria era fundamental modificar a estrutura produtiva do campo. “Si en el curso de unos tres planes quinquenales no logramos resolver fundamentalmente el problema de la cooperativización agrícola, es decir, si no logramos dar el salto de la pequeña explotación que utiliza aperos de tracción animal a la gran explotación mecanizada, y resolver el problema de la extensa roturación de tierras organizada por el Estado a base del empleo de maquinaria y el asentamiento de población en esas tierras (...) , entonces no podremos solucionar la contradicción entre las

⁵⁸ Informe “Sobre o problema da cooperativização agrícola”, apresentado aos secretários dos comitês do partido a nível de província, município e região autónoma. In. Obras escogidas, tomo V, p. 200, <http://www.marxists.org/espanol>.

necesidades, cada año mayores, de cereales para el mercado y de materias primas para la industria, y el rendimiento de los principales cultivos, que en general es muy bajo. En tal caso, nuestra industrialización socialista chocaría con inmensas dificultades y no podríamos realizarla”.

No referido informe, enfatizaba que naquele momento a China se caracterizava por possuir uma grande população e uma superfície cultivada insuficiente, além de vulnerável à calamidades naturais (inundações, secas, vendavais, geadas, granizos e pragas). Além do mais, os métodos e as técnicas de produção eram, no geral, atrasados.

Essa decisão de “pedir de volta”, para o Estado, as terras distribuídas pela reforma agrária, enfrentou resistências, como fica claro no informe aqui analisado. Um dos argumentos contrários à cooperativização é que ela poderia quebrar a aliança entre o operariado e o campesinato. Para Mao, seria o oposto. Caso não fosse se concretizasse a cooperativização, aí sim, essa aliança tenderia a se romper. “Nos aconsejan a apearnos inmediatamente del caballo en nuestro actual camino de la cooperativización. Nos advierten: ‘Si ustedes no se apean inmediatamente, la alianza obrero-campesina correrá el peligro de romperse.’ Y nosotros sostenemos justamente lo contrario: Si no montamos inmediatamente el caballo, surgirá el peligro de que se rompa la alianza obrero-campesina. (...) Como todos saben, hemos forjado la alianza obrero-campesina, establecida sobre la base de la revolución democrático-burguesa antiimperialista y antifeudal, revolución que arrancó la tierra a los terratenientes y la distribuyó entre los campesinos, liberándolos del yugo de la propiedad feudal. Pero esa revolución pertenece al pasado, y la propiedad feudal ya está liquidada. Lo que subsiste actualmente en el campo es la propiedad capitalista de los campesinos ricos y el inmenso océano de la propiedad campesina

individual. Está a la vista de todos que, durante los últimos años, las fuerzas espontáneas del capitalismo han venido aumentando diariamente en el campo. En todas partes han surgido nuevos campesinos ricos, y muchos campesinos medios acomodados procuran hacerse campesinos ricos. Por otro lado, multitud de campesinos pobres siguen en la miseria debido a la escasez de medios de producción; algunos se han endeudado y otros han vendido su tierra o la han dado en arriendo. Si se deja que esta situación prosiga, se irá agravando de día en día la polarización en el campo (...) Los campesinos que hayan perdido su tierra o continúen en la pobreza, se quejarán de que no movemos un solo dedo para salvarlos de la ruina o para ayudarlos a salir de las dificultades. También se sentirán descontentos con nosotros los campesinos medios acomodados, que tienen tendencia al capitalismo, pues jamás podremos satisfacer sus demandas a menos que queramos emprender el camino capitalista. ¿Puede permanecer sólida la alianza obrera-campesina en tales circunstancias? Claro que no. Este problema sólo puede resolverse sobre una base nueva. (...) Sostenemos que ésta es la única manera de consolidar la alianza obrero-campesina. Si no procedemos así, surgirá el peligro de que se rompa”.

Essa passagem é bastante reveladora. Primeiro por colocar o problema econômico e social com o qual se deparava o Estado naquele momento. Depois, por revelar que Mao Zedong persistia na solução da questão camponesa segundo a crença teórica propagada pelo marxismo. Nesse sentido, coletivizar o campo era também uma maneira de eliminar, pela raiz, “as forças espontâneas” do capitalismo que surgem no campo.

Na prática, a abolição ou transferência do direito à propriedade sobre a terra reforçou sobretudo o poder do Estado. E a terra, agora teoricamente propriedade do Estado, passa a cumprir com outras funções sociais, que não somente a produção de

alimentos. É, sobretudo, um poderoso instrumento para as negociações políticas entre os camponeses e o governo. Se antes nas comunidades e povoados, *xiang* (乡), a voz do Estado ecoava-se através do funcionário-intelectual, agora ela se manifestava através dos comitês do partido e administradores locais.

Se para os camponeses a revolução havia terminado, para Mao Zedong ela teria apenas mudado de fase. O processo de reforma agrária foi seguido imediatamente por novas formas de organização do trabalho rural, não sem resistências. Mas tudo era executado de forma gradual, mas muito rápido. Primeiro as equipes de ajuda mútua; em seguida as cooperativas semi-socialistas, em 1953, que reuniam entre 20 a 30 famílias, explorando de 20 a 25 hectares, com 45 a 50 trabalhadores. Depois, já em 1955, vieram as cooperativas socialistas. Nelas, cerca de 158 famílias cultivavam em média 140 hectares (DUMOND, 1964, p. 381, 382). E por fim, depois de 1958, as comunas populares.

Notamos que por trás da aplicação dessas políticas voltadas para o setor rural existia uma preocupação ideológica central, já introduzida por Engels no seu ensaio sobre o problema camponês na França e na Alemanha. O que fazer para direcionar o pequeno camponês rumo ao seu futuro inevitável, o de se tornar um proletário? A proposição de Engels, conforme já nos referimos no capítulo quatro, era que os camponeses fossem convencidos dessa fatalidade e assim aderissem à luta do proletariado urbano. 'Deveriam escutar a propaganda socialista'. Mas, via um grande empecilho para que esses camponeses aderissem a tal clamor: o 'instinto de propriedade que traziam no sangue'. (ENGELS, 1974).

Quase todo o movimento comunista internacional tinha bem presente essa questão. Mao Zedong inovou na estratégia para

incorporar os camponeses na luta que conduziu o partido ao poder, mas, sem discordar teoricamente do princípio central exposto no documento. Não só compartilhou com os princípios, como procurou materializar instrumentos de organização produtiva que possibilitassem transformar a mentalidade camponesa de apego à propriedade e ações individualistas, segundo a referida concepção. A comuna popular, além de sua função produtiva, desempenharia essa função “educativa.”

7.2 – As comunas populares

Existem muitos estudos e análise sobre as sobre as criações das comunas populares na China. (DUMOND, 1964; ENGELBORGHS-BERTELS, 1974; BETTELHEIM, 1976; etc). No geral, eles descrevem os seus objetivos; sua composição; dimensão; aporte técnico; funcionamento etc. Mas nas diversas análises consultadas falta algo que consideramos central: compreender as comunas como a concretização de uma concepção ideológica; uma visão de mundo, ou mais especificamente de algo material para resolver um aspecto teórico sobre a questão camponesa.

Como foi dito, teoricamente, Engels havia colocado a necessidade de se convencer os proletários a se proletarizarem, pois assim poderiam adquirir a consciência revolucionária própria dos operários. Dessa consciência emanaria a base sobre a qual se deveria edificar uma sociedade mais igualitária. Ao conceber as comunas, Mao, acreditava resolver os “defeitos” do campesinato apontado por Marx, Engels; Stalin e outros. Por isso, sua dissolução durante as reformas implantadas a partir de 1978 é, no nosso

entendimento, a derrota de uma concepção ideológica desenvolvida materialmente por Mao Zedong para a edificação do socialismo na China. Eliminar a pequena propriedade e sua produção era uma solução prática para cortar uma das fontes geradora de um capitalismo, ainda que incipiente. Mao, citando Lenin: “La pequeña producción engendra capitalismo y burguesía constantemente, cada día, cada hora, de modo espontáneo y en masa” (Mao Zedong, livro das citações).

Em 1958, A VI Reunião Plenária do Comitê Central do PCCh eleita no VIII Congresso, tomou a decisão de criar e implementar as Comunas Populares, como uma forma de fazer avançar o processo de socialização econômica. Em meados de 1958, é lançada a campanha. Em poucos meses, as 740.000 cooperativas estavam integradas em 26.000 Comunas. A comuna foi instituída como a unidade básica da estrutura e do poder socialista, combinando a indústria, a agricultura, o comércio, a educação e organização militar. Um meio para acabar com a separação entre o campo e a cidade. “O povo tem se organizado segundo a linha militar, a trabalhar com disposição e a levar uma vida coletiva. Isso tem elevado ainda mais a consciência política dos 500 milhões de camponeses. Os restaurantes comunitários, os jardins infantis, as creches; as fábricas de costuras; os cabeleireiros, banhos coletivos; casas para idosos; escolas médias agrícolas; escolas “vermelhas” (do partido) conduzem os camponeses para uma vida coletiva mais feliz, além de estimular as idéias de coletivismo entre as massas camponesas”.⁵⁹

⁵⁹ Resolução do Comitê Central do PCCh sobre o estabelecimento das comunas populares nas zonas rurais, 29 de agosto de 1958. (ENGELBORGHS-BERTELS, 1974, p. 189)

Com a comuna existia a brigada de produção e a equipe de produção. Em média, uma comuna contava com 1600 famílias; uma brigada com 160 e uma equipe com 16. Uma comuna de porte médio chegava a contar 5000 famílias e 4000 hectares de terras cultiváveis. Administrativamente, a planificação era ordenada da seguinte maneira: os Distritos determinavam as tarefas e as metas de produção para as comunas. Essas delegavam às Brigadas o plano a ser atingido. E por fim, caberia as equipes a concretização das metas. (ENGELBORGHS-BERTELS, 1974).

Cada comuna controlava os bens de capital, como a terra e os equipamentos e estava formada por vários vilarejos, o que muda a relação entre os grupos. Pessoas que antes não tinham nenhum tipo de relacionamento, agora poderiam estar integrado em uma mesma unidade produtiva. Na verdade, o projeto para implantação das Comunas era uma parte de um plano político mais amplo, o do Grande Salto Adiante. Esse tinha como finalidade conduzir ao comunismo sabendo que, para isso precisaria enfrentar internamente os setores considerados burgueses e externamente tanto revisionismo soviético, quanto os tradicionais inimigos da concepção de mundo socialista. Esse era um pensamento presente na época da criação das comunas.

No aspecto econômico, além da produção de alimentos, as comunas eram o grande celeiro organizador de parte da força de trabalho para o incremento da infra-estrutura necessária para interligação do país, a circulação de transportes, produtos e pessoas, assim como o próprio desenvolvimento agrícola, com obras, por exemplo, para o controle das cheias ou para o processo de irrigação. Sem falar do fornecimento de mão-de-obra para o Exército de Libertação Nacional e para o próprio desenvolvimento

industrial que se intensificava a cada dia. As comunas cumpriam ainda com um mecanismo especial para controle da mobilidade das pessoas, fundamental para a ordenação do desenvolvimento industrial e urbano.

Em que pese as críticas posteriores, o sistema de comunas alcançou importantes êxitos, principalmente para Estado chinês. Pois na prática “o aumento da produção não se destinava a melhorar o nível de vida dos produtores, mas passa para as mãos do Estado que fixa as quantidades a serem produzidas, entregues e vendidas para poder assegurar os planos de desenvolvimento (...) Em 1957 já estão transformados em operários agrícolas”. (ENGELBORGHS-BERTELS, 1974, p. 131-141). Ainda sobre o ponto de vista da consolidação do Estado, as comunas podem ser vistas como um modelo de ordenação social e econômica exitoso para o contexto social em que foram propostas, pois ajudou a consolidar a organização da sociedade depois de um longo processo de guerra; resolveu minimamente o grave problema da insuficiência alimentar que assolava milhões de pessoas; ampliou a infra-estrutura para produção, com obras de irrigação e redes de transportes etc.; promoveu a integração interna, territorialmente e nas relações entre os indivíduos e foi decisiva para a aceleração da industrialização. Exercendo ainda a função de base militar, tão essencial para assegurar a autonomia territorial constantemente ameaçada pelos conflitos com forças externas.

Para os camponeses o maior problema é que eles « sem saber passaram a ser socialistas » (DUMOND, 1968, p. 47). E essa passagem se deu por imposição de uma crença teórica cristalizada no interior do partido, sob a liderança de Mao. Na prática, as comunas obrigaram os camponeses a depositar todas as suas

esperanças no governo. Seu espólio, a terra, novamente era « propriedade de todo o povo », mas controlada pelo Estado. Na revolução, grande parte dos camponeses se incorporaram na luta por estarem convicto de que ela representava os seus anseios. No processo de coletivização e criação das comunas, a adesão não se deu por consciência, mas por decreto. Assim, no processo das reformas implantadas por Deng Xiaoping, elas se desfizeram, também por decreto e sem grandes resistências por parte dos camponeses. Pelo contrário, muitos viram na mudança a possibilidade de realizar um sonho interrompido. É o que veremos na continuidade.

Parte III

A China rural depois de 1978: rupturas e continuidades



China, regiões agrícolas

<http://www.populationdata.net/cartes/asia/chine-agriculture.php>

Capítulo 8

As contradições no seio do partido

O ano de 1978 simboliza uma nova etapa na recente história política da China. A III Sessão Plenária do Comitê Central do XI Congresso do Partido Comunista, de 18 a 22 de dezembro, que consolidou a liderança de Deng Xiaoping, representou, sob alguns aspectos, uma ruptura com a concepção ideológica vigente. A Sessão lançou as bases para a implantação de mudanças decisivas, tanto no plano econômico quanto no político. No plano econômico, por exemplo, flexibiliza-se a economia planificada e permite a atuação, ainda que secundária, de elementos econômicos regulados pelo mercado.

No plano político, o desfecho que consagrou a ascensão de Xiaoping foi apenas mais um capítulo de um longo confronto entre duas correntes políticas que se digladiaram, literalmente, na disputa pelo controle do partido⁶⁰. Depois de muitos reveses⁶¹, finalmente,

⁶⁰ Essa foi uma luta muito prolongada. A campanha das Cem Flores (1956- 57) e a Revolução Cultural (1966-1976) 文化革命 talvez seja apenas duas das faces mais visíveis desse confronto no interior do partido. Um mês após a morte de Mao em 1976, depois de uma nova alteração na correlação de forças no interior do partido, foram presos Wang Hongwen, Yao Wenyan, Zhang Chunqiao e Jiang Qing, viúva de Mao Zedong - o chamado “Bando dos Quatro”. O referido grupo foi responsabilizado diretamente pelo caos social em que a China estava submetida. Nesse novo contexto, a ascensão política de Deng Xiaoping foi definitiva. O então primeiro Ministro Hua Guofeng, pouco a pouco foi o seu poder político diminuído. Em agosto de 1980 é substituído por Zhao Ziyang, um indicado de Xiaoping. Existem muitos registros bibliográficos sobre essas disputas no seio do partido e também sobre a ascensão política de Deng Xiaoping. Por exemplo: WITKE, 1977; MANDEL, E. et alii; 1977; MEISNER, 1976. MEZZETTI, 2000.

⁶¹ Deng Xiaoping era tido dentro do partido como defensor do capitalismo, principalmente durante a Revolução Cultural. Já sexagenário foi enviado para trabalhar em uma fábrica de Nanchang, província de Jiangxi. Restabelecido por Mao Zedong em 1971, foi outra vez afastado em 1976.

Deng Xiaoping tinha o caminho livre para dirigir as mudanças que julgavam necessárias. Em vez da luta de classes como o centro da ação do Estado, passaria a predominar uma visão mais econômica, esboçada na idéia o principal esforço do Estado deveria visar o desenvolvimento das forças produtivas para assegurar à sociedade as condições materiais e culturais necessárias ao seu bem-estar e fortalecer o Estado diante dos desafios externos. 'Compreendia que no estágio vivenciado, a etapa inicial da edificação de uma sociedade socialista, a contradição principal reside na discrepância das crescentes necessidades materiais e culturais do povo com o atraso da produção social'. Assim, primeiro era necessário se flexibilizar a planificação econômica, enrijecida pelo controle quase absoluto do Estado. A luta de classes não é negada, mas relativizada: "A luta de classes na sociedade socialista é algo que existe objetivamente, e não devemos apouca-la nem exagerá-la"⁶² (MARTINS, 2004, p. 42). É evidente que esta opção faz parte de uma concepção ideológica. E dentro desse horizonte ideológico pode-se afirmar que um rompimento com a linha adotada até então.

É importante salientar que considerar a luta de classe como uma contradição central a ser travada pelo partido na condução do Estado não era uma invenção maoísta. No máximo uma 'leitura maoísta de uma crença no marxismo da época. "A continuação da luta de classes durante um longo período histórico depois da tomada do poder pelo proletariado, constitui uma lei objetiva, independente da vontade do homem, só que a forma da luta de classes difere do que era antes da tomada do poder. (...) Em nenhum país socialista, ainda que tenham passado decênios e

⁶² Palestra promovida pelo Núcleo de Políticas e Estratégias da USP em conjunto com o Curso de Chinês da mesma universidade, em 10/12/2002.

inclusive mais tempo depois da industrialização socialista e da coletivização da agricultura, pode-se dizer que não existem lacaios burgueses, parasitas, especuladores, malandros, ladrões, corruptos, fraudadores de fundos públicos, e outros elementos do estilo. (...) E nem tampouco se pode dizer que aos países socialistas já não lhes faz falta cumprir ou que já lhes é possível abandonar a tarefa, proposta por Lênin, de ‘vencer esse contágio, essa peste, essa chaga que o socialismo herda do capitalismo’⁶³.

Ainda sobre a luta de classes, além do cenário externo que, por exemplo, já nos primeiros anos da década de 60, forçou a China a construir sua independência ideológica em relação a então União Soviética; do entendimento de que a depuração ideológica deveria constituir uma das colunas centrais do novo Estado, temos, no seio do PCCh uma prolongada disputa pelo controle do poder político. Esses elementos, se integrados, permitem uma leitura mais ponderada sobre os principais acontecimentos políticos vivenciados pela China, sob a direção de Mao Zedong.

Antes de adentrarmos na apresentação e análise de algumas decisões políticas adotadas por Xiaoping depois de 1978, acrescentemos nesse preâmbulo, como exemplificação do embate político pelo qual passou a República Popular nas décadas de 60 e 70, duas importantes decisões políticas aplicadas sob a liderança

⁶³ A Carta Chinesa: a grande batalha ideológica que o Brasil não viu. Belo Horizonte, Terra, 2003, p. 69. (Uma publicação do Núcleo de Estudos do Marxismo-Leninismo-Maoísmo). “A Carta Chinesa”, escrita em junho de 1963, é uma resposta do Comitê Central do Partido Comunista Chinês a um documento do Comitê Central do Partido Comunista União Soviética, escrito em abril do mesmo ano e direcionado ao movimento comunista mundial. É um documento chave na percepção do ambiente político externo em que a China estava inserida. A China entende que a linha política adotada pelo PCUS é um rompimento político e uma porta aberta para a restauração do capitalismo na então União soviética. Com essa compreensão vem também o entendimento de que o Estado chinês precisa assumir um novo papel na luta ideológica interna e externa. A luta de classe era na compreensão vigente o instrumento principal para a depuração dos vestígios ideológicos herdados do capitalismo.

de Mao Zedong: o grande salto adiante - *dayuejin* 大跃进 – (1958 - 1960), considerado como o grande fracasso econômico o caso da Revolução Cultural - *wenhua geming* 文化革命 - (1966-1976). Essas duas referências são relevantes porque foram tomadas por Deng Xiaoping e seus sucessores como o calcanhar de Aquiles da passagem de Mao na condução da República Popular. Ou melhor, foram nesses “desvios de esquerda” que se concentraram parte da crítica para desconstrução da deidade maoísta na China contemporânea. É certo que Deng jamais negou o legado político transmitido por Mao. Mas os “erros” e “desvios” foram não apenas criticados, mas exaustivamente repetidos. “O próprio camarada Mao Zedong expressou em diversas ocasiões que havia se equivocado em algumas de suas afirmações” (24 de maio de 1977). XIAOPING, 1974, p. 52. E na elaboração dessa crítica, não raras vezes, Deng recorre ao próprio Mao. “Em toda sua vida, o camarada Mao Zedong realizou façanhas inesquecíveis para o nosso partido, nação e povo. Seus acertos ocupam o primeiro lugar e os seus erros ficam em segundo (...). A ‘grande revolução cultural’ foi um erro e um fracasso por ser precisamente diametralmente oposta aos fundamentos científicos do pensamento de Mao Zedong”. (18 de agosto de 1980) Ob. cit., p. 360.

Junto com a instituição das comunas, o *grande salto adiante* tinha por objetivo alcançar um desenvolvimento rápido, para acelerar o processo de industrialização. Mas não apenas. Estava inserida dentro de uma estratégia de confrontos com forças de potências externas. “Entre 1958 e 1962, a China deu-se conta de que tinha não um, mas dois inimigos pela frente, os quais se opunham ao seu aparecimento como grande Estado socialista moderno (...) a convicção crescente de que a escalada americana

no sudeste asiático acabaria por levar a uma guerra com a China fez esse país adotar uma política que alguns qualificam de ‘verbalmente inflamatória, embora comedida e prudente’. (...) Nos finais de 1965, na série de debates de alto nível em Pequim, os quais redundaram na Grande Revolução Cultura Proletária, deve ter sido igualmente realizada uma completa análise das relações externas e da evolução de uma linha mais militante e internacionalista. Roberto Guillan (...) correspondente francês do *Le monde*, também noticiou isso (2 e 3 de agosto de 1966) em seus dois artigos intitulados: *La Chine accepte Le combat.*” (SUYIN, 1968, p. 243).

Uma das críticas à decisão do partido em lançar a campanha do *grande salto* é que naquele momento o nível de desenvolvimento das forças produtivas não foi racionalmente dimensionado. Salto “maior que as pernas” (MARTINS, 2004, p. 36). Isso é fato, mas é preciso considerar o fato que a China buscava se preparar para mais uma guerra, que para ela parecia eminente.

Outra crítica atribui a essa política a causa principal da grande fome que assolou a China entre 1958 e 1961, sendo os dois últimos anos os mais trágicos. “Enquanto Mao estava reprimindo os críticos do *Grande Salto*, os camponeses de todo o país já estavam famintos em suas aldeias. A quantidade média de grãos disponível para cada pessoa no campo. (...) O resultado foi uma fome em escala gigantesca, que ceifou cerca de 20 milhões de vidas entre 1959 e 1962⁶⁴. Muitos outros morreram pouco depois dos efeitos do Grande Salto, sobretudo crianças, enfraquecidas por anos de desnutrição”. (Spencer, apud. SHU, 2004, p. 115-116). No referido

⁶⁴ “Os analistas ainda debatem sobre as estimativas da mortalidade, que variam de 17 a 40 milhões, sem uma conclusão final” (SHU, 2004, p. 118)

estudo, o autor enumera os seguintes fatores como causas para a falta de alimentos: a) o deslocamento de parte significativa da mão de obra rural para a produção de aço e construção de obras hidráulicas. Com isso grande parte dos alimentos deixou de ser colhida; b) luta pelo poder político e um grande número de expurgos, além da forte repressão aos “oportunistas da direita”, provocando tensões e divisões sociais. (Op. cit, p. 121).

Na conclusão do estudo aqui mencionado, o autor constrói uma rica síntese que nos permite ligar os dois eventos aqui destacados. Vejamos: “O colapso do Grande Salto para Frente e o conseqüente colapso da utopia coletivista na China tiveram um impacto profundo sobre o pensamento do presidente Mao. Fracassado na transformação material da China, ele começou a concentrar toda a sua energia na luta contra o “revisionismo”, representado por Liu Shaoqi e a maioria dos quadros do partido. Desde 1962, o partido e o seu presidente começaram a se distanciar. Então, Mao começou a preparar sua Revolução Cultural, para preservar a vitalidade da revolução chinesa e exorcizar o “revisionismo” e os seus seguidores no interior do PCCh”. (Op. cit., 121). Ou seja, para o autor, a revolução cultural foi uma estratégia maoísta para que o seu idealizador recuperasse o controle sobre o partido. O comando sobre o partido significa o controle sobre o Estado e a parte da sociedade. Do ponto de vista da recuperação do poder político, pode-se afirmar que tal estratégia foi vitoriosa. Em síntese, por esse raciocínio, os erros cometidos pela implantação do *grande salto adiante* distanciaram Mao Zedong da direção real do PCCh, mas a Revolução Cultural lhe devolveu esse poder. Mas se olhássemos as tensões e as disputas internas dentro de uma perspectiva mais ampla, não optaríamos por tamanhos

reducionismos. Dentro do convicção dos dirigentes chineses de que a fase vivida era a de consolidação do Estado, a existência de ameaças externas, para eles concretas, foram decisivas na proposição das políticas econômicas internas, mesmo que essas.

Grande parte das críticas à Revolução Cultural é oriunda dessa disputa pelo poder. Outra parte é motivada pelas atrocidades cometidas pelo guardas vermelhos. “Os líderes da Revolução Cultural pediam um ataque abrangente contra os “quatro velhos” elementos da sociedade chinesa – velhos costumes, velhos hábitos, velha cultura e velho pensamento –, mas deixavam para a Guarda Vermelha de cada local a iniciativa de aplicar esses termos. Na prática, (...) os guardas vermelhos ansiosos para provar sua integridade revolucionária voltavam-se contra qualquer um que tentasse detê-los, contra quem tivesse educação ocidental ou negócios com os ocidentais ou contra todos intelectuais que pudessem ser acusados de modo de pensar ‘feudal’ ou ‘reacionário’” (SPENCE, 1996, p. 570).

Essas abordagens críticas, apesar de importantes, têm por fragilidade o fato de não debaterem os argumentos ideológicos que movimentavam a referida revolução. Primeiro não se deve olvidar que essa revolução foi fruto de uma concepção ideológica arraigada em parte do movimento comunista internacional e mais ainda na China. Isso do ponto de vista político deve ser a questão central. Associado a esse aspecto, como já foi dito, é relevante pontuarmos o quadro da política externa, no que diz respeito ao posicionamento chinês em relação às demais nações, principalmente os Estados Unidos e a então URSS. Fique claro que não se pretende com esses contrapontos fazer uma defesa de determinadas decisões

políticas, mas fazer as considerações que, a nosso ver, permitem compreender melhor a tomada de algumas decisões.

BETTELHEIM (1979, p. 138-139) diz que a Revolução Cultural deve ser compreendida dentro de um momento da luta entre a linha proletária do PCCh e a linha burguesa. Isso não apenas no plano interno. O objetivo principal da linha proletária é fazer desaparecerem as relações capitalistas e as classes que emanam dessas relações. Sendo o objetivo alcançado pela transformação revolucionária do conjunto de relações sociais (produção; política; ideológica). Em sentido oposto, o objetivo da linha burguesa é a conservação de diferenças de classe, pela conservação e, se possível, pelo desenvolvimento das relações capitalistas. A crítica de Bettelheim à linha que ele chama de “revisionista” - Deng Xiaoping pode ser tomado como um dos representantes dessa linha - parte do pressuposto que, “a nível ideológico, a procura de lucros e o primado de interesses individuais e particulares não é conciliável com a ideologia proletária. A nível político, a predominância do interesse individual acarreta necessariamente do controle, da desconfiança e da repressão. A nível econômico, há sempre contradição entre os interesses particulares e os interesses do conjunto de trabalhadores e da revolução” (BETTELHEIM, 1979, P. 133).

Sobre o ideal do movimento, o Comitê Central do PCCh adotou em 08 de agosto de 1966 um documento com dezesseis tópicos – a verdadeira “carta da Revolução Cultural” – (DAUBIER, 1974, p. 183) – onde esse parte desse ideal está claramente

expresso. Vejamos com brevidade alguns fragmentos onde afloram parte dos objetivos ideológicos⁶⁵.

- ⇒ (...) “Atualmente temos como objetivo combater e esmagar os que ocupam lugar de direção, mas se comprometeram na via capitalista, criticar as “autoridades” acadêmicas reacionária da burguesia e de todas as outras classes exploradoras e reformar o sistema de ensino, a literatura, a arte e todos os outros planos da superestrutura que não correspondam à base econômica socialista.”
- ⇒ (...) “as massas só podem liberta-se por si próprias e de modo algum se pode agir no lugar delas. É preciso ter confiança nas massas, procurar seu apoio e respeitar seu espírito de iniciativa. É preciso dominar o medo e não temer os tumultos. O Presidente Mao sempre nos ensinou que uma revolução não se pode fazer com elegância e delicadeza, com doçura e amabilidade, com cortesia e boas maneiras.”
- ⇒ “Reformar o antigo sistema de educação assim como os antigos princípios e métodos de ensino (...) os estudantes devem não só instruir-se no plano intelectual, mas também no da produção industrial e agrícola e na arte militar; e devem participar nas lutas da Revolução Cultural contra a burguesia. (...) Deve ser dada uma atenção particular aos homens de ciência e aos membros do pessoal científico e técnico que se distinguirem no seu trabalho. Quanto à sua concepção do mundo e estilo de trabalho, podemos ajudá-los a reformarem-se gradualmente”.

⁶⁵ O documento aqui mencionado consta em DAUBIER, 1974, p. 183-197.

⇒ “A Grande Revolução Cultural Proletária tem por finalidade revolucionar o pensamento do homem a fim de que ele possa obter resultados melhores quanto à quantidade, à rapidez, à qualidade e à economia em todos os domínios do trabalho (...) É errado opor a Revolução Cultural ao desenvolvimento da produção”

Na elaboração do presente capítulo o nosso objetivo foi demonstrar que a luta no seio do PCCh sempre foi muito intensa. Sobretudo porque era alimentada por conjunturas internas e externas. Internamente, o processo político para estruturação da sociedade chinesa depois de 1949 causou grande impacto na estrutura social vigente. A criação das *comunas populares*; o lançamento de planos econômicos como o *grande salto adiante*; ou de campanhas de confrontos ideológicos (e físicos) como a *grande revolução cultural* são alguns exemplos que atestam novos tipos de relações entre o PCCh, o Estado e a Sociedade. Dado a crescente presença estrangeira na China, acentuada depois da Guerra do Ópio, o triunfo da revolução maoísta contrariou diversos interesses econômicos de algumas nações ocidentais. Mas apesar de intensa e muitas vezes antagônicas, essas lutas não se contrapunham às diretrizes gerais para a edificação do Estado, conforme já havia expressado Sun Yat-sen, o fundador da República chinesa (1911).

Na China, a mudança do modelo dinástico para o republicano foi marcado por uma longa guerra civil e uma guerra contra a invasão japonesa. A vitória do PCCh e os procedimentos utilizados para ganhar o apoio e o envolvimento da população camponesa na guerra, faz surgir na China um tipo de Estado em consonância com os principais Estados do seu tempo, o Estado-nação. Uma forma de

Estado que se propõe “a guiar e gerenciar toda a sociedade porque, sem o total empenho de todos os setores sociais, não haveria como levar a guerra a bom termo. Não só o poder do Estado, mas também suas responsabilidades foram estendidas a praticamente todos os campos da vida civil. A promessa pois era de melhoria da vida em todos os seus aspectos. (BOBBITT, 2003, P. 136)., com uma identidade definida pela sua etnicidade.

Vale ressaltar que no sistema político chinês a missão dirigir a sociedade, controlar e desenvolver o poder do Estado está nas mãos do PCCh. Ainda hoje, o partido, ao contrário do que se pode imaginar quando se vive fora da China, não é uma força distante da sociedade. Na verdade é formada por um contingente significativo dessa sociedade.⁶⁶ Possui representações nas províncias, regiões autônomas, distritos, cidades e comunidades. Possui organizações de base no campo, nas fábricas, nas universidades, no meio militar, enfim, em quase todas as entidades que forma o conjunto da sociedade. Da cidade ao campo, da grande empresa à produção nos fundos dos quintais, das escolas às universidades, em suma, o partido está presente nos mais diversos rincões do país. (PINILLA, 2006, p. 121). Dado a forma que se estrutura, tendo no topo de sua estrutura condensada formada pelo Congresso Nacional, o Comitê Central, o Politiburgo com seu comitê permanente, o Secretariado e a Comissão de Assuntos Militares e a relação dentro do conjunto da sociedade, conforme mencionado, qualquer tensão dentro desses organismos pode refletir no conjunto da sociedade. Isso ocorreu nas disputas políticas ocorridas principalmente nas décadas de 60 e 70.

⁶⁶ Em 2007, o partido contava com um total de 74.153.000 de filiados e 3.663.000 organizações de base. <http://spanish.peopledaily.com.cn/31621/6440335.html> (02/07/2008).

Ao contrário do que se afirmava no passado de o imperador estava tão distante quanto o céu (天高皇帝远) – para se demonstrar o distanciamento do povo em relação aos governantes -, a partir da República Popular, o Estado e a Sociedade, apesar de distintos, estão não apenas próximos, mas muitas vezes, dependendo do que se processa no território, agem com um mesmo objetivo. Como já foi dito, uma das conseqüências dessa proximidade é que as deliberações políticas emanadas das instituições centrais tendem a comprometer toda a população, sejam elas positivas ou negativas. Como no período mencionado, as contradições no seio do partido também desceram à base social, provocando tumultos, incertezas e também dificuldades econômicas. Do mesmo modo, o sentimento nacional. Uma arma que pode ser direcionada para os ajustes internos. Como no período mencionado a base social chinesa era predominante camponesa, era com eles que o Estado contava em seus cálculos políticos, em sua dimensão militar e econômica. O estudo da organização do campesinato nesse período não pode deixar de ponderar sobre esses elementos.

Capítulo 9

O processo de modernização chinês

“En los 90 mucha gente creía que copiando el modelo occidental podríamos realizar la modernización. Ahora las miradas se han vuelto hacia la cultura tradicional. La cultura tradicional es agricultura, la comunidad rural. Las comunidades rurales no necesitan grandes superestructuras. Si las comunidades locales tienen autonomía, la gente vive en estrecha relación con otros vecinos y puede realizar una administración eficaz y barata. Por eso debemos ayudar a la gente a llevar a cabo algún tipo de reorganización basada en la cultura tradicional y en los recursos sociales tradicionales. Este es el nuevo desafío”.

Wen Tiejun, especialista em china rural

«La estrategia ha cambiado totalmente»
Entrevista a Rafael Poch-de-Feliu

La Insignia. China, abril del 2006.
http://www.lainsignia.org/2006/abril/int_011.htm

9.1 – As Quatro Modernizações

A Revolução Cultural mudou apenas superficialmente a correlação de forças no interior do partido. A presença de Mao Zedong possuía um peso político considerável e enquanto viveu predominou no interior do partido as suas concepções políticas. A campanha contra a organização de uma administração no setor produtivo em sua forma hierárquica, centralizadora e autoritária foi uns dos focos que alimentava a necessidade da Revolução Cultural. O modelo que priorizava a presença de administradores e técnicos no comando das empresas era por um modelo que incorporava no processo de gestão das fábricas e das comunas, em todos os níveis de produção, os operários e camponeses. Nessa concepção, o objetivo central era a educação política do proletariado (BETTELHEIM, 1979). Apesar de se considerar importante o desenvolvimento das forças produtivas, ela não era a preocupação central. Como o objetivo primordial não era a produção, podia-se mesmo tolerar algumas deficiências causadas pela ausência de especialistas, administradores e técnicos. Como já foi dito, o mais importante era o avanço da consciência da ideologia proletária. Havia uma crença que a força ideológica era um vetor determinante inclusive para a obtenção de melhores resultados no setor produtivo.

Xiaoping pensava o oposto: “A pureza ideológica não faz crescer o arroz. Não importa que as reformas sejam de natureza socialista ou capitalista, o essencial é que façam com que as pessoas vivam melhor.” (MEZZETTI, 2000, p. 456).

Mas com a ausência de Mao, a correlação de forças no interior da estrutura partidária muda imediatamente. E algumas idéias que já estavam em gestação puderam finalmente se implantadas e desenvolvidas. Na verdade, a idéia de se construir um país socialista moderno, no sentido de concretizar o projeto nacionalista de se edificar um Estado forte, internacionalmente respeitado, já era um consenso no interior do partido. As divergências consistiam em torno da maneira para se conseguir essa modernidade e sobre o controle e direção desse processo.

As *Quatro Modernizações* (agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia) era um desses projetos visando o fortalecimento do Estado chinês. Em janeiro de 1975, na Assembléia nacional, Zhou Enlai 周恩来 apresenta o V plano quinquenal, propondo elevar a China “às primeiras fileiras do mundo” antes do ano 2000 por meio da “modernização completa da sua agricultura, da sua indústria, da sua defesa nacional e da sua tecnologia”. Nessa mesma Assembléia Xiaoping foi nomeado vice - primeiro ministro e aceitou o convite de Zhou Enlai para colaborar com a implantação do plano. Mas para tal solicitou os meios necessários para sua execução. “Antes de tudo, ordem nas empresas, aumento dos poderes dos especialistas, maior concentração nos problemas da produção em vez de constantemente falar em ‘revolução’, e alargamento do sistema de ensino, que forma poucos especialistas, bem como do departamento de investigação e, finalmente, aumento da importação de tecnologia estrangeira.” (CARLIER, 1977, p. 273).

Porém, nesse mesmo período, acentuaram-se as disputas ideológicas no interior do partido. Mais ainda depois do desaparecimento de Zhou Enlai, em janeiro de 1976, quando Deng

Xiaoping foi outra vez preso e afastado das suas funções. Os objetivos do V plano quinquenal foram praticamente abandonados. Porém em 1977, já sem a presença de Mao, e com o núcleo maoísta (*o bando dos quatro*) preso, o governo, sob a liderança do então presidente Hua Guofeng 华国锋 retoma o referido plano de desenvolvimento. Mas antes precisava estabelecer “a Grande Paz e a Ordem”. E isso seria feito reforçando-se a campanha oficial contra o “bando dos quatro”; fortalecendo o partido, melhorando as condições econômicas e dedicando-se ao estudo da teoria política. Sobre o primeiro aspecto, para S. S. Wu, “o seu fim primordial é desagregar efetivamente a velha fracção maoísta para que esta não possa mais aspirar à reconquista do poder político e à sua influência no partido e no aparelho do Estado, ou junto à população. (WU, 1977, p. 287). Sobre essa disputa, o referido autor lança uma hipótese instigante: “com efeito, acusar o “bando dos quatro” de abusos burocráticos, (denunciados pelas próprias massas) diminui a responsabilidade do próprio sistema burocrático” (Ob. cit., p. 228). No aspecto econômico “Hua confirma e amplia a política das “quatro modernizações”, elaborada inicialmente por Zhou Enlai. Segundo essa política, a economia deverá obter ajuda técnica e científica dos países imperialistas.” (WU, 1977, p. 288).

Esse ambiente proporciona em 1977 o retorno de Deng Xiaoping ao centro das decisões políticas do partido, apesar dos receios do então presidente Hua Guofeng. E essa com essa reabilitação política, mesmo contando com seus 73 anos, passou a exercer controle real sobre as decisões políticas a serem tomadas a partir de então. O seu retorno ao comando desse processo pode ser lido também como a vitória de uma base social, que apesar de combatida durante a Revolução Cultural, não pode ser eliminada.

Nas bases dessas idéias “estavam os planejadores chineses que ansiavam por um crescimento econômico mais dinâmico, que aproveitaria a tecnologia e o *know-how* estrangeiros preservando ao mesmo tempo a integridade política e econômica do país. Fora esse o objetivo dos defensores do autofortalecimento no século XIX e embora eles tivessem fracassado, seus sucessores comunistas da década de 1970 estavam confiantes no sucesso. Zhou Enlai era um dos defensores dessa estratégia. Quase com certeza, o era também Chen Yun, o planejador econômico que, entre 1961 e 1962, tentara desenvolver uma alternativa pragmática à coletivização rápida e ao planejamento falho que marcara o Grande Salto Adiante. Chen caíra em desgraça no início da Revolução Cultural, mas retornara ao poder depois. Outro defensor dessa proposta era Deng Xiaoping, que mantivera um grupo forte de partidários na hierarquia do PCCh (...) Deng, em um discurso feito na ONU em 1974, deu uma definição sucinta do que a China estava tentando fazer. Enquanto elogiava aparentemente aspectos “autoconfiantes” do desenvolvimento, tão louvados pelos revolucionários culturais, acrescentou modificações importantes:

Autoconfiança não significa de forma alguma “auto-isolamento” e rejeição da ajuda exterior. Sempre consideramos benéfico e necessário ao desenvolvimento da economia nacional que os países realizassem intercâmbios econômicos e técnicos, tendo por base o respeito à soberania nacional, a igualdade e o benefício mútuo e a troca de bens necessários para suprir as deficiências uns dos outros.” (SPENCER, 1995, p., 598-599).

A proposta das Quatro Modernizações oficialmente visava a "construção e modernização socialista", que em outras palavras pode ser interpretada como a preparação do Estado para os novos

desafios colocados pela dinâmica política internacional. E como tinha por meta maior o desenvolvimento e o fortalecimento do próprio Estado, tanto em seu aspecto interno, quanto no externo - “Internamente é necessário a reforma (gaige 改革); para o exterior, a abertura (kaifang 开放)” - o desenvolvimento econômico, na visão de Deng Xiaoping, era uma premissa indispensável para esse feito. Nessa perspectiva, a industrialização era o ponto central. E nesse ponto existe uma continuidade em relação ao entendimento de Mao Zedong. A diferença entre as políticas adotadas por Mao e as implantadas por Deng Xiaoping consistia nos procedimentos para se intensificar essa industrialização. Para ambos, industrialização, modernização e desenvolvimento eram conceitos com uma expressão semântica similar. Mas para Xiaoping não se poderia atingir um grau satisfatório de industrialização se não houvesse alguma integração econômica com os países industrializados. Manter-se isolado politicamente em relação aos países com um nível de industrialização avançado reduziria a possibilidade de se absorver tecnologias, conhecimentos e experiências produtivas acumuladas. Por isso, uma das metas iniciais das reformas foi criar internamente um ambiente econômico capaz de atrair investimentos externos, assim como os seus avanços científicos e tecnológicos (XIAOPING, 1985, p. 260-261).

Esse discurso de integração ele só é possível devido às mudanças políticas no plano externo. O distanciamento diplomático com a então União Soviética cria um novo cenário e aproxima, por interesses convergentes, a China e os Estados Unidos. O resultado dessa aproximação faz com que a China ocupe novos espaços políticos, sendo a ocupação do Conselho de Segurança da ONU, em 1971, o principal deles. É relevante reforçar que, o isolamento

político da China no plano internacional, principalmente em relação às nações sob influência da diplomacia americana, não se deu de forma unilateral. Ela foi resultado de circunstâncias e interesses que envolviam as disputas políticas nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. Quando Xiaoping lança a meta de abertura para o exterior, diplomaticamente, o mundo já estava aberto para a China. A diferença agora consistia em oferecer condições políticas e econômicas para atrair parte dos investimentos externos necessários à tão desejada modernização. E apesar das críticas ao período maoísta, mesmo com os diversos erros, a base econômica nacional por ele gestada foi imprescindível para os passos que seriam posteriormente aplicados.

9.2 – A modernização do campo

Apesar de 1978 marcar simbolicamente o início das reformas, elas foram se desenvolvendo de forma cautelosa. Tanto na área econômica, quanto na estrutura política e outros setores sociais, como o educacional e o científico. Esse gradualismo, além de permitir a aplicação de experimentos era fundamental para a correção de rotas, caso necessário. O que era bem coerente com o pensamento de Deng Xiaoping, expresso em um provérbio muito utilizado por ele: *mozhe shitou guohe* – 摸着石头过河. Apalpar as pedras na travessia do rio. O fundo do simboliza a parte desconhecida da travessia. Mas as pedras, o apoio, primeiro devem ser verificadas se estão firmes. Xiaoping tinha em mente a rapidez

com que se processavam as mudanças após a proclamação da República Popular. “Há quem opine que foi excessiva a rapidez com em outro tempo se levou a cabo a transformação socialista. Ao meu juízo não se pode taxar essa afirmação de totalmente infundada. Basta recordar, por exemplo, que, durante a cooperativização agrícola, a cada um ou dois anos, uma mudança se sucedia a outra, com tanta rapidez que mesmo antes de se consolidar uma forma de organização já era preciso trocá-la por outra. (...) O resultado seria melhor se tivéssemos avançado com o passo mais seguro e passado por um período de consolidação antes de empreender um novo desenvolvimento”. (DENG, Xiaoping, 1984, p. 339). Essa fala sugere que, sobre as reformas, Deng já tinha traçado o percurso a ser percorrido. O gradualismo era parte apenas de uma estratégia.

No debate ideológico em curso, a modernização chinesa, agora sob a liderança de Xiaoping, tinha como maior desafio combater uma concepção ideológica que negar uma ideologia e modificar uma estrutura de organização social gestada por tal ideologia. Essa ideologia por um longo tempo teve por meta equacionar o que considerava dois grandes desafios na edificação da sociedade socialista: a luta de classes e a eliminação da divisão social do trabalho (trabalho manual *versus* trabalho intelectual; cidade *versus* campo). E mais relevante, difundida a crença de que era necessário se educar permanentemente para superar a tendência individualista.

Assim, pela propaganda oficial do partido, durante duas décadas, as comunas foram apresentadas como um atalho para se alcançar mais rapidamente o comunismo. E a construção de uma economia coletiva era o grande ideal que vinha sendo buscado. Como destruir essa ponte que já estava no imaginário de uma

geração de chineses? Por isso, sua eliminação só poderia de ser realizada passo a passo. Negá-la repentinamente poderia lançar no imaginário dos camponeses determinadas confusões e descrenças nas orientações do próprio partido. Esse cuidado é visível em texto escrito por Xiaoping em maio de 1980⁶⁷, quando se referia a determinados questionamentos sobre possíveis conseqüências das reformas para a economia coletiva. “Alguns camaradas perguntam preocupados se isso (as mudanças no campo) não afetará a economia coletiva. (...) Pode-se afirmar que bastará que se desenvolva a produção, a divisão social do trabalho e a economia de mercado no campo para que a coletivização melhore e se consolide a economia coletiva, ali onde necessita de solidez. O x da questão consiste em desenvolver as forças produtivas, e é necessário criar a esse respeito as condições necessárias para um posterior desenvolvimento da coletivização. Em termos concretos, é necessário atender a quatro pré-requisitos: primeiro, elevar o nível de mecanização (...); segundo, elevar o nível de gestão, acumular experiências e formar um grupo de quadros mais ou menos competentes para o trabalho administrativo; terceiro, desenvolver a economia diversificada (...) com o aporte de grupos e equipes especializadas para se obter um desenvolvimento considerável da economia de mercado no campo; e quarto, aumentar os rendimentos da coletividade.” (DENG, Xiaoping, 1984, p. 338-340.

No início da década de 80 a agricultura representava 31,8% do PIB (Produto Interno Bruto) chinês e empregava 71% da força de trabalho existente (CLARO, 2003, p. 9). Isso evidencia certa dependência do Estado em relação ao campo. Assim é

⁶⁷ “Sobre nossa política rural”. Parte de uma conversa com funcionários do Comitê Central do PCCh. (XIAOPING, 1984, p. 338-340).

compreensível que as “modernizações” começassem pela zona rural, com foco no setor agrícola. Além do mais, no campo ainda a base ideológica maoísta, representada pelo projeto das comunas. Como já foi dito, essa forma de organização social foi propagandeada com como um atalho, uma ponte, para se chegar mais rapidamente ao comunismo.

Nessa nova perspectiva, e considerando-se a relevância do setor agrícola no conjunto da economia nacional, o desmonte das comunas se tornava crucial. E apesar dos cuidados para se apressar as reformas, nesse particular, o desmonte foi muito rápido⁶⁸. Os municípios herdaram as funções administrativas e as propriedades das comunas e as aldeias ficaram com a responsabilidade de exercer as funções e administrar as propriedades das brigadas de produção. E, com a instituição do Sistema de Responsabilidade Familiar (baochan daohu 包产到户), as famílias ficaram um pouco mais livres para organizar e comercializar parte de sua produção. (GUOYING).

Esse sistema diferencia o direito de propriedade sobre a terra, um bem controlado pelo Estado, do direito de exploração e uso da mesma. Com as reformas, as famílias camponesas passaram a ter o direito de explorar, sob um contrato, as terras. E, teoricamente, o poder para administrá-las. Houve um aumento substancial da produção, atribuída em parte ao estímulo gerado pela competitividade entre os camponeses. Mas nesses primeiros momentos da reforma, a liberdade da família ainda era muito limitada e os camponeses eram obrigados a vender ao Estado uma parte de sua produção por um preço já determinado pelo Estado.

⁶⁸ Oficialmente, em 1982, o Congresso Nacional do Povo determina o fim das comunas.

Além do mais, a liberdade para consumo ou comercialização só seria possível quando a parte pré-acertada com o Estado já estivesse garantida.

Para Huaqion (2006), a aplicação desse sistema enfraquece o Estado em relação ao controle das terras. Essa visão, a nosso ver, deve ser relativizada. A mudança ocorre apenas nos mecanismos utilizados pelo Estado para assegurar os impostos sobre a produção agrícola. Na prática, ao manter o controle sobre a terra, o Estado permanece com seu poder quase inalterável e com toda a força para determinar as decisões que julgar mais pertinente para o conjunto do campesinato. Além disso, essa cota reservada ao Estado foi o suporte que o mesmo necessitava para financiar parte significativa do seu processo de industrialização.

Em resumo, o caminho da industrialização iniciado sob a supervisão de Deng Xiaoping tinha por ideologia central uma concepção de mundo que só poderia ser concretizado com um intenso processo de desenvolvimento urbano e industrial. Isso pode ser um caminho para a compreensão dos motivos que levaram gradualmente o governo a se distanciar do problema camponês, durante praticamente duas décadas.

Apesar dos diversos ajustes e mudanças políticas que se sucederam⁶⁹, o relevante aqui nessas reflexões é destacar que a política de “modernização” da agricultura não tinha por objetivo compartilhar o poder do Estado com os camponeses. Ao contrário. Como já foi dito, o principal objetivo foi criar uma base que permitisse uma estabilidade social no campo para garantir o aumento da produção e, conseqüentemente, sedimentasse a base

⁶⁹ En una primera fase el Estado garantizaba la compra de todo el grano cultivado; después sólo percibía una cuota y el sobrante se destinaba al mercado. Actualmente el sistema de cuotas, se aplica únicamente a los productos considerados básicos: arroz, trigo, algodón, tabaco y soja. (Furlong,).

para intensificar a tão desejada industrialização. Essa sim, centrada na cidade, deveria ser orientada para exportação com o propósito de atrair os recursos e os conhecimentos técnicos e científicos necessários ao fortalecimento do Estado no plano externo.

Com a intensificação das reformas, parte do campo segue a lógica determinada pelo mercado e as demandas do capitalismo contemporâneo. A mecanização intensa, a produção em larga escala, métodos de gestão modernos, investimentos externos, enfim, uma gama de medidas, todas muito comuns nos países oficialmente tidos por capitalistas, também estão no campo chinês. É certo que esses elementos da modernização ainda convivem com realidades produtivas muito antigas, tanto no uso das técnicas como no uso dos instrumentos de produção. Mas a face do campo chinês muda a cada dia. Os camponeses também. Não necessariamente para melhor. Para alguns críticos, o custo dessa estratégia de industrialização e urbanização recaiu principalmente sobre os ombros dos camponeses (Chen y Wu, 2004)⁷⁰.

As reformas na agricultura, assim como as demais reformas, visaram primeiramente o fortalecimento do Estado e não necessariamente a melhoria das condições de vida do campesinato. Isso ajuda a explicar por que o governo “descuidou” de alguns aspectos que permitiu, por exemplo, o aparecimento de algumas contradições sociais. Se as insatisfações sociais ameaçarem as conquistas do próprio Estado, com sua nova força, talvez ele possa

⁷⁰ Chen Guidi (陈桂棣) e Chun Tao (春桃). *Investigações sobre o campesinato chinês - Zhongguo nongmin diaocha* 《中国农民调查》 - Para os autores, na referida obra, os camponeses chineses enfrentam três problemas básicos na atualidade: Uma asfixia econômica, produzida pela alta carga fiscal, um baixo preço dos produtos agrícolas e um alto preço dos insumos e maquinarias agrícolas; uma acentuada expropriação das terras produtivas para atender as demandas do processo de industrialização/urbanização, sendo o valor e os procedimentos das indenizações a causa de grande insatisfação entre os camponeses; e o limite à mobilidade da força de trabalho, através do *hukou* 户口, sistema que delimita os lugares onde as pessoas devem viver e trabalhar.

contê-las, através de novas reordenações econômicas e sociais, ou através da força, em casos extremos. Mas as conseqüências dos “descuidos” continuaram, *per si*, como um alerta, ou melhor, um contraponto ao tão propagado sucesso das reformas, que não deve ser calculado apenas pelos lucros financeiros ou o montante da produção. Como veremos na parte final desse trabalho, para grande parte dos camponeses que vivem no campo ou migraram em busca de trabalho nas cidades (nongong 农工), isto é, a grande maioria da população chinesa, os benefícios da modernização ainda são, em parte, apenas uma promessa.

Capítulo 10

O mundo rural e o mundo urbano: as contradições do desenvolvimento chinês



“Le monde rural, 760 millions d’habitants sur 1,3 milliard de Chinois, constitue la face cachée d’une Chine plus connue pour ses performances économiques exceptionnelles, la puissance montante de son commerce extérieur et les craintes qu’elle suscite”.

Claude Aubert

“Politiques agricoles chinoises : la porte étroite”
(2005)

O hukou 户口 e a atual situação dos trabalhadores migrantes (农工 *nongong*)

O excepcional desempenho da economia chinesa nas últimas décadas, sua competitividade na economia global, sua atuação crescente nos principais fóruns políticos e econômicos mundiais são fatos constantemente propagados. Já a zona rural e a situação dos seus moradores, suas perspectivas no sentido de horizonte social e econômico ainda é uma face escondida.⁷¹ O termo “escondido”, além do seu sentido comum, ocupa no contexto das reflexões apresentadas pelo pesquisador Claude Albert, o autor da nossa epígrafe, o mesmo campo semântico dos termos “abandonado” ou “explorado”, tanto no sentido humano, quanto no econômico. Para ele, os camponeses participam do desenvolvimento geral da economia, mas recebem os dividendos de forma muito desigual. Na prática, são altamente explorados pelo capitalismo selvagem das zonas desenvolvidas, que se alimentam da mão-de-obra barata dos migrantes rurais (AUBERT, 2005). Aqui o pesquisador se refere ao trabalhador migrante, uma categoria social recente na China, pois é fruto, nas proporções atuais, da intensificação do processo de industrialização. Essa é apenas uma das graves contradições do desenvolvimento chinês. Por um lado eles ajudam a acumular a riqueza que o Estado espera para si e para os investidores. Por outro, imprimem no meio da paisagem urbana de riqueza, luxo e prosperidade suas condições humanas de explorados.

⁷¹ O Dr. Claude Aubert é engenheiro agrônomo e diretor do Institut National de Recherche Agricole (INRA) – França. É hoje um dos principais estudiosos ocidentais sobre a situação agrária na China. Mais recentemente, seus estudos focam a migração rural.
http://www.ivry.inra.fr/mona/publications_chercheurs/Textes-Publis/Aubert-EcoMond06.pdf

As cidades chinesas, suas fábricas, o setor de serviço, a construção civil, enfim, quase todos os setores da economia se movimentam graças à força de trabalho. Oficialmente são classificados como *nongong* 农工, ou trabalhadores migrantes de origem camponesa. Essa classificação de “camponês” não é apenas um detalhe. Na estrutura social chinesa significa, entre outras coisas, que os direitos sociais desses indivíduos continuarão limitados enquanto estiverem na cidade, mesmo que produzindo a riqueza que os Estado requer, geralmente, esse camponês que na cidade exerce a função de operário não possui um *hukou* (户口) urbano⁷². Esse sistema foi criado em 1953 como uma estratégia governamental para estabilizar a população, no sentido de fixá-la em um lugar determinado, que entre outras coisas permitiria planejar a produção e distribuir melhor o trabalho e os alimentos. E principalmente, era um mecanismo eficiente de controle social. Ainda hoje, mesmo que se possa mudar de um *hukou* rural para um urbano essa possibilidade é muito restrita. Seria necessário, por exemplo, ingressar em uma universidade ou alcançar uma promoção e seguir carreira nas forças armadas. Ter o *hukou* urbano significa possuir o direito de vários benefícios sociais e prestações de serviços públicos próprios para os moradores das cidades. Nesse caso, aparece uma grande contradição social. Trabalhadores desempenham a mesma função, na mesma cidade e muitas vezes

⁷² Em português, “registro de residência”. Na prática, o sistema funciona (apesar das diversas mudanças como, por exemplo, depois de alguns anos trabalhando no mesmo lugar etc) como um instrumento de controle sobre a população rural, regulando sua mobilidade e possíveis pressões sobre as cidades. Com esse sistema oriundo do período maoísta, os trabalhadores passaram a ser individualmente classificados como “rurais”, “urbanos”, “agrícolas” e “não-agrícolas.” Inicialmente, pelo sistema adotado, a população passou a ser classificada segundo sua posição social. Um detalhamento sobre o sistema pode se visto em CHINE : RÉFORMES DU SYSTÈME D’ENREGISTREMENT DES MÉNAGES (HUKOU) (1998-2004) - février 2005. Documento preparado pela “Direction des recherches de la Commission de l’immigration et du statut de réfugié du Canada”.

nos mesmos locais de trabalho, mas estão socialmente amparados de forma desigual.

Hoje o trabalhador migrante não tem tanta dificuldade para sair do campo e ir para a cidade. Nesse caso, por necessitar dessa mão-de-obra, as empresas e o governo facilitaram a concessão de vistos para a moradia provisória. Mas eles continuam afastados dos benefícios sociais urbanos, como, por exemplo, o seguro de saúde, subsídios para moradia etc. Essa divisão artificial entre trabalhadores “residentes” e trabalhadores “migrantes” é uma das fontes produtoras da desigualdade econômica e social. Como o sistema foi criado para atender uma demanda que tinha por base a economia planificada, agora, com a introdução da economia de mercado, para os trabalhadores que têm como única mercadoria para participar desse mercado, no seu entendimento, ter o seu trabalho desvalorizado e a sua mobilidade limitada é certamente fatores de grandes inquietações. Do ponto de vista do governo, o controle dessa mobilidade tem no mínimo dois grandes benefícios. Primeiro, mantém a mão-de-obra desvalorizada, o que incide no custo final do produto que precisa ser competitivo. Segundo, impede que haja um descontrole do fluxo migratório, o que poderia comprometer o ordenamento social (controle do Estado sobre a movimentação da sociedade).

Uma questão reveladora que envolve a problemática dos camponeses migrantes é que eles, por um lado ajudam a elevar a riqueza das cidades e deixá-las mais modernas e bonitas, mas por outro, sua presença na cidade retoca o mesmo cenário com os elementos constrangedores da penúria humana. E como mostram os últimos levantamentos estatísticos, esse fluxo deve se

intensificar. E pela densidade dos números, eles podem alterar qualquer paisagem. Vejamos⁷³:

⇒ Até o fim de 2006, 70,8% da força de trabalho rural estava empregada em algum setor agrícola, como cultivo, indústria florestal, criação de aves domésticas, pesca e outros serviços relativos, isto é, cinco pontos percentuais a menos que a cifra do final de 1996, quando foi realizado o primeiro levantamento.

⇒ O censo nacional mostrou que o número de trabalhadores migrantes rurais foi de 130 milhões, cerca de 60 milhões a mais que dez anos atrás.

⇒ Dentre os trabalhadores migrantes, 64% eram mulheres, 82,1% tinham menos de 40 anos, enquanto 80,1% receberam educação de pelo menos três anos da escola secundária.

Uma pesquisa para saber os motivos da migração perguntou aos migrantes “por que eles resolveram migrar”. As duas primeiras respostas foram: zheng qian 挣钱 (“ganhar dinheiro”); bangzhu jiating baituo pinkun 帮助家庭摆脱贫困 (ajudar a família a sair da pobreza).⁷⁴ Segundo o estudo mencionado, a decisão de partir ou se insere dentro de uma estratégia familiar que encoraja o jovem a partir (*jiating celue* 家庭策略) ou dentro de uma decisão do próprio jovem e, nesse caso, criando conflitos entre a família (taobi jiating maodun 逃避家庭矛盾).

Pelo estudo, conclui-se que a grande parte da migração ocorre motivada pela esperança de uma vida melhor, já que a vida no campo é considerada bastante adversa. No entanto, há

⁷³ Beijing, Xinhua, 21 fevereiro de 2008. Fonte: Departamento Nacional das Estatísticas.

⁷⁴ THIREAU, Isabelle; LINSHAN, Hua. “Les migrants et la mise à l’épreuve du système du hukou” in *Etudes chinoises*, Vol. XXIII, 2004, p. 394

pesquisas que mostram que muitos migrantes ao mudar-se para a cidade caem na pobreza⁷⁵, continuam vulneráveis à pobreza.

Para concluir a apresentação dessa primeira e complexa vulnerabilidade gestada pelo processo de modernização chinesa acrescentamos parte de preciosas observações elaboradas pelo diplomata Amaury Porto. “Sem o mercado de dimensão nacional de camponeses proletarizados, a China não teria dado os saltos de desenvolvimento que espantam o mundo. As condições em que eles foram aceitando servir são escorchantes, mas podem parecer-lhes melhor que a vida nos grotões, e de todo modo, a aceitação é determinada pela pressão das legiões que se acotovelam no exército industrial de reserva”.

“O partido-estado tem participado de toda essa movimentação. É o modelador, por exemplo, da circularidade com que se processa o fluxo migratório. Os migrantes necessitam voltar periodicamente ao domicílio de origem para renovar papéis, e as autoridades transformaram as três grandes festas anuais da China em feriados de uma semana cada, a fim de permitir as visitas maciças dos trabalhadores às suas vilas. A rede ferroviária nacional é posta a serviço desses deslocamentos. Muitos migrantes decidem ficar no velho domicílio, onde são acolhidos como potenciais investidores em empresas ou melhoramentos públicos. Além das remessas regulares de dinheiro para parentes, nos períodos de ausência, os migrantes funcionam como carreadores de capital, contatos de vários tipos e informações sobre o grande mundo”. (Porto, 2005).

⁷⁵ Wang Fenyu y Li Lulu. 2001. Zongguo Chengshi Laodongli Liudong: Congye Moshi, Zhiye Shengya, Xinyimin (Migração da força de trabalho no setor urbano chinês: empregos, profissões e novos imigrantes) Beijing, Beijing Press.

Zhan Shaohua. 2004. “Prevent Social Exclusions of Rural Migrants: a New Perspective on Rural Development in China”, en Problems of Village and Agriculture during Market Reorientation of the Economy, Warsaw, IRWIR PAN.

Conclusão

A reestruturação política e econômica iniciadas por Deng Xiaoping substituiu entre os chineses o sentimento de cooperação do período maoísta (verdadeiro?) pelo da concorrência. Agora o Estado estimula as pessoas a se prepararem para competir. O próprio Estado é um grande competidor global. Principalmente por matérias primas e mercados para os seus produtos, produzidos de forma intensa por empresas também globalizadas. Nas escolas, universidades, no trabalho o imperativo da competitividade se reproduz (inevitável?).

Os jovens já sabem que para ascender economicamente dentro da estrutura social que se configura, ou seja, para ter acesso às benesses da modernização, salvo as exceções que sempre existem em todo sistema, a formação acadêmica é um dos pré-requisitos. Não são casuais os esforços das famílias nesse particular. A tradição que sempre valorizou o estudo na China é retomada, mas seus conteúdos e propósitos são redirecionados.

O Estado que durante o período maoísta (1949-1976) fez do “igualitarismo”, da eliminação das diferenças sociais e de classes, e da eliminação de diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual algumas das suas principais bandeiras, hoje tem como lema uma máxima da era Deng: “enriquecer é glorioso”. Essa mudança de foco, isto é, de ideologia, procura transferir para os indivíduos a responsabilidade sobre suas próprias decisões. Mas isso em parte, naquilo que para concepção vigente acarretaria custos para o Estado. Agora cada um deve se responsabilizar por ser ou não bem sucedido no que se refere a sua colocação

econômica dentro das opções empregatícias existentes na sociedade. Como os postos mais vantajosos economicamente são numericamente limitados, nada mais lógico do que se preparar para ser um bom competidor. Até aí tudo normal, o problema é que na estrutura social vigente as reformas não asseguram condições de competitividade leis para a grande maioria os chineses, especialmente os camponeses. Por exemplo, ao buscar trabalho na cidade, o migrante rural normalmente assume os postos de trabalho com os menores rendimentos. Sua escolaridade básica “legítima” o seu baixo salário e “justifica” as condições adversas de trabalho e moradia que o aguarda como *nongong* 农工.

Há que se reconhecer que o Estado apesar de prioritariamente buscar o seu fortalecimento, tem articulado de forma exitosa políticas sociais de longo alcance, obtendo resultados internacionalmente elogiados, como é o caso da redução da pobreza e eliminação do grave e cíclico problema da fome. Porém o fato das reformas relegarem a um papel secundário algumas questões sociais vitais, cresceram no seio social incontáveis demonstrações de insatisfações populares, principalmente depois da década de 90, quando se ampliam os vínculos com a economia mundial.

Um dos problemas do atual desenvolvimento é que parte significativa da população, especialmente a classificada como camponesa, tem uma capacidade de “competir” muito desigual. Primeiro porque ela foi “induzida” pelo Estado a aceitar o “igualitarismo”. Seus pertences, como a terra conquistada pela reforma agrária (1950-1953), seus poucos instrumentos de subsistência, como porcos, bois, peças de ferro ou alumínio (campanha do aço) e velho arados foram “requisitados” para serem

gerenciados e servirem melhor a todo o povo. Em troca, seriam protegidos e sua subsistência e progresso garantidos, daquele período em diante, pela Grande Mãe, o Estado. Segundo porque, a eliminação do projeto das comunas não devolveu a terra à família. Pelo contrário, o Estado manteve o monopólio sobre a terra, o que deixa o camponês sempre vulnerável. Lembremos que é comum a requisição de terras agrícolas para atender as demandas da urbanização.

A introdução a partir de 1979 do contrato para uso das terras pelas famílias apesar de aumentar o rendimento de muitas famílias, passa sempre por ciclos de incertezas, principalmente em relação aos preços dos produtos. Há que pontuar que o mérito do plano de oferecer um pouco mais de liberdade para o desenvolvimento da produção, na verdade promoveu uma apropriação mais acentuada dos sempre poucos recursos camponeses, acumulando os recursos necessários para aprofundar a industrialização e promover a política de reforma e abertura.

Feito esses contrapontos, reforçamos que no plano social os dois períodos mencionados, o de Mao e o de Deng Xiaoping, independente da concepção social e de desenvolvimento adotados extraíram da força laboral dos camponeses os recursos que necessitavam para concretizar a tão desejada industrialização e a construção de um Estado sólido. Isso explica as semelhanças existentes entre essas fases tão ideologicamente distintas. Ou seja, apesar, apesar das divergências ideológicas pontuais, o foco central dos dirigentes partidários era o mesmo: fortalecer o Estado chinês para exercer sua soberania em relação aos demais Estados. E nas duas políticas, cada uma a sua maneira, cumpriram satisfatoriamente com esse papel. Assinale-se que a partir de 1964

a China pode contar com o dispositivo atômico, alternado decisivamente o equilíbrio de poder na Ásia e o que apressou para que assumisse , em 1971, o lugar de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU (ABI-SAD, 1996, p. 67 e 77). Assim como o êxito de Mao para o triunfo revolucionário consistiu na opção de distribuir as terras conquistadas, a estratégia de Deng Xiaoping triunfou porque, sobretudo, na fase mais delicada das reformas, a inicial, conseguiu estimular parte das forças produtivas concentradas no campo, o que permitiu um aumento significativo da produção de alimentos, fundamental para a manutenção da ordem social e, conseqüentemente, estabilidade política. E como dizia Deng Xiaoping: “A estabilidade deve ser um dos pontos dominantes no programa de modernização chinesa.”

Por isso antes de se falar em rupturas é importante entender que as linhas políticas adotadas por Mao, quer por Deng, devem ser analisadas também dentro de um contexto histórico mais amplo, considerando-se minimamente dois elementos essenciais: a posição chinesa no quadro das relações políticas internacionais e os objetivos gerais e imediatos do Estado chinês para consolidar o seu projeto nacionalista.

Como foi dito, o trabalho e os esforços dos camponeses constituíram-se como uma força central no fortalecimento do Estado chinês contemporâneo, incluindo-se a industrialização. No entanto, apesar de inegáveis conquistas sociais, principalmente em relação a questões vitais para a sobrevivência como alimentação e vestuários, é cada vez mais assimétrica a distribuição dos benefícios conquistados pelo progresso.

Por mais de 20 anos, o centro do discurso no processo de reformas foi o desenvolvimento econômico. Mas pouco a pouco se

percebe uma mudança no discurso governamental. Primeiro em 2002, quando passou a relacionar a necessidade de crescimento econômico com a questão da sustentabilidade ("Xiaokang" 小康). E a partir de 2004, quando o governo, sob a liderança de Hu Jintao (胡锦涛) e Wen Jiabao (温家宝), coloca a questão da estabilidade social no centro dos desafios políticos para se construir uma "sociedade harmônica" (hexie de shehui- 和谐的社会) e desenvolver uma zona rural socialista (*shehuizhuyi xinnongcun* - 社会主义新农村).

Para se concretizar minimamente o ideal de sociedade harmoniosa é preciso que o governo encontre soluções para alguns problemas que podem colocar em risco a própria ordem social. Além desses aspectos, a busca da "harmonia" social implica, sobretudo, a promoção de determinados valores e ações que possam resolver ou minimizar significativamente as desigualdades sociais e os desequilíbrios internos provocados por ela. Como a desigualdade social tem sua expressão mais acentuada entre os camponeses a estabilidade social no campo é uma prerrogativa para se concretizar minimamente esse ideal de "sociedade harmoniosa". E essa estabilidade só poderá ser alcançada com políticas que modifiquem a lógica de distribuição dos benefícios econômicos atualmente produzidos.

A estabilidade social no campo é uma prerrogativa para o progresso de toda a China. Também é essencial para que o Estado se mantenha como um dos protagonistas no jogo das relações internacionais. Mas a estabilidade interna só poderá ser alcançada com políticas que modifiquem a lógica de distribuição dos benefícios econômicos atualmente produzidos. Isso para que uma

parte maior da sociedade, na verdade a grande maioria, possa também usufruir os logros desse tão propagado desenvolvimento.

Hoje a questão camponesa na China ocupa um lugar central. Tanto para o governo quanto para a sociedade, ela representa o grande desafio. Uma melhora das condições de vida dos camponeses significa uma melhora expressiva de toda a China. O oposto também é uma verdade. No discurso governamental e nos muitos estudos sobre o *sannog* 三农 predominam dois eixos: um de ordem econômica, no sentido de preparar o campo para o cenário competitivo que está posto. E outro de ordem social, no sentido de analisar os rendimentos dos camponeses ou as fraturas sociais que o desenvolvimento vem produzindo e relacioná-las com a questão da governabilidade. No primeiro caso, a modernização do campo passa pela introdução de tecnologias e gerenciamentos que maximizem a produção agrícola e permitam a China competir com o mundo global. Nessa perspectiva, o objetivo central é tornar o campo economicamente competitivo. Os benefícios dos camponeses viriam com os aportes que garantiriam a “modernização” geral da sociedade. Mas o grande desafio seria o de acomodar uma força de trabalho numerosa que seria liberada com essa estratégia. E as pessoas sem trabalho tenderiam a uma mobilidade com conseqüências imprevisíveis. No segundo caso, as preocupações são mais de ordem social. Analisa-se o percurso do desenvolvimento e as fraturas sociais por ele provocadas. Em um segundo momento se procura saber se tais fraturas podem ou não ameaçar a ordem social vigente, incluindo-se a questão da governabilidade.

Um terceiro eixo, o da questão camponesa como uma questão política, está praticamente silenciado. Seja pelos estudos,

seja pelo governo. Já não é preocupação do governo a inclusão dos camponeses, como Mao tentou fazer, nos centros das decisões políticas, nas direções de fábricas, comunas, associações, partido, universidade etc.

Não se debate mais o que fazer para que os camponeses exerçam também o poder político e possam com isso participar das esferas de decisões, com os demais segmentos sociais, que geralmente já estão bem representados. Por outro lado, os aspectos negativos apontados por Marx e Engels sobre o atraso cultural dos camponeses, ganharam novos atributos e continuam a se espalhar na mentalidade de muitos “cidadãos” (pessoas das cidades). Para muitos, os camponeses são pessoas *sem estudo, rudes, atrasados, sem preparação para trabalhos mais qualificados etc.* Ou ainda, bem mais grave, também os olham como um peso social que impede a China alcançar mais rapidamente o “paraíso” oferecido pela modernização.

Apesar dos avanços sociais incontestes, esse tipo de pensamento não desapareceu e perpassa pela sociedade e setores do governo. E para nós constituem a verdadeira ameaça para a prosperidade chinesa. Para nós, os camponeses, mesmo que numerosos nunca foram um peso social para China e os seus governos. Ao contrário, o Estado chinês só conseguiu se erguer perante o mundo político internacional em função da coragem, da força e da sabedoria dos seus camponeses. Sabedoria essa raramente pronunciada em discursos ou textos excepcionais. Mas murmurada entre silêncios e épocas, entre agitações e repousos. Como é a China.

Bibliografia

ABI-SAD, Sérgio Caldas Mercador (1996). *A Potência do Dragão: A Estratégia Diplomática da China*, Brasília: UnB, 1996.

AGUDELO, Carlos (1996). *Paysans, rebellion et politique. Des theories classiques au cas colombien*, DEA (Diplôme d'Etudes Approfondies) Sociologie, sous la direction de Christian Gros, Université Paris III – IHEAL, 1996. <http://www.iheal.univ-paris3.fr/spip.php?article772>

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires (2006). “As transformações capitalistas na agricultura e a questão agrária”. http://www.artigocientifico.com.br/acervo/7/76/tp_1360.html.gz (acessado em julho de 2008)

ARAUJO, Maria Paula Nascimento (2002) “A questão camponesa na teoria marxista clássica”. pp. 65-74. In. *O campesinato na História*. CHEVITARESE, André Leonardo (Org.) Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

ASH, Robert F. (1991), “The Peasant and the State”, *The China Quarterly*, September 1991, number 127, pp. 493-526.

AUBERT C. (1995), « Exode rural, exode agricole en Chine, la grande mutation ? », *Espace Populations Société* (1995-2), 231-245

_____ (1997), “L’agriculture chinoise : pour une approche régionale”, *DEMETER— Economie et stratégies agricoles*, 97/98, Armand Colin, pp. 67-127.

AUBERT, C., LI, Xiande (2002), « Sous-emploi agricole et migrations rurales en Chine, faits et chiffres », *Perspectives chinoises*, n° 70, mars-avril, p. 49-61.

MOORE Jr., Barrington.(1993) “Decadência da China Imperial e as origens da variante comunista”. In: *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Trad. Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 161-228.

BAUM Richard. *Prelude to Revolution: Mao, the Party and the Peasant Question, 1962-66*. New York: Columbia University Press, 1975.

BERGERE, Marie-Claire (sous la direction de, 2002), *Aux origines de la Chine contemporaine—En hommage à Lucien Bianco*, Paris, L’Harmattan.

BETTELHEIM, Charles (1976). As comunas populares. Edições Maria da Fonte, 1976.

_____. (1979) Revolução Cultural e organização industrial na China. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

BIANCO, Lucien.(1967) Les Origines de la Revolution Chinoise, Idées, Gallimard, Paris, 1967

_____. “La question démographique sous Deng Xiaoping”, *Stratégie chinoise ou la mue du dragon—un regard franco-japonais sur les mutations en cours*, Claude Cadart et Mineo Nakajima (sous la direction de, 1986), Paris, Edition Autrement, pp. 69-84.

_____. (1997), “Résistance paysanne”, *Actuel Marx*, N°22, 1997, pp. 137-151.

CABESTAN, Jean Pierre (1992). L`administration chinoise après Mao. Les reformes de l`ère Deng Xiaoping et leurs limites. Paris, CNRS, 1992, 545 p.

_____. (2005) “Les multiples facettes du nationalisme chinois”. *Perspective chinoise*, 88, mars-avril, 2005, pp. 38-40

CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. (2002). In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002. pp. 19-38

CHAN, Kan Wing; Zhang, Li. (1999) “The Hukou System and Rural-Urban Migration in China: Processes and Changes.” *China Quarterly*, p. 819-855.

CHENG, Yuk-shing (1996), “Peasant income in China : the impact of rural reforms and structural changes”, *China Report*, 32 : 1 (1996), pp. 43-57.

CHESNEAUX, Jean (1976). A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX ; trad. Antonio Rangel Bandeira. São Paulo, Pioneira, 1976

_____, Jean *Movimientos campesinos en China*, Siglo XXI, Madrid, 1979,

_____, Jean, *China - A revolta dos camponeses*, Lisboa, Ulissea, s.d.

CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/ Dumará, 2002.

CLARO, Sebastián (2003). 25 Años de Reformas Económicas en China: 1978-2003. Instituto de Economía, Pontificia Universidad Católica de Chile.

CONFÚCIO. Quadrivolume de Confúcio (*Analectos, A Grande Escola, Harmonia Perfeita, Piedade filial*) Edição Chinês/Português. Trad. Português Joaquim A. de Jesus Guerra. Macau: Jesuítas Portugueses, 1984.

DELGADILLO, J. P. Uribe (2005). *La ley del Matrimonio de 1950 en China: cambios políticos, económicos y sociales como resultado de la emancipación femenina*. Tesis Licenciatura. Relaciones Internacionales. Departamento de Relaciones Internacionales e Historia, Escuela de Ciencias Sociales, Universidad de las Américas Puebla, 2005

DENG, Xiaoping.(1983) *Coletânea de Deng Xiaoping: 1975-1982*, Beijing: Renmin, 1983.

DOBSON, (1967). China, passado e presente. *Estudios Orientales* – Vol. II, n. 3; Colégio de Mexico, México, 1967.

DUMONT, René. (1968). La China, tercer mundo?. Trad. Angeles Pascual. Barcelona, Nova Terra, 1968.

_____. (1964) "Les communes populaires rurales chinoises". Paris: Politique étrangère, Année 1964, Volume 29, Numéro 4 p. 380 - 397

ENGELS, F. (1857). "A Pérsia e a China". Publicado originalmente em 22 de maio de 1857, no New York Daily Tribune. Edição eletrônica: <http://www.marxists.org/portugues/index.htm> (acessado em junho de 2008)

_____. (1974). El problema campesino en Francia y Alemania. Marx & Engels, *Obras Escogidas en tres tomos* (Editorial Progreso, Moscú, 1974), t. III. <http://www.marxists.org/index.htm> (acessado em junho de 2008)

ENGELBORGHS-BERTELS, Marthe (1974), *La Chine Rurale*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles.

FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Gramsci*. Brasília: UNB/São Paulo: HUCITEC, 1986.

GALVANY, Albert. (2004). "La genealogía del poder coercitivo en la China antigua. Historia, instituciones políticas y legitimación", *Estudios de Asia y Africa*, No. 124, mayo-agosto 2004, México, pp. 349-386.

GERNET, Jacques (1991). *El mundo chino*, Barcelona, Crítica, 1991.

GOUROU, Pierre (1952). *La terre et l'homme en Extrême-Orient*. -- 3. ed. Paris : Armand Colin, 1952 [c1940]. 224 p : illus. (incl. maps, plans). (Collection Armand Colin. Section de géographie, no 226)

GRANET, Marcel 1968

_____ (2004). *O Pensamento Chinês*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

GUIDI, Chen; TAO, Chun (2004) Enquête sur les paysans chinois. 中国农民调查 – Zhongguo nongmin diaocha – Ed : Renmin wenxue chubanshe – Maison d'édition de littérature du peuple - Pékin, 2004, 460

HEGEDÜS, András. A questão agrária. In: História do marxismo IV: O marxismo na época da Segunda Internacional – org. de Eric Hobsbawm – trad. de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico; v. 56)

HINTON, William (1966), *Fanshen : a documentary of revolution in a Chinese village*.

HOBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

JIANG, Zemin, (2002). *Reforma e Construção da China*. Trad. Rádio Internacional da China. Rio de Janeiro, Record: 2002.

_____. Informe ao XVI Congresso do Partido Comunista Chinês. Beijing, 8/11/2000. www.china.com.cn/spanish/50593.htm Acesso: 18/11/2002

JOPERT, Ricardo. *O Alicerce Cultural da China*, Rio de Janeiro: Avenir, 1979

LAO Zi. (2002). *Dao De Jing*. Edição Chinês/Português. Trad. Português Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Hedra, 2002.

LI, Peilin (2003), *Les paysans ouvriers – Analyse socio-économique sur les paysans ouvriers dans les villes chinoises (Nongmingong – Zhongguo jincheng nongmingong de jingji shehui fenxi)*, Shehui Kexue wenxian, 298 p. 226

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. As grandes teorias explicativas da questão agrária. In: *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- LIU CHUN, *China hoy: el dinero disuelve la comuna*, Revista Debats, Nº 47, 1994.
- LIVRO DOS CANTARES (She Keng) (1979). Edição Chinês/Português. Trad. Português Joaquim A. de Jesus Guerra. Macau: Jesuítas Portugueses, 1979.
- LONDONO, Jair, « El punto de vista del campesino », in: *La lucha de clases en el campo*, Feder, E. compil., Mexico, FCE, 1975.
- KAUTSKY, K.. (1980). *A questão agrária*. 3. Ed. São Paulo: Proposta, 1980
- MAGALHÃES, Gabriel. *Nova Relação da China – contendo a descrição das particularidades mais notáveis deste grande império (Composta no ano de 1668)*. Trad. do francês, Luis G. Gomes. Macau: Notícias de Macau, 1957.
- MANDEL, E. et alii. *A China antes e depois de Mao*. Lisboa, Ed. Antídoto.
- MAO, Zedong (Mao Tsetung). (1979). *Obras escolhidas*. Vol. 3 e 4. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979
- MATIAS, Albertino dos Santos. (1967). *China de Confúcio a Mão Tse-Tung*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1967.
- MARX, Karl (1997). *O 18 brumário e as cartas a Kugelmann*. – trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães. 7ª Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____ *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*.
http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/cap02.htm
- MÊNCIO – *As Obras de Mêncio - Edição Chinês/Português. Tradução e notas críticas Joaquim A. de Jesus Guerra. Macau: Jesuítas Portugueses, 1984*.
- MENDRAS, Henri *Societés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris : Armand Colin, 1976.
- MEZZETTI, Fernando. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: UNB, 2000.
- MORAES, Antônio Luiz Machado de (2004). *Liberalização econômica da China e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro*, Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica, 2004. (Texto para Discussão, 22)
<http://www.embrapa.br/unidades/uc/sge/textdiscussao.htm>
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. "A China em busca da Terceira Reforma Agrária".
Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados
(<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/>) - acessado em 25 julho de 2007

PAN, Huaqion. Rapports Etat-paysannerie en Chine: les problèmes du San Nong et les pratiques des acteurs dans les campagnes après 1978 à partir d'études de cas du Nord-Shandong e Henan. Presses universitaires de Louvain, Louvain-la-Neuve, 2006 (these de doctoract).

PEYREFITTE, Alain. (1997). *O Império Imóvel, ou, o Choque dos Mundos*. Trad. Cyrene Bittencourt. Niterói-RJ: 1997

PIEN, Chai. (1975). *Aspectos fundamentales de la cultura china*. Pekin 1975

SANTOS, Gonçalo Duro dos. (2006). Os "camponeses" e o "imperador": Reflexões etnográficas sobre orizicultura intensiva e estratificação social no Sudeste da China rural. *Etnográfica*, mayo 2006, vol.10, no.1, p.41-70

SEN, Amartya (2000) *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras.

SHOUYI, Bai (y otros) (1993). *Breve historia de China*. Vol. I e II. Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras

SHU, Chang-Sheng (2004). Do Grande Salto à frente à grande fome: China de 1958-1962 - Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 107-129, 2004

SMITH, Arthur H. (1930). *La vie des paysans chinois*. Traduit par B. Mayra et le Lt-CI de Fonlongue. Librairie Payot, Paris, 1930, 356 pages. (Un document produit en version numérique par Pierre Palpant, dans le cadre de la collection : " Les classiques des sciences sociales " fondée et dirigée par Jean-Marie Tremblay, professeur de sociologie au Cégep de Chicoutimi. Site web : <http://classiques.uqac.ca/>

SNOW, Edgar. (1971). *A China, ontem e hoje*. Trad. Cristina Hardmeyer *et tal*. Lisboa, Dom Quixote, 1971. (vol I e II)

SOFRI, Gianni, *O modo de produção asiático. História de uma controvérsia marxista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SPENCE, Jonathan D. (1996). *Em Busca da China Moderna*. Trad. Tomas Rosa Bueno e Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SPROVIERO, M. B. (1996). *Laozi e a Reversão do Reino do Homem* 1996 (Tese de Livre-Docência), FFLCH-Universidade de São Paulo.

_____ (1998). Confúcio e a Revelação Primitiva. Mirandum, São Paulo, v. 5, p. 41-68, 1998. (<http://www.hottopos.com/mirand5/mario2.htm> (acessado em 10/12/2006))

_____. (1989). Aspectos da filosofia chinesa : Confúcio e Laozi. Reflexão, são Paulo, v. 41, 1989

STÁLIN, J. V. (1929). Sobre os Problemas da Política Agrária na URSS. Discurso pronunciado, em 28 de dezembro de 1929, na Conferência dos Técnicos Agrários Marxistas. Edição eletrônica (acessada em julho 2007): <http://www.marxists.org/portugues/admin/correio.htm>

SUN, Yat-sen – “San Min Zhu Yi (三民主義)”, Hai Wài Chu Ban Shè, República da China, 1980.

SUN Zi (2002). (c. 400-c.320 a.C) *A Arte da Guerra*. São Paulo: Martin Claret, 2002

WILL, Pierre-étienne (1980). *Bureaucratie et famine en Chine au 18e siècle*. Paris, École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980

WITKE, Roxane, Madame Mao. RJ: Editora Nova Fronteira, 1977.

VIDAL, Agustín Muñoz. (1997). “El origen de la revuelta de los Boxers”. Cuadernos de Historia Contemporánea, n. 19, Universidad Complutense, Madrid, 1997. PP. 203-219.

XUYET, Ngô Van (2004). Utopia antigua y revueltas campesinas en China. Publicação eletrônica: www.chatquipeche.or/ (acessado em 20 de julho de 2007)

LIN, Yutang (1940) *Minha terra e meu povo* (吾國吾民) Rio de Janeiro: Pongetti.

_____(1959) *Sabedoria da Índia e da China*, Rio de Janeiro: Pongetti, vol. II

ZHOU, Kate Xiao (1996), *How the farmers changed China—power of the people*, Westview Press.